

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO, ASPECTOS DE UM
SOFRIMENTO (IN) VISÍVEL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO: UMA
QUESTÃO PARA A PSICANÁLISE E PARA A EDUCAÇÃO**

Poliane Talita Tonial

Francisco Beltrão, PR
2021

POLIANE TALITA TONIAL

**ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO, ASPECTOS DE UM
SOFRIMENTO (IN) VISÍVEL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO: UMA
QUESTÃO PARA A PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Giseli Monteiro Gagliotto.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da
Unioeste.

TONIAL, POLIANE

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO, ASPECTOS DE UM
SOFRIMENTO (IN) VISÍVEL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO: UMA
QUESTÃO PARA A PSICANÁLISE E PARA A EDUCAÇÃO / POLIANE
TONIAL; orientadora Giseli Monteiro Gagliotto. -- Francisco
Beltrão, 2021.

116 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco
Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação,
2021.

1. Assédio Moral. 2. Universidade. 3. Sofrimento. 4.
Psicanálise. I. Monteiro Gagliotto, Giseli, orient. II.
Título.

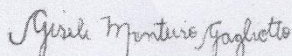
FOLHA DE APROVAÇÃO

POLIANE TALITA TONIAL

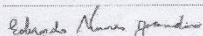
TÍTULO DO TRABALHO: *ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO, ASPECTOS DE UM SOFRIMENTO (IN)VISÍVEL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO: uma questão para a psicanálise e para a educação*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa 01: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

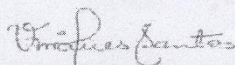
COMISSÃO EXAMINADORA



Giseli Monteiro Gagliotto (Orientadora)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)



Eduardo Nunes Jacondino
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/FB)



Vera Márcia Marques Santos
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Francisco Beltrão, 08 de novembro de 2021

AGRADECIMENTOS

Neste momento, apenas tenho a agradecer a todos que estiveram comigo durante essa caminhada. Um momento em que a angústia, a solidão e as incertezas tomaram conta que vieram acompanhadas por momentos em que a vontade de desistir era maior, agradeço porque todos esses momentos foram enfrentados.

O momento final é um momento de felicidade, é um momento em que lembramos por tudo que passamos nesse período de estudo, e também das pessoas que permaneceram ao nosso lado, com apenas uma conversa, um abraço ou apenas uma palavra de empatia, que nos mantiveram em pé, e a essas pessoas agradeço por me manter em pé com forças para continuar, por saber que valeria apenas no final.

Primeiramente a minha família, meu pai e meus irmãos e minha sobrinha, que me apoiaram, que tiveram paciência comigo em muitas situações, a Milena que é o nosso anjo, que ilumina a nossa casa, deixa nossos dias mais alegres, e principalmente a minha mãe que entendeu todas as minhas ausências, um muito obrigado não será o suficiente para lhe agradecer por tudo que fez e faz por nós e por mim. Te amo mãe.

Ao meu cúmplice, que sempre me ouviu e me aguentou em todos os momentos, que se manteve forte e confiante, que sempre acreditou em mim, que nossos sonhos se tornem realidade, Geovane Obrigada sempre.

Agradeço aos professores do curso de pós-graduação, o pouco tempo que pudemos estar em contato, antes da pandemia foram essenciais para mim. Obrigada! E a minha orientadora: Professora Giseli, sou grata por me acolher como orientanda.

Aos mestres Eduardo e Vera, obrigada por iluminarem meu caminho com todo o conhecimento e sabedoria, obrigado por dedicarem seu tempo a nos auxiliar nessa caminhada.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para a continuidade desse trabalho.

Resumo

TONIAL, P. T. **Assédio moral no ambiente universitário, aspectos de um sofrimento (in) visível e possibilidades de intervenção: uma questão para a psicanálise e para a educação.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2021.

O presente estudo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação (PPGE/FB) na linha de pesquisa “Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores”, e ao “Laboratório e Grupo de Estudos Educação e Sexualidade (LABGEDUS)”, cuja temática tangencia os processos educativos. O objetivo principal é efetuar um levantamento nos bancos de dados das universidades públicas do estado do Paraná, com intuito de investigar as produções científicas já publicadas e/ou em desenvolvimento, relacionadas ao tema "assédio moral no ambiente universitário". Seus desdobramentos se dão para promover um diálogo entre o assédio moral no ambiente universitário, a psicanálise e a educação como percursos do desenvolvimento humano. Realizamos uma pesquisa quali-quantitativa, de cunho bibliográfico, por meio de estudo teórico obtido a partir das produções científicas em nível de mestrado e doutorado, das Instituições Públicas de Ensino Superior do estado do Paraná, que tematizam o Assédio Moral no ambiente universitário, utilizando como descritores nossas categorias de análise nos bancos de dados CAPES e BDTD. Localizamos 17 (dezesete) universidades estaduais e federais, e 26 (vinte e seis) campus de Instituto Federal do Paraná. Sendo que 7 (sete) apresentam o curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, sendo, 1 (uma) federal e 6 (seis) estaduais. Além de 20 dissertações e 2 teses. No entanto, nenhuma delas tematizavam especificamente sobre o assédio moral no ambiente universitário. Apresentamos também, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* que estas pesquisas estão inseridas, não se atendo apenas a uma área do conhecimento, sendo desde a área da administração, saúde, direito e políticas públicas. Os dados também foram dispostos em gráficos e tabelas para melhor visualizar as pesquisas e instituições. Deste material, a maior parte está voltada para o assédio moral no ambiente de trabalho, porém, referindo-se ao sofrimento psíquico da vítima. Pesquisas voltadas para o assédio moral no ambiente acadêmico ainda são poucas, mas evidenciamos que muitos estudos se aproximaram dessa pesquisa por estarem voltadas ao meio educacional, ou seja, voltadas a educação básica. A presente pesquisa busca gerar debates sobre o assédio moral no espaço acadêmico-universitário, no sentido de fomentar o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre a temática e que estas contribuam para a prevenção e combate ao assédio moral.

Palavras Chaves: Assédio Moral; Universidade; Sofrimento; Psicanálise; Educação

ABSTRACT

TONIAL, P. T. Moral harassment in the university environment, aspects of (in) visible suffering and possibilities for intervention: an issue for psychoanalysis and for education. Dissertation (Master's Degree) – Master's Program in Education, State University of West Paraná, Francisco Beltrão, 2020.

This study is linked to the Master's Graduate Program in Education (PPGE/FB) in the research line "Culture, Educational Processes and Teacher Training", and to the "Laboratory and Study Group Education and Sexuality (LABGEDUS)", whose theme touches on educational processes. The main objective is to carry out a survey in the databases of public universities in the state of Paraná, in order to investigate scientific productions already published and/or in development, related to the theme "moral harassment in the university environment". promote a dialogue between moral harassment in the university environment, psychoanalysis and education as paths of human development. We carried out a qualitative and quantitative research, of a bibliographic nature, through a theoretical study obtained from scientific production at the master's level and PhD, from Public Institutions of Higher Education in the state of Paraná, which discuss Moral Harassment in the university environment, using as descriptors our analysis categories in the CAPES and BDTD databases. We located 17 (seventeen) state and federal universities, and 26 (twenty-six) campus of the Federal Institute of Paraná. Stricto Sensu action in Education, 1 (one) federal and 6 (six) state. In addition to 20 dissertations and 2 theses. However, none of them specifically focused on bullying in the university environment. We also present the stricto sensu postgraduate courses in which these researches are inserted, not just focusing on one area of knowledge from the area of administration, health, law and public policy. Data were also displayed in graphs and tables to better visualize research and institutions. Most of this material was focused on bullying in the workplace, however, referring to the psychological suffering of the victim. Researches aimed at moral harassment in the academic environment are still few, but we show that many researches have approached this research because they are focused on the educational environment, that is, focused on basic education. This research seeks to generate debates on bullying in the academic-university space, in order to encourage the development of future research on the subject and that these contribute to the prevention and combat of bullying.

Key words: Moral Harassment; University; Suffering; Psychoanalysis; Education

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - APRESENTA A DISTRIBUIÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS INCLUÍDAS NA PESQUISA.

GRÁFICO 2 - TOTAL DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE ASSÉDIO MORAL DE TODOS OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ.

GRÁFICO 3 - TOTAL DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE ASSÉDIO MORAL DE TODOS OS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO PARANÁ.

GRÁFICO 4 - TOTAL E PERCENTUAL POR ANO DAS PRODUÇÕES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ QUE DISCUTEM O ASSÉDIO MORAL.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ QUE TIVERAM PESQUISAS VOLTADAS PARA O ASSÉDIO MORAL E A QUANTIDADE DE PRODUÇÃO EM CADA PROGRAMA

QUADRO 2 - TÍTULO DAS PESQUISAS QUE CONTEMPLAM O ASSÉDIO MORAL NA EDUCAÇÃO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CGGR – Comitê Gestor de Gênero e Raça.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

DP - Domínio público

FAFIUV – Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória

FAFIPA – Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí

FAFIPAR – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá

FAP – Faculdade de Artes do Paraná

FECEA – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana

FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

LABGEDUS- Laboratório de Educação e Sexualidade

SINTEOESTE – Sindicato dos Trabalhadores das Universidades do Oeste do Paraná.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

MPPR – Ministério Público do Estado do Paraná.

MPF – Ministério Público Federal.

NUPAD – Núcleo de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual e a Discriminação.

PPGE- Programa de Pós-Graduação em Educação

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNESPAR - Universidade Estadual do Estado do Paraná

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE QUADROS.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo I	20
1. ASSÉDIO MORAL: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS. .	20
1.1. O assédio moral numa perspectiva histórico-social: a construção de um conceito.....	20
1.1.1 A violência privada: aspectos constitutivos do assédio moral na família	23
1.1.2 A violência não privada: aspectos constitutivos do assédio moral em instituições públicas.....	27
1.2 As políticas públicas de atendimento e proteção e a legislação vigente: sobre uma regulamentação jurídica	31
1.2.1 Dos materiais informativos de cunho governamental sobre assédio moral .	38
1.3 Características, Dinâmicas e Consequências do assédio moral.....	42
1.4 O Assédio Moral no campo da Psicanálise e da Educação	49
Capítulo II	53
2. O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: A VIOLÊNCIA PERVERSA NO COTIDIANO	53
2.1 Fundamentação teórico-metodológica da pesquisa.....	53
2.2 A cultura e a ética organizacional frente ao assédio moral: a estrutura de gestão das universidades públicas que contribuem para a ocorrência desse tipo de violência perversa.	59
2.3 A relação perversa entre os protagonistas do assédio moral: uma visão psicanalítica	64
2.4 As produções acadêmico-científicas sobre assédio moral nas instituições de ensino superior públicas do Paraná	76
2.4.1. Diagnóstico de situações enfrentadas (vivenciadas ou assistidas) de assédio moral no ambiente universitário e formas de encaminhamento	85
2.4.2 O trabalho de combate e denúncias de assédio moral nas universidades ..	86
Capítulo III	90
3. POR UMA ÉTICA EMANCIPATÓRIA LIVRE DE ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES HUMANAS	90
3.1 A urgência de criação e fortalecimento de redes sociais e políticas para a identificação, prevenção e combate ao assédio moral.	90
3.3 A educação para a emancipação frente ao assédio moral	93
3.4. A ética da psicanálise no enfrentamento do assédio moral	96
Considerações finais.....	100
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é decorrente do nosso interesse em gerar debates sobre o assédio moral no espaço acadêmico, fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas sobre essa temática e construir um conhecimento científico, capaz de contribuir para a prevenção e o combate ao assédio moral. Acreditamos que somente conhecendo o assédio moral é que estaremos descobrindo novas atitudes por parte dos agressores, aprendendo a compreender e identificar as consequências para as vítimas.

Como educadoras, nos deparamos com vários desafios em nosso cotidiano, e em muitos deles nos deparamos com casos de assédio moral nos espaços acadêmicos que envolvem alunos/as, professores/as, servidores/as, comunidade externa e entre outros órgãos que estão ligados as instituições. O assédio moral, perpassa os espaços formais da educação, mas também se dá de maneira informal como no ambiente familiar, levando em consideração a posição hierárquica do agressor e as consequências para a vítima e as pessoas que vivenciam a violência. Para tal, se fez necessário apontar os tipos/formas de assédio existentes e como ocorrem. Portanto, este é um estudo inserido no campo das ciências humanas nas instituições públicas de ensino superior.

Buscamos, ao decorrer dessa dissertação, elucidar os fatores que levam à ocorrência do assédio moral nos espaços acadêmicos com a utilização da psicanálise. O assédio moral acontece com mais frequência do que se imagina, não é um fenômeno recente e está presente ao longo da história, associado às assimetrias de poder. Precisamos observar os principais fenômenos correspondentes ao assédio moral e propor formas de lhe combater ou amenizar (HELOANI, 2003). Todos nós, em algum momento de nossas vidas, nos mais diversos espaços e contextos (no trabalho, nas universidades, em festas, reuniões, ambientes familiares e etc.) iremos nos deparar com situações de violência.

As consequências do assédio moral para a vítima são de ordem física e psíquica, que podem vir a deteriorar locais de estudo e trabalho, além de atingir as relações familiares e sociais. Com isso, a pessoa que acaba presa nessa violência pode passar a apresentar diversos sintomas físicos e mentais, tais como: dores generalizadas, vícios, cansaço excessivo e ansiedade. Podendo chegar a uma sintomatologia mais grave como tremores, distúrbios hormonais, diminuição de peso, paranoia e em casos mais extremos ao suicídio (HOEL, SPARKS, COOPER, 2001), (KEASHLY, JAGATIC, 2003) e (BARRETO, 2006).

Entender a abrangência do assédio moral é importante para que os danos sejam evitados, não apenas no contexto da universidade, mas na vida em sociedade, não se deixando intimidar por constrangimentos causados pelo agressor e não permanecer em situações humilhantes, por medo de represálias ou perseguições. A possível presença destes acontecimentos leva a busca por respostas e a levantar debates quanto ao tema.

Estudá-lo tornou-se nosso principal objetivo por acreditarmos que a partir dos dados obtidos e das discussões realizadas, se torna possível visualizar o que está sendo estudado e nos possibilitará produzir mais conhecimentos, que contribuirão para a construção de estratégias que poderão mudar a realidade de quem é vítima de assédio moral para assim, tentar melhorar as condições de trabalho e estudo.

Nesta caminhada, nosso interesse pela temática se deu primeiramente pela minha inserção no curso de pós-graduação, porém, o interesse no estudo do tema assédio moral, veio a partir de vivências durante a graduação de Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS *campus* Realeza/PR. Nesta instituição, participei de grupos de estudos, palestras, cursos, minicursos, projetos de extensão, entre tantos outros eventos que contribuíram para minha formação e me proporcionaram conhecimentos que me auxiliaram a ter uma visão apurada sobre as situações de violência. Vários desses estudos tratavam de questões de violência doméstica, *bullying*, violência de gênero, discriminação racial, cotas universitárias, reforma agrária, consciência de classe social entre tantos outros, que proporcionaram o conhecimento que tenho hoje e a inquietação de buscar compreender e trazer estudos para a resolução de problemas na sociedade contemporânea, buscando melhorar o futuro para as próximas gerações.

Com isso, retomo a uma pequena biografia sobre a minha jornada acadêmica na instituição a qual agradeço muito pelo aprendizado e pelo senso crítico que comecei a construir. O *campus* da UFFS se instalou na região sudoeste do Paraná no ano de 2009 e deu início aos cursos de graduação no ano de 2010. Uma instituição que começou seus trabalhos a pouco tempo, advinda de lutas de movimentos sociais, ONGs e entidades públicas conseguiram criar o movimento Pró-Universidade Federal, a qual teve projeto aprovado no Congresso Nacional, de cunho democrática, popular visando a suprir a carência de vagas no ensino superior na Fronteira Mercosul, diminuindo a litoralização. Assim, o ministro da educação da época Fernando Haddad confirmou a criação da UFFS.

Enquanto acadêmica, ingressei na graduação em 2012 durante meu período de graduação tive a oportunidade de participar de atividades de pesquisa e extensão que trouxeram oportunidades de aprendizagem. Como no início do ano de 2014 onde pude

integrar o grupo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), voltado para a formação inicial de docentes. No PIBID, pude vivenciar à docência na prática, exercendo a função de bolsista, em atividades desenvolvidas, diretamente, com alunos do ensino médio e voltadas para a área da biologia.

No ano de 2016 e 2017 participei do Grupo de Estudos em Paleontologia da UFFS (GEPUFFS). O GEPUFFS desenvolvia atividades relacionadas à exposição do acervo de fósseis ao público, estudos sobre a evolução, eras e formações geológicas, além de atividades, com alunos do ensino fundamental e médio, oficinas durante visitas e eventos como semanas acadêmicas. Proporcionando aprofundamento teórico-metodológico sobre estudos realizados na área da paleontologia e elaboração, pesquisa e construção de materiais didáticos. Nesse período, tive meu primeiro contato com o que seria uma pós-graduação, nosso coordenador professor Ruben Alexandre Boelter sempre durante os encontros tirava nossas dúvidas sobre como seria cursar um mestrado, e sempre foi um grande incentivador para que buscássemos seguir a carreira acadêmica. Muito Obrigado Mestre por todo o encorajamento para seguir em frente, o mundo precisa de mais pessoas assim que não nos cortem as asas.

Particpei, também, como voluntária nos projetos de extensão Juventude Rural e as Redes sociais de Aprendizado e Juventude Semeando Terra Solidária, nos quais eram desenvolvidas atividades voltadas aos filhos/as de agricultores familiares, da região Sul do Brasil, com foco na inclusão digital, produção agrícola e incentivo ao jovem para que este permanecesse no campo. Estes projetos foram desenvolvidos em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR).

Fui secretária do centro acadêmico de Ciências Biológicas da UFFS, onde organizamos palestras e atividades, em conjunto com os docentes. As temáticas eram voltadas para a área da biologia, integração social e combate ao preconceito. Por meio dessas discussões, na universidade, podemos nos construir e construir nossos valores. É também, nesse espaço, que devemos nos sentir seguros, pois eles são fontes inesgotáveis de conhecimento. Nesse espaço, devemos ter o suporte necessário, não apenas como acadêmicos, mas como funcionários e colaboradores, para manter um ambiente saudável e poder produzir conhecimentos que auxiliem a manter a vida no planeta. Desta forma, aprendemos a ter um olhar crítico sobre o que ocorre no planeta e nas relações sociais. E com esse olhar crítico, nos tornamos pesquisadores/as, buscando compreender e levantar mais discussões, visando a melhoria de vários espaços e relações sociais.

De fato, as experiências vivenciadas anteriormente na graduação fizeram emergir alguns questionamentos, visto que foi um ambiente em que estive durante um período importante da minha formação e que apenas no último ano da graduação, pude obter experiência na minha área da licenciatura, e que muitos colegas assim como eu saem da universidade direto para o mercado de trabalho, e vulneráveis e pressionados a ter um emprego, se submetem a condições degradantes e humilhantes de trabalho, que sem o conhecimento prévio sobre atos de assédio moral, acabam permanecendo naquela situação.

No último ano de estudo, ingressei no mercado de trabalho, um estágio remunerado pelo município de Realeza, em escolas de ensino fundamental anos iniciais com atividades de reforço escolar, oficinas de teatro, ciências, crochê, sucata (utilização de material reciclável), matemática, balé, capoeira e atividades esportivas, e em dois anos de trabalho me deparei com situações de assédio moral envolvendo superiores e estagiários. Inicialmente, apenas pude perceber atitudes que não estavam compatíveis com o ambiente de trabalho, como humilhações constantes, perseguições e ameaças aos estagiários, apenas depois que busquei mais informações é que pude perceber que aquilo se tratava de assédio moral, como eu não tinha conhecimento prévio sobre os fatos, acabei por sofrer com essa violência que só acabou quando o contrato de 2 anos chegou ao fim. Com isso, percebi que muitas situações que presenciei tanto na graduação e como estagiária se configuravam como assédio moral, e que só ao final desses períodos da minha formação, em 2018, é que tive a certeza de que se tratavam de uma violência. Se houvesse mais divulgação sobre o assunto dentro da própria instituição vários casos de assédio moral no mercado de trabalho seriam percebidos e não se tornariam tão devastadores, até mesmo dentro da própria instituição.

Minhas inquietações sobre o assédio moral apenas ficaram mais fortes, pois buscava compreender como isso poderia ocorrer em espaços de construção e união de conhecimentos, optei por voltar meu olhar para a universidade, pois percebi que pouco se volta para a universidade como local de trabalho e que também está suscetível a ocorrência de assédio moral entre membros e também advindos de superiores de fora da instituição para com os membros.

Não nos esgotamos durante a graduação, apenas prosseguimos estudando o que tornou importante a busca por respostas a essas inquietações. Com isso, busquei ser pesquisadora e fui aprovada no curso de pós-graduação *stricto sensu* em Educação da Unioeste, e nele pude iniciar minha pesquisa sobre o assunto e tentar sanar várias dessas

angústias e buscar levantar mais discussões e dar maior visibilidade ao assédio moral e o quão perverso pode ser essa forma de violência.

O primeiro ano como aluna e pesquisadora no Mestrado em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE *campus* de Francisco Beltrão-PR, foi de intensos estudos junto às disciplinas ofertadas no programa, trabalhos realizados e busca por dados e bibliografias sobre assédio moral. Nesse primeiro ano a pesquisa passou por diversas mudanças necessárias para sua continuidade, juntamente com a orientadora professora doutora Giseli Monteiro Gagliotto que abraçou a ideia e juntas pudemos dar maior visibilidade às questões que envolvem o assédio moral nos espaços acadêmicos. O assédio moral sempre foi um ponto importante para uma proposta de pesquisa. Nosso interesse modificou-se assim como nós também mudamos, por conta da nossa inquietação gerada por não encontrarmos pesquisas que abordassem o assédio moral no ambiente universitário e pelos constantes momentos vivenciados e assistidos de situações de assédio moral, para buscar por mais respostas e mais pesquisas relacionadas a temática.

Durante esse período com a inserção ao Laboratório e Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão “Educação e Sexualidade” (LABGEDUS) em 2019, nos proporcionou estudos voltados para a sexualidade, educação sexual, gênero, violência entre tantos outros temas que são importantes para a construção de conhecimentos. Em nossos estudos sob a orientação da professora Dra Giseli, foi possível abranger discussões e até sobre as próprias pesquisas com intuito de nos ajudarmos, com uma parceria e amizade. As discussões visam agregar mais conhecimento, mas também a aprender novos conceitos, agregar ideias para as pesquisas dos integrantes, em conjunto e união, no compartilhamento de conhecimentos, podemos dizer que nós pesquisadores/as mudamos e aprendemos principalmente quando existe empatia entre todos, cometemos erros, fazemos descobertas, evoluímos, perdemos o equilíbrio, ficamos tristes e felizes, nos sentimos pressionados e aliviados quando tudo dá certo.

Tudo isso acredito que faça parte de um grupo e acredito que isso é necessário para ser pesquisador/a também, e acredito que deva ser oferecido por todos os integrantes de um grupo para que o mesmo possa continuar sua trajetória e fazer história e moldar mais pesquisadores/as, que assim como muitos vão deixando seu lugar para outro ocupar e continuar escrevendo e lutando grandes batalhas de superação. Estamos em constante mudança e devemos ser humildes em aceitar que há momentos que iremos errar e que iremos acertar. O grupo de estudos proporcionou vários momentos como esses descritos,

e muitos momentos de saudade, pois os estudos tiveram que ser realizados a distância de forma remota, e acredito que isso nos fez repensar a importância dos grupos presenciais.

Portanto, a escrita da pesquisa pôde ser iniciada e ao longo desse primeiro ano foi sendo moldada de acordo com os estudos realizados sobre assédio moral, afim de adequá-la para poder ser realizada. Partimos da premissa que, não sabemos a exata compreensão dos acadêmicos/as sobre o que é o assédio moral e encontramos dificuldades para abordar tal debate dentro do ambiente universitário. Inicialmente a pesquisa seria desenvolvida com a utilização de questionários aos acadêmicos/as, afim de fazer um levantamento sobre a compreensão deles sobre o que é o assédio moral e as possíveis condutas adotadas pelo assediador. Porém, no segundo ano de estudos durante o processo de pesquisa, já com a pesquisa aprovada pelo comitê de ética, estávamos na preparação para a qualificação e nos deparamos com um cenário de incertezas, por conta da pandemia do novo coronavírus, desde o início de 2020. Dessa forma, a pesquisa teve sofrido algumas alterações pois, devido ao período de quarentena e isolamento social para a contenção do Sars-CoV-19, houve à suspensão das aulas presenciais, prejudicando a aplicação dos questionários. Muitas coisas mudaram e tiveram que ser readaptadas nesse período, a pandemia mudou nossas vidas, mudou nossa rotina, nos manteve isolados, mudou a forma que deveríamos nos relacionar com as pessoas, trouxe a incerteza sobre o futuro e até que os pesquisadores/as pudessem encontrar uma vacina eficiente, deveríamos manter os isolamentos e as atividades acadêmicas seguiram online ou paradas.

Desta forma, a pesquisa foi reestruturada e repensada para que pudesse atender as necessidades do momento. Decidimos desenvolver uma pesquisa bibliográfica, e a relevância, justificativa, problema de pesquisa, metodologia, questionamentos e objetivos tiveram que ser reformulados, porém, não fugiram da temática envolvendo o assédio moral no ambiente universitário como o objeto de estudo que se manteve o mesmo. Assim como a nossa análise de dados teve que ser trocada, passando do materialismo histórico dialético para psicanálise.

Por se tratar de uma investigação totalmente nova para mim, visto que este foi o primeiro contato que tive realmente com a psicanálise, e acredito que o tempo foi pouco para aprofundar os conhecimentos sobre esse campo clínico, porém, despertou grande interesse em conhecer mais esta área. Compreendemos que o tempo é curto para afirmarmos que nos apropriamos de tudo que a psicanálise tem a oferecer, mas tentamos aprender ao máximo no curto período de tempo disponível para o término dessa pesquisa,

por isso, nos comprometemos em não cessar os estudos sobre a psicanálise pois sabemos da grande importância para a compreensão das relações humanas.

Portanto, a pesquisa se justifica pela necessidade de respostas aos questionamentos sobre assédio moral e considerando que nos deparamos cada vez mais com essa forma de violência em vários espaços que frequentamos, como a universidade, que se tornou um espaço de grande frequência por jovens em busca de conhecimento e diploma, assim frisamos que a universidade é um importante espaço de trabalho em que dedicamos horas do nosso dia e a qual é constituída pelo corpo docente, servidores/as, terceirizados/as e acadêmicos/as realizando seus trabalhos para que a universidade funcione.

Assim, apontamos que a relevância desta pesquisa está atrelada à importância de conhecer e abordar o assédio moral que permeia o trabalho e as relações humanas. Fomentando discussões e incorporando a temática nos debates para o conhecimento e aprendizado da sociedade, levando a efetivação de políticas e legislações que visem proteger a integridade dando suporte físico e psicológico a população.

Assim, desenvolvemos uma pesquisa quali-quantitativa de cunho bibliográfico. Os dados para a nova pesquisa foram obtidos a partir das produções científicas em nível de mestrado e doutorado das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado do Paraná que tematizam o Assédio Moral no ambiente universitário e que foram obtidas através da busca nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Realizamos um levantamento bibliográfico com leituras prévias e identificamos que as vítimas de assédio moral não compreendem a gravidade das atitudes tomadas por colegas/superiores e sua caracterização como assédio moral, não sabem a quem recorrer então silenciam e se frustram, com medo de perder o emprego ou serem isoladas, temem sofrer represálias então acabam por não efetuar denúncias contra os agressores. Muitas leituras nos mostraram que existe muita carência de assistência por meio das instituições e do governo em oferecer canais de denúncia, dar suporte às vítimas, além de não tomar as devidas providências contra o assediador, e isso demonstrou ser crucial no aumento de casos de assédio moral.

Muito embora a grande maioria do material bibliográfico encontrado estivesse voltada ao assédio moral no ambiente de trabalho, foi possível observar que refere-se ao sofrimento psíquico da vítima, uma vez que, as pesquisas sobre assédio moral no ambiente acadêmico ainda são poucas. Entendemos a dificuldade que envolve uma pesquisa com um tema delicado e que pode gerar atritos. Cremos que o fato de haver mais

pesquisas voltadas para outros locais fora da instituição deve-se a falta de olhar para dentro desses espaços e perceber que são locais de trabalho e de convívio social, e que também são locais de lutas e resistências que merecem a nossa atenção para mudanças positivas.

O estudo de revisão bibliográfica sobre o assédio moral foi importante porque tornou possível conhecermos os trabalhos que vem sendo produzidos e que estão relacionados à temática, para auxiliar e direcionar a pesquisa e complementar o desenvolvimento da leitura e escrita e a fundamentação teórico-metodológica.

Assim, esta dissertação buscou discutir e investigar as pesquisas científicas produzidas nas dissertações e teses das Instituições públicas de Ensino Superior do estado do Paraná sobre o assédio moral no ambiente universitário, visualizando como vem ocorrendo o crescimento dos debates acerca do assunto, suas formas de enfrentamento e os encaminhamentos adotados nesses espaços, a partir das **contribuições da psicanálise**. A dissertação é resultado de uma pesquisa bibliográfica que possui como **objeto de estudo o assédio moral no ambiente universitário**. A escolha do objeto de estudo se deu por conta das vivências listadas anteriormente durante o período da graduação e empregos posteriores, nos quais a curiosidade em compreender sobre as práticas do assédio moral se intensificaram.

Diversas **indagações culminaram em nosso problema de pesquisa**: Existem pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* das universidades públicas estaduais do Paraná que tomam como objeto de estudo o assédio moral nessas instituições? Em quais dos cursos há mais pesquisas sobre o assédio moral? Quais seriam as formas de enfrentamento do assédio moral dentro das universidades? Existem no Brasil políticas públicas de atendimento e proteção às vítimas de assédio moral dentro das universidades? Quais são as legislações vigentes atualmente? Elas são eficazes? Qual o papel das universidades em evitar que casos de assédio moral ocorram no âmbito universitário? Como a psicanálise pode contribuir para a compreensão do assédio moral?

A partir destes questionamentos construímos **nosso problema de pesquisa**: em que medida a psicanálise, ciência fundamentada no sofrimento psíquico, pode contribuir frente ao assédio moral dentro dos espaços acadêmicos?

Tais indagações estão presentes em nosso cotidiano e em todos os ambientes que frequentamos, por isso, a necessidade de pesquisarmos sobre o assédio moral e suas práticas que sempre existiram, pois seu diagnóstico é recente, no entanto, o tema vem sendo cada vez mais debatido. Com o propósito de responder tais questionamentos elaboramos os objetivos da nossa pesquisa.

Assim sendo, o nosso **objetivo geral** é: efetuar um levantamento nos bancos de dados das universidades públicas do estado do Paraná, com intuito de investigar as produções científicas já publicadas e/ou em desenvolvimento, relacionadas ao tema "assédio moral no ambiente universitário".

E nossos **objetivos específicos**, (1) são apresentar uma discussão sobre a importância do olhar psicanalítico, diante do tema assédio moral existente nos ambientes acadêmicos. (2) Efetuar um levantamento nos bancos de dados nas universidades públicas do Estado do Paraná, com intuito de investigar as produções científicas já publicadas ou em desenvolvimento relacionadas ao tema assédio moral no ambiente universitário. (3) Abordar a necessidade de fortalecer as políticas públicas de combate a violência discutindo o impacto para a comunidade acadêmica, desafios na prevenção e a solução de conflitos, visando a educação como emancipadora capaz de modificar a realidade dos indivíduos, com um olhar crítico sobre a realidade.

O tema se relaciona à cobrança da sociedade atual pela busca de resultados imediatos, produção, formação e pesquisas. Sendo que a universidade é um importante local de construção do sujeito crítico, fato que não impede a ocorrência do assédio moral, pois compreendemos que nenhum espaço, relacionado ou não ao meio acadêmico está livre da ocorrência do assédio moral.

Dessa forma, a dissertação representa uma ponte para voltarmos os estudos e olhares ao assédio moral, buscando discutir mais sobre essa forma de violência tão sutil e silenciosa que é capaz de levar pessoas ao extremo e praticarem atos contra sua vida ou a vida de outra pessoa.

Através da pesquisa bibliográfica, foi possível elencar algumas categorias de análise utilizadas para complementar a base teórica, sendo: assédio moral, universidade, sofrimento invisível, psicanálise e educação. A escolha dessas categorias nos auxiliou na seleção das pesquisas científicas, que tratam do mesmo assunto que a nossa pesquisa, para analisarmos as produções sobre o assédio moral e a escolha pelo sofrimento invisível se dá pela dificuldade da vítima em perceber, relatar e denunciar as agressões, e a psicanálise apresenta uma forma de compreender o fenômeno e tratar a vítima e o agressor.

Com a intensificação dos estudos sobre as práticas do assédio moral, observamos ainda mais a necessidade de discussão dentro do ambiente acadêmico, portanto, no desenvolvimento da pesquisa observamos as relações hierárquicas e as violências intrínsecas à sociedade universitária, a falta de empatia e o desrespeito que reverberam, em diferentes espaços da nossa sociedade atual. Nossa luta é no sentido de construirmos espaços de respeito, ética e de construção do conhecimento.

Para uma melhor organização do texto e ideias, delimitamos a dissertação em três (3) capítulos. O primeiro intitulado **Assédio Moral: uma forma de violência nas relações sociais**. Nele, discorremos o conceito e o processo histórico-social do assédio moral, como é conhecido em outros países e os primeiros pesquisadores a discutirem o tema. Trazemos uma discussão sobre a violência privada e não privada, ou seja, o assédio moral na família e nas instituições públicas de ensino. Observamos que o assédio moral pode iniciar dentro do ambiente familiar, ou seja, a criança passa a sofrer com os atos perversos de seus pais. Não é preciso, necessariamente, estar no ambiente de trabalho para nos depararmos com o assédio moral. Neste capítulo, também abordamos as políticas públicas e a regulamentação jurídica que, visam a proteção e os atendimentos às pessoas vítimas do assédio moral. Apresentamos as legislações que tratam do assédio moral, bem como, os materiais disponibilizados pelo governo. Por fim, buscamos abordar o assédio moral voltado para o campo da psicanálise.

No segundo capítulo intitulado: **O assédio moral no ambiente universitário: a violência perversa no cotidiano**, trouxemos a metodologia abordada na pesquisa. Abordamos discussões sobre a cultura e a ética organizacional frente à gestão das universidades que contribuem para que atos como o assédio moral ocorram. Na abordagem deste capítulo, nos beneficiamos dos conhecimentos da psicanálise no sentido de explicitar as relações perversas e os atos de perversão. Tratamos das estruturas neurose, psicose e perversão e do complexo de Édipo para tentarmos compreender juntamente com a psicanálise, como uma pessoa torna-se perversa através do desenvolvimento psicosssexual humano. Analisamos os dados obtidos nos bancos de dados das universidades sobre o assédio moral no ambiente universitário, como ocorre o assédio moral, como são tratados os casos e quais os encaminhamentos dados, de que forma as universidades tratam as denúncias e combates ao assédio moral, apresentando as pesquisas em tabelas e gráficos, bem como, suas respectivas análises e discussões.

No terceiro capítulo intitulado: Por uma ética emancipatória livre de assédio moral nas relações humanas. Abordamos nesse capítulo a importância de fortalecer e melhorar as políticas públicas já existentes e a criação de novas políticas que garantam os direitos dos trabalhadores frente aos casos de assédio moral. Tratamos também da importância da internet e redes sociais para disseminar informações referentes ao assédio moral, aumentando o alcance das informações, principalmente no cenário atual, em meio a pandemia mundial, as redes sociais e internet foram mais utilizadas, para compartilhar vivências e aumentar a visibilidade sobre o assunto. Tratamos também da educação como auxiliadora na emancipação para a compreensão das violências, principalmente que

possam ter um olhar crítico sobre as atitudes perversas dos superiores hierárquicos, de forma ética. Assim, com tais apresentações consideramos importante que os leitores possam conhecer um pouco mais sobre o assédio moral que acomete o mundo do trabalho nas IES e nas relações humanas. No estudo sobre este fenômeno existente, desde a antiguidade até hoje, buscamos compreender as consequências para a vida social, física e psicológica e fomentar discussões para efetivação de políticas e legislações que visem a integridade e o suporte físico e psicológico da população.

Capítulo I

1. ASSÉDIO MORAL: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS.

Neste capítulo, discutimos sobre o conceito de assédio moral num contexto histórico e social, estabelecendo as relações entre esse fenômeno e a violência privada, no contexto familiar e, a não privada, no contexto universitário. Tratamos de políticas públicas que atendem a denúncias de casos de assédio moral e leis vigentes na atualidade. Também, apresentamos materiais disponibilizados pelo governo relacionados ao assédio moral e a sua prevenção na esfera pública e privada. Neste ponto, apontamos medidas e propostas destinadas à população em geral e, especificamente, aos funcionários públicos ou membros do governo. Por fim, abordamos as dinâmicas, as características e consequências do assédio moral em seus efeitos físicos e psicológicos trazendo contribuições da Psicanálise frente a esse fenômeno.

1.1. O assédio moral numa perspectiva histórico-social: a construção de um conceito

Iniciamos este tópico apresentando o termo assédio moral, o qual está presente há muito tempo nas relações humanas e se popularizou na década de 80 pelas pesquisas de Heinz Leymann. Inicialmente, foi definido como “situação hostil” direcionada de forma sistemática a uma pessoa ou a um grupo, com alta frequência e longa duração, com assimetria de poder, levando ao sofrimento psicossomático e à miséria social. O autor associou perseguições sofridas pelos trabalhadores protagonizadas por seus chefes, denominando-as como *mobbing* (psicoterror). O *mobbing* se equivale ao que conhecemos hoje como assédio moral. Leymann (1996) sugeriu que *mobbing* fosse utilizado para denominar a violência quando ocorresse com adultos e para ocorrências envolvendo crianças, utilizar a expressão *bullying*.

Assim, a francesa psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta familiar, mais recentemente, pesquisadora em vitimologia na França e Estados Unidos, Marie-France Hirigoyen, trouxe mais força aos debates nas universidades, empresas e escolas em 1998, e utilizou a expressão assédio moral. A autora utiliza o termo “assédio” junto com o “moral” para designar ações que se encontram no campo da ética ou da moral:

A escolha do termo moral implicou uma tomada de posição. Trata-se efetivamente de bem e de mal, do que se faz e do que não se faz, e do que é considerado aceitável em nossa sociedade. Não é possível estudar este fenômeno sem se levar em conta a perversidade ética ou moral, portanto, o que sobra para as vítimas do assédio moral é o sentimento de terem sido maltratadas, desprezadas, humilhadas, rejeitadas (...) (HIRIGOYEN, 2002a, p.15-16).

Hirigoyen (2002a) tratou do *mobbing* como uma perseguição coletiva, na qual pode ocorrer violência física institucional, diferenciando-a do *bullying* que é direcionado somente a uma pessoa. Os termos se assemelham por, costumeiramente, iniciarem com piadas e progredirem para condutas abusivas. Mais recentemente, Romani (2015), diferenciou o *mobbing* do *bullying* por considerar o *mobbing*, uma violência que ocorre dentro das organizações que pode levar à violência física, e o *bullying* inclui chacotas, isolamento, conduta sexual abusiva, violência física e psicológica individual.

No Brasil, a discussão sobre o assédio moral ganhou força por volta dos anos 2000 com a médica Margarida Maria Silveira Barreto (2000) que, em sua dissertação de mestrado na área da Psicologia Social, intitulada “*Uma jornada de humilhações*”, debateu sobre essa violência, com o olhar direcionado aos empregados de algumas das empresas ligadas ao Sindicato dos trabalhadores de São Paulo.

Convém apontar que, este tema vem sendo estudado em diversas áreas do conhecimento. Em outros países, recebe denominações diferentes de acordo com classificações de condutas abusivas:

[...]natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica do indivíduo, de forma reiterada, tendo por efeito a sensação de exclusão do ambiente e do convívio social. [...] Por fim, vale registrar que a expressão “assédio moral” é, sem sombra de dúvida, a mais conhecida. Todavia, a título de informação, saliente-se que tal fenômeno é também denominado como *mobbing* (Itália, Alemanha e países escandinavos), *bullying* (Inglaterra), *harassment* (Estados Unidos), *harcèlement moral* (França), *ijime* (Japão), *psicoterror laboral ou acoso moral* (em países de língua espanhola), terror psicológico, tortura psicológica ou humilhações no trabalho (em países de língua portuguesa) (FILHO, 2013, p. 105-106).

Com o aumento da visibilidade do assédio moral, no meio científico, este passou a ser tratado como problema social, reconhecidamente, devido ao desgaste psicológico das vítimas. Alguns anos depois, a estudiosa francesa Marie-France Hirigoyen (2002a) direcionou seus estudos para o assédio moral, observando que, seu início se dá de maneira inofensiva, passando a se manifestar de forma silenciosa, sorrateira e traiçoeira. Levando

à ocorrência de condutas abusivas, com manifestações/comportamentos, gestos, atos e palavras, por meio de repetição ou sistematização, que atentam contra a dignidade ou integridade física e psíquica de uma pessoa. No contexto sociocultural, nos induz à cegueira e à tolerância, num processo de destruição psicológica (HIRIGOYEN, 2002a). Segundo Hirigoyen (2002b) o assédio moral é:

toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (p. 65).

Muitos autores citam que o assédio moral é compreendido como o uso intencional do poder hierárquico de um indivíduo contra outro ou grupo, que leva a consequências físicas, mentais, morais e sociais. Apresenta comportamentos antiéticos, abusivos e degrada relações humanas por conta das repetições dessas atitudes. Para Hirigoyen (2002a), o assédio é uma forma de violência perversa. O dano moral se caracteriza pelo dano efetivo, o assédio moral pela causalidade, direção e intenção, além de atos repetitivos de humilhação e constrangimento, que levam a ameaças dos direitos, colocando em risco, a saúde da pessoa e do coletivo, isto é, das relações interpessoais (BARRETO, 2005).

Compreendemos que o sofrimento e a opressão são observados há muitos anos. Portanto, o assédio é um fenômeno que não é recente, que está presente ao longo da história, pela assimetria de poder e o abuso deste. É necessário problematizar o assédio pois, por conta dele, alguns problemas podem ser desencadeados e fragilizarem relações e direitos, afetarem as condições de vida, negligenciando a justiça (HELOANI, 2003). As vítimas nem sempre são doentes ou frágeis, elas se tornaram alvo do assédio por não se deixarem dominar pelos seus superiores.

Muitas são as patologias que podem se apresentar depois da manifestação dessa violência. Segundo Hádassa Dolores Bonilha Ferreira (2004, p. 126-127), nem sempre a vítima apresentará problemas advindos da violência sofrida do assédio moral:

[...] nem todas as pessoas reagem da mesma forma diante das situações hostis, humilhantes e degradantes. Por um lado, existem pessoas que, depois de certo tempo de luta, acabam sucumbindo física e psicologicamente às agressões, o que desencadeia o desenvolvimento de diversos tipos de doenças. Por outro lado, existem pessoas mais resistentes sem sofrer de qualquer doença física ou psicológica, mas que nem por isso deixam de ser afetadas por ele. Assim, julgar a questão somente pela ótica dos danos físicos e psicológicos gerados significaria

condenar aqueles que são psicologicamente mais fortes a serem submissos às condições degradantes de trabalho só porque não adoecem diante do tratamento hostil que lhes é direcionado.

Contudo, não devemos deixar de citar que existem situações que podem aparentar assédio moral e que, na verdade, não se encaixam no perfil estudado até o momento. Nem todas as pessoas que acham estar sendo assediadas estão sendo de fato, algumas atitudes como o estresse, pressão no trabalho ou conflitos podem ser confundidos com assédio moral.

Hirigoyen (2002b) cita o autor Leymann (1990) e seus estudos, afirmando que o estresse é um estado biológico gerado pelas situações sociais e sociopsicológicas. A autora traz o conceito de estresse que é constituído pelo agente estressante e pela reação do organismo que foi submetido pelas ações tomadas por esse agente estressante. Porém, entendemos hoje que, o estresse está ligado às sobrecargas e más condições de trabalho, ou seja, o estresse torna-se destruidor pelo excesso, podendo levar ao esgotamento e à depressão. Na situação de estresse, não existe intenção maldosa, diferente do assédio moral, que é direcionado com objetivo de prejudicar a vítima.

Já um conflito, como ensina Hirigoyen (2002b), tem uma igualdade entre os protagonistas e não se reduz ao que é verbalizado. Quando não há solução do conflito, ele pode se ampliar procurando novos aliados, sendo que, os conflitos que não terminam ou se prolongam, podem evoluir para um assédio moral.

1.1.1 A violência privada: aspectos constitutivos do assédio moral na família

Discutiremos sobre os conceitos que permeiam as relações familiares. A violência privada é realizada por cônjuges ou familiares dentro do ambiente doméstico, é uma violência perversa, conforme aponta Hirigoyen (2002a). E, nesse sentido, se torna tão antigo quanto a atividade laboral. O assédio moral é muito discutido na área laboral, porque pode levar a consequências devastadoras e fazer com que o assediado, ao sofrer violência fora do meio familiar, passe a interpretar tais atitudes como normais.

Contudo, o assédio moral e sua ocorrência no ambiente familiar, aborda inicialmente, conceitos referentes à família, como as suas obrigações de formadora da dignidade humana e de cidadãos. Buscamos compreender primeiramente, o conceito “família”, depois discutiremos o assédio moral nas relações familiares, pois acreditamos que esse possa ser o início de um ciclo de violência, no qual a vítima vivencia agressões

dentro de sua casa, passando, posteriormente, a representá-las em relações fora do ambiente familiar, ou seja, o que acontece na vida privada, poderá ter influência sobre sua vida fora desse ambiente e vice-versa.

A família, até meados do século 20, era considerada uma entidade fechada, sagrada e patriarcal. O patriarca era visto como chefe da família e responsável pelo lar. Tinha seus interesses sempre atendidos, não valorizava sentimentos, buscava a prosperidade por meio de bens materiais e imateriais adquiridos, sendo esta a principal prioridade da família.

Atualmente, este conceito ultrapassado de família ainda é presente no cotidiano, em nossa sociedade atual. Em tempos, nos quais, as lutas contra o machismo e o patriarcado estão mais aparentes, busca-se por mudanças de cenários e realidades. Evita-se a tolerância frente às atitudes de uma violência marcante e invisível, que deixam cicatrizes físicas e psicológicas, causadas, muitas vezes, por pessoas próximas ou familiares.

As formas de entidade familiar variaram nas últimas décadas em diferentes estruturas, formando novos conceitos de família, modificados e constituídos, não necessariamente, por um pai e uma mãe heterossexual e não correspondendo ao conceito patriarcal. Constrói-se um conceito no qual, a relação de família é composta por pessoas que sentem afeto entre si, isto é, estabelecem um vínculo afetivo e não, necessariamente, genético. Compreendemos aqui, que a família deve ser fundada na solidariedade, respeito e cooperação entre seus membros, ela possui formas em que basta o amor e o afeto para possibilitar sua existência. Pontuamos também que, a família deve garantir o pleno desenvolvimento de cada um dos seus integrantes, dando-lhes proteção física, psíquica e moral, desenvolvendo a dignidade e o amparo. A família deve ser compreendida, como um núcleo que garante o desenvolvimento da personalidade humana.

Levando em conta que, nas relações privadas, quando ocorrem atos de violência moral e as agressões progridem, os direitos à privacidade, à honra e à dignidade são, profundamente, atingidos. Quando reconhecemos a ocorrência do assédio moral, na família, devemos partir em defesa do bem-estar psíquico, até mesmo porque, o assédio moral passa a ser presente no momento em que o ser humano interage em sociedade, ferindo o direito à dignidade humana. Como um fenômeno social de grande importância, não sendo um fato novo, mas tão antigo quanto a nossa própria existência, sua presença no âmbito familiar, se mostra de forma latente e de possível reparação, porém, deve ser mais estudado para melhor se conhecer suas práticas na sociedade.

Compreendemos então, que o assédio moral no ambiente familiar, pode ocorrer de forma vertical, de pais para filhos/as ou horizontal, de marido para mulher e entre irmãos. Na violência entre os cônjuges, na grande maioria das vezes, a mulher acaba sendo a maior vítima, devido ao modelo do patriarcado no qual, o homem é o chefe da família e por ela estar em uma relação de intimidade com o agressor, ele usufrui de sua confiança, se utilizando disso para agredir a vítima.

De acordo com Hirigoyen (2002a), em seu livro “Assédio Moral, a violência perversa no cotidiano”, a violência perversa, quando acontece entre os casais, é negada e reduzida a uma relação de dominação. Ocorre quando o lado afetivo falha ou por excesso de proximidade, ou seja, quando o perverso impõe seu domínio visando controlar o outro, pois acredita que se o outro estiver próximo demais possa vir a invadi-lo, mantendo-o em dependência, ou propriedade, comprovando sua onipotência, claramente a vítima não reage pois acredita ser a culpada ou se mantém na dúvida da real situação. Ou seja, um cônjuge faz com que o outro acredite ser o culpado.

O marido que pratica o assédio moral dentro de sua família, geralmente, possui um comportamento narcisista, nutrido por sentimentos de grandeza, com necessidade de ser notado, arrogante e egocêntrico, deferindo críticas contra os membros de sua família e não aceitando qualquer tipo de crítica ou censura por parte de seus familiares.

Numa visão psicanalítica, se considera cúmplice o parceiro ou até responsável por esse tipo de relação perversa. A vítima se vê impedida de se defender, estando paralisada, negando a violência e os ataques sofridos, não se dando conta da gravidade da repercussão psicológica da perseguição que o agressor estabeleceu. Não deixando vestígios, sendo sutil, fazendo com que as testemunhas entendam a situação como uma relação conflituosa de um casal, que pode ter personalidade forte, levando à destruição moral e física da vítima. O assédio pode ocorrer por anos, as vítimas aprendem a reconhecer a perversão sofrida, depois conseguem acumular provas para buscar justiça (HIRIGOYEN, 2002a).

Com isso, destacamos que o assédio moral ocorrido dentro do ambiente familiar, entre os cônjuges, traz consequências para o desenvolvimento dos filhos/as, primeiramente, deixando de lado o conceito de família, na qual deveria cuidar e proteger seus membros, buscando promover o crescimento individual de cada um e passando a limitar e reprimir seus membros, direta ou indiretamente. Nesse sentido, Hirigoyen (2002a) diz que pode ocorrer rejeição consciente ou não da criança, advindo por um ou ambos os genitores, tornando o ambiente doente e impedindo a vítima de perceber os fatos. Dentro deste ambiente, também ocorre a violência familiar voltada para a mulher, com efeitos negativos para os outros membros da família, pois compreendemos assim que

essas agressões prejudicam seu bem-estar, sua integridade psicológica e moral, além de afetar o pleno desenvolvimento dos filhos/as.

A separação de um perverso sempre será violenta. Os procedimentos utilizados com frequência são defensivos, de aspecto repetitivo e unilateral, com efeito destrutivo. A violência que estava mascarada se desencadeia, pois, o agressor sente que a sua vítima está escapando. Mesmo com a separação, a violência não termina, principalmente, se houver laços afetivos que os unem com um/a filho/a, sendo que é para eles que a violência acaba passando. A invasão continua mesmo depois da separação, com sua presença, telefonando, invadindo seu círculo de amizades e locais que frequenta ou no ambiente de trabalho, hoje em dia isso pode acontecer por meio das redes sociais, com perseguições por meio de mensagens. Essas perseguições mesmo se a vítima não reagir pode levar a violências físicas, chamamos de feminicídio, que em casos mais extremos, a violência física resulta em morte da vítima, ou seja, o perverso não aceita que sua presa se afaste.

Assim, a autora Hirigoyen (2002a) trata da violência na família como sendo difícil de ser detectada e que se transmite de uma geração para outra, como os maus-tratos psicológicos. Como as crianças que passam por isso e não conseguem reagir, porque a autoridade esmagadora dos adultos faz as crianças se calarem e perderem a consciência. A autora explana em seu livro que, os maus-tratos às crianças são condutas que levam à “violência verbal, ao comportamento sádico e a desvalorização, rejeição afetiva, exigências excessivas ou desproporcionais com relação à idade da criança” e ordens contraditórias. Essas violências podem ser indiretas, atingir de pequenas em pequenas doses, ou diretamente a uma criança.

Contudo, na violência indireta a autora ensina que, o perverso se volta a destruir o outro e, quando não consegue, dirige a sua violência para a criança. Desta forma, faz da criança uma testemunha do conflito que não tem culpa, submetendo-a à violência que antes era destinada à vítima inicial. Este quadro incide sobre a criança, de forma que ela busca o isolamento por não conseguir agir, diante do conflito.

Já a violência direta, trata-se de uma rejeição de forma consciente ou inconsciente da criança para um dos pais, que tenta se justificar alegando ser “para o bem da criança” como se estivesse ensinando. A criança está infeliz nesse ambiente conflituoso, sente que não corresponde àquilo que seus pais queriam que fosse, ou sentem que não é desejada. Sentem-se culpadas por ter decepcionado seus pais e de lhes causar vergonha. As crianças se desculparam e tentam reparar o narcisismo do pai, porém é inútil (HIRIGOYEN, 2002a).

A criança sofre com as agressões que um dos pais destina ao seu ex-cônjuge, utilizando-se de palavrões desqualificativos contra a criança. Encontramos nas famílias,

a violência perversa como um comportamento doentio, olhares de desaprovação, assédio etc. Neste contexto, criança não têm direito de ser criança e vivencia, tal clima perverso, entre os pais. O assédio moral causa desgaste na família, acaba com laços afetivos e anula a individualidade, sem consciência, destruindo a vida social/pessoal e profissional Hirigoyen (2002a).

1.1.2 A violência não privada: aspectos constitutivos do assédio moral em instituições públicas

Quando falamos em educação é importante falar em processo educacional. Tal processo deve ocorrer como forma de garantir o exercício da cidadania, permitindo o desenvolvimento ético e moral de cada cidadão. Pensando nisso, a instituição de ensino, atua como instrumento importante na formação do sujeito ético e como veículo educativo que viabiliza e garante os direitos fundamentais¹, se fazendo necessário manter sua integridade para a criação de uma sociedade digna para todos.

Comprendemos que o setor da educação não é menos nocivo que os outros setores para seus integrantes, podendo ser afetado pelas práticas do assédio moral, que se faz presente nas relações interpessoais. Assim, Hirigoyen (2002b) afirma que, ambiente educacional é um dos mais afetados pelas práticas do assédio moral, porém, são poucas as preocupações voltadas para o setor, por existir uma crença social de que, nesses espaços é difícil sua ocorrência. Deste modo, o assédio moral apresenta atos negativos advindos de gestões que não definem seus valores morais, trazendo grandes prejuízos para as organizações e seus frequentadores. Principalmente, porque o clima hostil provocado pelo assédio direcionado apenas a uma pessoa, reflete negativamente no desempenho das outras.

A universidade é um local de pluralismo social, onde é possível encontrar diversidade cultural, de gênero, de raça e de classe econômica. A sociedade acredita que, nas universidades, é necessário discutir tais temas evidentes no mundo, uma vez que, estas instituições têm o papel de formação de cidadãos profissionais e trabalhadores, reconhecendo seus direitos éticos e morais (CARAN et al. 2010). Por se constituir em um local de promoção do conhecimento, a universidade deve fomentar discussões abrangendo essas temáticas, mesmo porque, para uma sociedade focada na

¹ Direitos fundamentais são aqueles inerentes à proteção da Dignidade da Pessoa Humana. Possuindo a mesma finalidade dos direitos humanos, porém os direitos declaram e as garantias asseguram. Conforme definidos na Constituição Federal de 1988. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

competitividade, na falta de empatia e nos lucros, nossas universidades que deveriam ser espaços de liberdade, aos poucos vão perdendo sua autonomia. O meio educacional é o mais afetado com a prática do assédio moral, as instituições de ensino superior adentram em um contexto laboral violento (NASCIMENTO e ARAÚJO, 2014). Nas universidades, nas empresas e, em tantas outras instituições, as formas de assédio são mais voltadas aos estereótipos (gênero), não são menos destrutivas e suas vítimas, muitas vezes decidem se afastar por problemas de saúde ou depressão (HIRIGOYEN, 2002a).

Trata-se de um fenômeno de adaptação, que permite enfrentar a agressão, seja qual for sua origem. Quando o estresse é episódio e o indivíduo consegue administrá-lo, tudo volta a ordem. Se a situação se prolonga, ou repete-se com intervalos próximos, ultrapassa a capacidade de adaptação do sujeito (HIRIGOYEN, 2002a p.173).

Portanto, acreditamos que a universidade deve garantir um ambiente saudável para toda a comunidade que frequenta seus espaços, e entendemos que as discussões e compreensões sobre essa temática do assédio moral ainda são muito recentes, e que se faz necessário sua integração ao cotidiano das universidades, para trazer melhorias no convívio laboral, visando a prevenção e combate, porém, para que isso ocorra as universidades não devem ser coniventes com as práticas hostis (NUNES e TOLFO, 2012). Defendemos que, as instituições podem fornecer amparo e suporte para a recuperação e denúncia para as pessoas que vivenciaram essa violência no ambiente laboral. Souza (2009), adverte que as instituições de ensino, também são locais de trabalho e devem prezar pela saúde de sua comunidade, pois são locais de formação do cidadão.

O assédio moral se insere na forma de restrições quando, consciente ou inconscientemente, não obedecem às exigências da empresa/instituição. Esta atitude traz repercussões para a saúde física e mental das pessoas que convivem nesses espaços, podendo contribuir para a degradação desses locais.

O assédio moral traz consequências múltiplas às instituições de ensino, que contabilizam, prioritariamente a produtividade. Isto é, o assédio moral está vinculado às formas de organização capitalista da sociedade. Os sistemas toyotistas² e o ensino superior possuem metas, e estas devem ser alcançadas sem importar a forma que isso ocorrerá. Desta forma, o professor acaba sendo responsabilizado pelo sucesso ou pelo fracasso dos resultados da instituição (PITA, 2010).

² Segundo Pinto (2012) o sistema Toyotista foi um sistema de gestão de produção implantado pela Toyota Motor entre 1947 e 1975 com intuito de aumentar a produtividade e eficiência, evitando desperdícios.

Os autores Freitas, Heloani e Barreto (2008), sinalizam em primeiro lugar, que existe uma busca pela sobrevivência diante da precarização de empregos, flexibilização das relações, redução dos custos de trabalho, terceirizações e aumento de desempregados. Todos estes fatores estão em constante mudanças e passam por constantes incertezas no quadro social, político e econômico, estando propícios ao aparecimento de violências. Assim, também observamos sua ocorrência em sociedades onde a economia representa a resposta para os problemas, e as instituições são menos comprometidas com as relações humanas. A competitividade é a palavra atribuída a essas manipulações da economia inclusive na educação, que não nos permite ter espaço e nem tempo para respirar, vivemos sufocados pela dinâmica em que o “melhor”, o mais produtivo, fica empregado e aquele que produz menos, é afastado, descartado sem dó nem piedade. Essa competitividade também leva aos indivíduos competir por cargos, por destaques, prêmios, financiamentos, espaços físicos, materiais, currículo mais extenso e com mais publicações, melhor local e posição etc., mas não estão livres do assédio moral.

Compreendemos que as instituições são avaliadas o tempo todo, o ensino, a extensão e as pesquisas são avaliadas qualitativa e quantitativamente. Avaliação que ocorre conforme o número de publicações, revistas indexadas, participações em eventos, artigos completos, livros, resultados de pesquisas, grupos de estudo e pesquisa entre tantos outros quesitos que seguem a lógica de publicações em grande escala. A exigência da quantidade de produções no meio acadêmico, por parte das agências governamentais, como a CAPES, por exemplo, constitui uma lógica de competição. Estas atividades envolvem os cursos de graduação e pós-graduação e devem ser equivalentes com a demanda que vem crescendo cada vez mais, por conta do número de alunos que obtém a formação, pelo número de horas-aula levando ao desequilíbrio e aumento da sobrecarga de tarefas e cobrança por produção e qualidade (MARCOVITCH, 1998). Os ataques sofridos pelos professores não são raros e mostram a perda de limites morais.

As instituições públicas (universidades) estão, a todo o tempo acompanhando o movimento e as mudanças da sociedade e não escapam das garras do neoliberalismo. Por conta desse contexto, é necessário um olhar mais atento às condições de trabalho dos servidores, em instituições e universidades públicas, às violências as quais estão expostos, para traçar estratégias de enfrentamento do assédio moral, que nesses tempos neoliberais, representam o controle do trabalhador pelo capital. Ou seja, esse tipo de controle é consolidado na gestão do trabalhador fundamentada nesse tipo de violência, responsável por diferentes formas de adoecimento dos trabalhadores. E como trabalhadores, que fazem parte da lógica do neoliberalismo, se faz necessário o estudo do assédio moral

contra os trabalhadores/as e de como essa violência os afeta. A ocorrência de problemas relacionados à saúde mental é a principal causadora do afastamento, desses trabalhadores/as do seu ambiente de trabalho e são observadas desde doenças físicas até psíquicas ligadas ao estresse advindos desses ambientes, recebendo um olhar de muita preocupação por alguns órgãos da saúde voltando-se aos modelos de gerenciais atuais (MARCOVITCH, 1998).

Ainda observamos que, os financiamentos tanto internos quanto externos às instituições universitárias, são uma forma de controlar toda a produção realizada pelos docentes, assim como outros órgãos acadêmicos tratam de controlar também o desempenho dos acadêmicos. Todo o aparato exigido, de uma superestrutura de gestão aumenta o controle sobre as instituições, gera uma sobrecarga de demandas que se voltam para os docentes, que perdem a autonomia sobre seu objeto de trabalho. Os programas de avaliação se estendem até mesmo na pós-graduação, que avalia o desempenho dos pesquisadores/as que passam por classificação, de acordo com sua produção científica. Observa-se então, que cada vez mais tem-se a diminuição da autonomia que seria possível exercer pelos docentes, discentes e pesquisadores (LEMOS, 2011).

Convém salientar que, no setor privado o assédio moral tende a durar menos, já que acaba com a saída do agressor ou da vítima através da demissão, porém, no setor público pode durar anos. Além da carência dos canais de comunicação, entre chefia e subordinados, discentes, docentes e trabalho solitário do/a professor/a essa violência pode durar muito tempo. Observando o trabalho docente solitário sobre pressão, trabalhando sobre expectativas pré-concebidas, recaindo sobre eles/as todos os problemas disciplinares e pedagógicos, além da busca pelo reconhecimento e excelência da instituição, quando os resultados esperados não são alcançados.

Professores/as, através da sua subjetividade, tem influência no processo de aprendizagem, no vínculo criado dentro da sala de aula com algumas atitudes propícias ao surgimento de manifestações, que podem atingir diretamente a integridade psíquica e a autoestima dos/as alunos/as ou até mesmo do próprio docente. O uso do poder hierárquico para determinar tarefas não compatíveis, tempo de instituição, atritos que são comuns de ocorrer com novos/as funcionários/as e quando não se tem a solução desses conflitos, as violências se manifestam. Assim o docente se encontra em contradição, passa a ser questionado sobre seu desempenho em sala de aula, é pesquisador/a mas para isso tem que buscar recursos para financiar suas pesquisas, que leva tempo para atender a todas as burocracias administrativas, é cobrado pelos alunos por formas alternativas no

modo de ensinar, porém, seu salário depende também de suas publicações (LEMOS, 2011).

Tais atos perversos, que advém das posições hierárquicas que cada um ocupa e seus respectivos papéis, muitas vezes não são vistos por terceiros como algo grave para a vítima, que pode ser aceito por já ser esperado e com isso a pessoa passa a não denunciar (SIROTA, 2008).

Os efeitos negativos desses atos acarretam em prejuízos para a instituição, com afastamentos, aposentadorias prematuras, redução da produtividade e desempenho, aumento de atestados médicos e licença-saúde (NUNES e TOLFO, 2012a). Cabe principalmente à instituição e seus gestores/as, desenvolverem medidas de combate e prevenção ao assédio moral. Para tal, é necessário reconhecer que esta violência está presente nos espaços da instituição, mostrando a perseverança em buscar medidas éticas (NUNES e TOLFO, 2012b). Não existe organização perfeita, o que existe são interações múltiplas mais previstas ou desejáveis, e estas devem ser responsáveis por sua ocorrência e isenção dos comportamentos e ações advindas do assédio moral, e buscar controlar os comportamentos das pessoas ou grupos, que favorecem ou dificultam as interações saudáveis e produtivas (FREITAS, 2007).

Portanto, a violência moral pode ocorrer entre colegas ou de forma externa por outras pessoas que estão presentes no local de trabalho, sendo o caso da educação, saúde, sistema bancário, etc. Ocorrem entre profissionais, com alta qualificação como docentes, pesquisadores/as, reitores/as, vice-reitores/as, médicos/as, entre outros, que nos levam a uma dimensão da violência que ainda apresenta pouca visibilidade.

Porém, independente do setor que ocorra é importante combater e prevenir o assédio moral em todos os espaços, por meio de práticas e políticas que contribuem para a divulgação de informações e medidas que auxiliarão na identificação e conscientização de pessoas que frequentam, trabalham e estudam sobre tais condutas. Assim, é possível inibir os casos de assédio moral no ambiente organizacional.

1.2 As políticas públicas de atendimento e proteção e a legislação vigente: sobre uma regulamentação jurídica

Destacamos que o assédio moral vem ganhando visibilidade nos últimos tempos, antes essa violência não era levada em consideração ou passava despercebida, pouco se discutia sobre o tema e pouco interesse era demonstrado sobre ele.

Partimos da premissa de que o assédio moral causa grande impacto não apenas psíquico, mas físico e social, atingindo diretamente a dignidade humana, interferindo negativamente nas relações sociais. As medidas punitivas para agressões relacionadas ao assédio moral, muitas vezes, não são suficientes para tornar o ambiente de trabalho e a sociedade mais saudável. Torna-se difícil diagnosticar as possíveis causas do assédio ou mesmo comprovar sua ocorrência, tanto por falta de conhecimento da vítima que não identifica a violência, ou quando por medo e falta de amparo da instituição, evitam tocar no assunto para não sofrer represálias. Daí a necessidade de tratarmos das políticas públicas que visam a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral, como forma de levantar práticas educativas para solução de conflitos. A finalidade de tais políticas está em abordar soluções preventivas que tornem os ambientes de trabalho pacíficos e evitem o agravamento ou o surgimento de situações de assédio moral, garantindo o acolhimento e o respeito entre seus membros. Por conta disso, no ambiente universitário, também se faz necessário a implementação de políticas públicas para fiscalização, prevenção, orientação aos membros da comunidade acadêmica.

E como cita Hirigoyen (2002b), também acreditamos que o assédio moral deve estar inserido em políticas de prevenção como um risco à saúde do/a trabalhador/a, como um direito essencial. Algumas mudanças são necessárias dentro das organizações, na mesma medida em que ocorrem mudanças dos colaboradores, que atuam e frequentam as instituições, as discussões devem ser realizadas.

Esse tema não se exaure, ao contrário ainda há muito o que ser discutido, principalmente por ser uma discussão muito recente no âmbito jurídico, construindo legislações, que repensem as consequências para os assediadores e tratem de políticas de prevenção, proteção e enfrentamento do assédio moral, na sua totalidade. A falta de denúncias das pessoas, leva a uma menor discussão e criação de legislações específicas para prevenir e punir casos de assédio moral. Consequentemente, ficamos mais vulneráveis a sofrer tais condutas, pois o agressor conta com a certeza da impunidade. No Brasil, tem-se algumas leis municipais e estaduais para tratar do tema dentro do serviço público, porém na esfera federal ainda é muito recente, uma vez que algumas leis já estão em tramitação no Congresso Nacional (SOARES e NETO, 2014). De toda forma, mesmo que o assédio moral não esteja regulamentado no ordenamento jurídico, é tratado como ato ilícito e pode trazer consequências penais.

A seguir, apresentaremos algumas leis e legislações vigentes ou em busca por aprovação para serem efetivadas no estado do Paraná e posteriormente nos municípios, onde as universidades públicas estão localizadas e apresentam leis específicas para casos

envolvendo assédio moral, e também, qual a abrangência dessas leis ou normas quanto à administração pública ou população em geral.

Destacamos que não existe legislação federal que proíbe/coíbe o assédio moral nas relações de trabalho. O que se têm, são iniciativas, tomadas no âmbito municipal e estadual voltadas para as relações sociais nos serviços públicos. O primeiro município a editar uma lei acerca do assédio moral foi Iracemápolis, no interior do estado de São Paulo. Esta lei, de Iracemápolis, se volta para as dependências dos locais de trabalho através da Lei Municipal nº 1.163, de 24 de abril de 2000, tratando da aplicação de pena às práticas do assédio moral, na administração pública do município (IRACEMÁPOLIS, 2000):

Art. 1º Ficam os servidores públicos municipais sujeitos às seguintes penalidades administrativas na prática de assédio moral, nas dependências do local de trabalho:

I - Advertência;

II - Suspensão, impondo-se ao funcionário a participação em curso de comportamento profissional;

III - Demissão

A primeira legislação estadual a tratar do assédio moral, foi elaborada pelo Estado do Rio de Janeiro, que com mais detalhes definiu a punição do assédio moral na administração pública estadual, através da Lei Estadual nº 3.921, de 23 de agosto de 2002.

Destacamos também, a lei aprovada em âmbito federal, de nº 11.948, de 16 de junho de 2009, a qual proíbe empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a empresas que apresentam condenação por práticas de assédio moral. Essa lei, tem o intuito de levar empresas privadas a coibir e orientar funcionários/as para evitar casos de assédio moral dentro da empresa.

Os artigos a seguir, da Lei nº 10.406 do código civil tipificam como crime o assédio moral, sendo ele caracterizado pela omissão e ação de atos abusivos.

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direitos e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa fé ou pelos bons costumes.

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - Os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II - A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não

excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo (BRASIL, 2002).

Entretanto, como nossa pesquisa tem um olhar voltado para o estado do Paraná apontaremos as leis ou legislações e projetos de lei em tramitação disponíveis em nosso estado e em nossa cidade. Sendo importante destacar o Projeto de Lei nº 4.742/2001, o qual o Deputado Federal Marcos de Jesus, após quase 20 anos com a proposta parada, está novamente a ser apreciado perante o Senado Federal. Visando acrescentar o artigo 146-A no Código Penal Brasileiro, tipificando o assédio moral no trabalho da seguinte forma:

Art. 146-A. Depreciar, de qualquer forma e reiteradamente a imagem ou o desempenho de servidor público ou empregado, em razão de subordinação hierárquica funcional ou laboral, sem justa causa, ou tratá-lo com rigor excessivo, colocando em risco ou afetando sua saúde física ou psíquica.

Pena: Detenção de um a dois anos (BRASIL, 2001).

Este projeto de lei visa proteger os trabalhadores contra a violência psicológica, através de práticas repetidas muitas vezes e disfarçadas de brincadeiras, piadas e comentários. O deputado responsável pelo projeto justifica sua importância, por tratar do fato de que o chefe se aproveita da sua posição para tomar atitudes discriminatórias e o/a empregado/a, por medo de ser demitido/a ou afastado/a fica calado/a. Por isso, nesse projeto, o assédio moral só é tratado de forma vertical descendente, ou seja, assédio moral deferido a partir do superior hierárquico para com um funcionário. A aprovação desse projeto de lei representa proteção, com a garantia de desestimular tais condutas (BRASIL, 2001).

A outra lei que está em tramitação para ser aprovada é a de nº 5.971/2001, que visa a inclusão no código penal, do artigo 203-A, que trata da “coação moral no ambiente de trabalho”, segue a redação:

coagir moralmente empregado no ambiente de trabalho, através de atos ou expressões que tenham por objetivo atingir a dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica. Pena - Detenção de 1(um) a 2 (dois) anos, e multa (BRASIL, 2001).

Citamos que existem “outras normas constitucionais que servem de fundamento legal, como os artigos 7º inciso XXII, 170, inciso VI e 225, *caput*”. O empregador deverá garantir um ambiente “seguro e sadio, livre de fenômenos maléficis que causem danos à saúde física e/ou psíquica do trabalhador”. O empregador é responsabilizado por lei e

caso ocorra dano será obrigado a repará-lo (segundo os arts. 186 e 927 do código civil, e danos morais arts. 5, inciso X, da constituição federal de 1988) (ZANETTI, 2010).

Abordamos as leis vigentes na cidade de Francisco Beltrão no estado do Paraná, cidade onde se localiza um dos *campus* da UNIOESTE, berço da nossa pesquisa. O município de Francisco Beltrão possui a Lei nº 4091 de 06 de setembro de 2013 que trata da “vedação da prática do assédio moral no trabalho, no âmbito dos órgãos do Poder Legislativo Municipal”. Antonio Cantelmo Neto, era o prefeito atuante na época da aprovação desta lei, pela câmara municipal de vereadores, que trata no seu Art 1º:

Fica vedado, no âmbito dos órgãos do poder Legislativo Municipal, o exercício de qualquer ato, atitude ou postura que se possa caracterizar como assédio moral no trabalho, por parte de superior hierárquico, contra funcionário, servidor, empregado ou usuário do serviço público e que implique em violação da dignidade desse ou sujeitando-o a condições de trabalho humilhantes e degradantes (FRANCISCO BELTRÃO, 2013).

Portanto, a lei municipal nº 4091 de Francisco Beltrão é voltada para os servidores públicos municipais, e aborda a exposição do funcionário às situações humilhantes e degradantes, características do assédio moral. O texto discorre acerca das ações que determinam o assédio moral como “IV - torturar psicologicamente, desprezar, ignorar ou humilhar servidor, isolando-o do contato com colegas e superiores hierárquicos ou com outras pessoas com as quais se relacione funcionalmente”. Destaca sobre as formas de propagação do assédio moral, seja por meios “eletrônicos, virtuais e digitais como as mensagens de celular, correio eletrônico, redes virtuais de relacionamento, páginas da internet e programas de mensagens instantâneas”. Um importante ponto destacado na lei e que muitos municípios e instituições esquecem de abordar, é que o assédio moral também pode se propagar por outras vias como pela internet. Importante destacar, que a lei trata que o assédio moral realizado por “servidor de qualquer nível funcional passa a ser considerado infração grave”, com as seguintes medidas administrativas (FRANCISCO BELTRÃO, 2013).

- I - Advertência por parte do superior imediato;
- II - Suspensão determinada por este em caso de reincidência;
- III - Demissão a bem do serviço público, em caso de reincidência da falta punida com suspensão.

A apuração dos fatos pode ocorrer por “sindicância ou processo administrativo”, pois caso “houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, em montante ou percentual calculado por dia”, “a demissão será

aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com suspensão, nos termos regulamentares e mediante processo administrativo”. No art. 6º, a referida lei expressa que “nenhum servidor ou funcionário poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento”, porém, ao servidor que está sendo acusado da prática de assédio moral, direito à defesa das acusações (FRANCISCO BELTRÃO, 2013).

Nosso estudo não se esgotou e estendeu-se ao site oficial da UNIOESTE. Buscamos verificar se são disponibilizadas políticas de enfrentamento ao assédio moral, dentro do espaço acadêmico, ou seja, se a instituição tem em suas resoluções e quais medidas são adotadas em casos de assédio moral no *campus*, ou formas de prevenção e punição aos agressores, além de saber qual suporte são oferecidos às possíveis vítimas. Observamos que, em suas resoluções não há escrito nada diretamente ligado ao assédio moral, porém, a instituição realiza diversos debates, palestras e discussões sobre o assédio moral e outras violências aos servidores/as e acadêmicos/as, sendo possível encontrar suporte nos grupos de apoio psicológico. A UNIOESTE busca melhorar a qualidade dos espaços de trabalho em seus *campi*, como o exemplo do Seminário “Todos e todas contra assédio sexual e moral” realizado, inicialmente, no *campus* de Cascavel – PR e posteriormente no *campus* de Foz do Iguaçu - PR, ambos em outubro de 2018 que abordou o assédio moral. Este seminário foi organizado a partir de uma campanha realizada em parceria com o SINTEOESTE (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades do Oeste do Paraná), sindicato que busca lutar contra as situações de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho da universidade. Uma ação importante, elaborada pelo SINTEOESTE esteve na criação de meios para efetuar denúncias de assédio moral e sexual, de forma anônima através do e-mail: denuncia.assedio@sinteoestepr.com.br.

No entanto, por conta da ausência de uma legislação federal específica para o assédio moral, encontramos amparo da Constituição Federal às normas do Código Civil, com indenização por dano moral, além das regras de proteção aos trabalhadores na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que estabelece a dignidade da pessoa humana, como fundamento da República Federativa do Brasil. Leiam no art. 1º:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:(...)
III - a dignidade da pessoa humana;
IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (...)

Portanto, pontuamos aqui que a dignidade da pessoa humana trata que todo ser humano merece respeito, o qual deve ser garantido pelo Estado, implicando em direitos e

deveres de todos os cidadãos contra atos que levem à degradação e à desumanização (SARLET, 1988).

E que nasce do princípio da dignidade da pessoa humana, são todos os direitos e liberdades fundamentais garantidos sem exceção. Daí que, a exposição do trabalhador a essas violências psicológicas, pressões, condutas abusivas, condições precárias de trabalho, falta de assistência médica e psicológica se mostram como violação dos direitos e da dignidade da pessoa humana.

Pontuamos que, o assédio moral visto como prática contra à dignidade da pessoa humana, ainda é pouco reconhecido pelos tribunais. Existe uma dificuldade em reunir as provas necessárias, pois muitas pessoas que passam ou presenciam essas situações ficam caladas pelo medo de perder o vínculo empregatício, para não sofrer perseguições ou simplesmente por não conhecer ou saber identificar o assédio sofrido.

Com essa falta de regulamentação sobre o assédio moral, é comum ocorrerem controvérsias sobre os julgamentos dos atos ocorridos pelos agressores, o que acarreta em muita injustiça às vítimas de assédio moral. Por isso, a responsabilidade deve ser tanto do agressor quanto da empresa/instituição, pois a mesma está sendo conivente com o assédio moral, quando não toma as devidas iniciativas para prevenção e combate dessa prática.

Segundo Hirigoyen (2002b), o conceito de assédio moral deve estar claro nos regulamentos e os/as gestores/as, administradores/as ou diretores/as devem possibilitar que as pessoas tenham acesso a esse regulamento, levantando a posição da instituição contra os casos de assédio dentro da mesma. Por isso, se um município ou estado aborda o assédio moral e apresenta leis sobre tal violência, mostra que não está a favor de atitudes perversas, reforçando as consequências que são aplicadas contra os agressores.

Entretanto, compreendemos que o aumento do desemprego que aflige muitos países reflete diretamente a instabilidade econômica. A disputa capitalista entre os países, leva à insegurança das pessoas em relação ao seu emprego, sem se importar com as consequências desse trabalho excessivo para sua integridade física e psíquica.

Hirigoyen (2002b) diz que os funcionários não se incomodam em trabalhar sob estresse desde que sejam motivados, valorizados e reconhecidos pelos superiores, porém, isso não tira a responsabilidade que os superiores e as organizações devem ter, em honrar seu compromisso com os/as funcionários/as, garantindo sua integridade e fornecendo acesso aos canais de denúncias, apoio psicológico e evitando que o ambiente de trabalho se torne local para práticas de assédio moral.

Dito isto, no próximo tópico abordaremos os materiais informativos de cunho governamental sobre o assédio moral, disponíveis para acesso da população em geral por meio de campanhas de conscientização, canais de denúncias, leis e normas.

1.2.1 Dos materiais informativos de cunho governamental sobre assédio moral

A iniciativa adotada por governantes na aprovação de leis contra o assédio moral, demonstra que o tema vem ganhando força nas últimas décadas, e que em muitos espaços sociais, as condutas de assédio moral, não estão sendo toleradas. Ainda assim, se faz necessário e fundamental apresentar à sociedade, medidas e aprovações na forma de leis. Nos mais diversos espaços sociais e instâncias governamentais, têm-se produzido e divulgado materiais informativos na forma de panfletos, em eventos e nas mídias sociais. O objetivo está em dar visibilidade ao assédio moral, proporcionando informações à sociedade tanto no quesito de prevenção, como de denúncia frente à essa forma de violência social.

Observamos que nos últimos anos o governo disponibilizou alguns materiais informativos sobre assédio moral, o tema passou a ser mais discutido principalmente no setor público. A divulgação de informações ocorreu através da distribuição de materiais informativos, realização de palestras, seminários, atividades e elaboração de cartilhas, buscando divulgar o conceito de assédio moral e suas consequências. Salientamos que a elaboração de cartilhas deve ser realizada por meio de pesquisas com o devido rigor científico, para disseminar as informações corretas, verdadeiras e concretas sobre o assédio moral.

As discussões e debates sobre o tema ocorrem com a iniciativa em divulgar informações quanto ao assédio moral para a população, porém, não há dados acerca da quantidade e qualidade da distribuição desses materiais, quais setores da sociedade estão tendo maior acesso e ganhando mais visibilidade.

Recentemente, um dos materiais divulgados sobre o assédio moral foi uma cartilha elaborada e distribuída pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2010, intitulada “assédio moral e sexual no trabalho”. Aborda os conceitos e exemplos de assédio moral e sexual e efetua divulgações dessas formas de violência aos empregados e empregadores visando eliminar as práticas abusivas. O MTE é um órgão da administração pública federal, responsável por fiscalizar o cumprimento do ordenamento jurídico concernente às relações trabalhistas do país, tendo como dever garantir a

estabilidade nos empregos, fazendo conciliações entre sindicatos, empresas e trabalhadores.

O MTE foi criado por Getúlio Vargas em 1930, como uma reivindicação da classe operária, anteriormente era chamado de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Achamos importante destacar os objetivos e a importância desse órgão, porque este ministério tem por objetivo, garantir a segurança e a saúde do trabalhador e trazer visibilidade ao assédio moral e sexual que ocorrem no ambiente de trabalho, dois objetivos que vão ao encontro da nossa temática de pesquisa.

O MTE é responsável por fiscalizar se as empresas cumprem com as normas estabelecidas, investigando as denúncias recebidas e tomando iniciativas para regularizar as situações denunciadas, ou seja, a cartilha é de responsabilidade do órgão emissor. Em seu conteúdo, afirma que a comissão de ética setorial, orienta e aconselha, sobre as condutas éticas do servidor. O MTE foi extinto, no dia 01 de janeiro de 2019, pelo governo de Jair Bolsonaro, através da Medida Provisória (MPV) nº 870, posteriormente convertida na Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, tendo suas atribuições divididas entre o Ministério da Economia, Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança. Com isso, o fim do Ministério do Trabalho representa o término de uma parceria para a efetivação dos direitos fundamentais dos trabalhadores, sendo que a fiscalização do trabalho auxiliava nas investigações do MPT, em temas como o combate ao trabalho escravo e às irregularidades no meio ambiente. O quadro de auditores fiscais já vinha sendo reduzido anteriormente demonstrando uma clara intenção de reduzir a eficiência da fiscalização dos meios de trabalho ofertados pelos empregadores, aumentando os riscos de ex trabalhadores e dificultando a fiscalização de meios de trabalhos indignos e degradantes.

Outra cartilha, elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2016 por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, intitulada “Assédio Moral e Sexual, Previna-se” busca oferecer informações sobre o assédio moral e sexual, suas formas de identificação, quais providências devem ser tomadas e como elas garantem a proteção à vítima e responsabilização do agressor. Esta cartilha reforça que o assédio é a violação da dignidade humana e que devem ser garantidos os direitos fundamentais que estão previstos na constituição federal, atribuição do ministério público que tem objetivo de garantir a ordem jurídica e os interesses da sociedade, considerando a constituição (BRASIL, 2016).

No âmbito estadual, o Paraná disponibilizou em 2008 uma cartilha abordando o assédio moral no serviço público, intitulada “Assédio Moral, subsídios para a defesa dos

direitos do trabalhador” e, a convite das entidades sindicais e do movimento social de vários municípios do estado, foi possível levantar o debate sobre o assédio moral na administração pública e privada. O texto inicial diz que seus dados buscam estar atualizados no que se refere à legislação, para acompanhar a evolução da justiça no que se refere ao assédio moral, às medidas adotadas para punir os assediadores e dar amparo às vítimas. O objetivo da cartilha é levar informações que possibilitem “a sociedade identificar o problema e encaminhar as soluções” (p. 09). Um aspecto da cartilha e que não encontramos em outros materiais, refere-se ao fato dado à importância de conhecer as situações que levam a desencadear o assédio moral e o primeiro passo para bani-lo. A proposta é a ampliação do debate, juntamente com muitas iniciativas que compreendem a importância do debate para a sociedade. A cartilha aponta que várias iniciativas foram adotadas por movimentos sindicais, realização de debates e seminários, para elaborar materiais informativos com a proposta de judicialização e criação de espaços de acolhimento. Um dado importante refere-se, ao aumento significativo de pesquisas e publicações acadêmicas sobre o tema, dando maior visibilidade à sua relevância e alcançando segmentos da sociedade, que antes não eram atingidos. Importante ressaltar que, muitas dessas pesquisas foram desenvolvidas, em conjunto com o município ou empresas. A cartilha, que tem como responsável pelo trabalho informativo, o Deputado Tadeu Veneri, apresenta o que é o assédio moral e formas de assédio moral. Tece sobre os efeitos causados pelo assédio moral e combate por via judicial, busca relatar que se torna frágil a luta nos tribunais pela difícil formação de provas pela vítima. Na maioria das vezes o assédio moral vem sendo reconhecido por dano moral, muitos só buscam por justiça quando estão desligados do local onde ocorria tal violência. A cartilha também relata algumas situações reais, que ocorreram sobre assédio moral no local de trabalho e qual o processo judicial ocorrido, além de abordar as formas de combate ao assédio moral. Uma importante observação, com relação a essa cartilha, diz respeito à abordagem de temas e discussões que outras não realizam, essa cartilha elaborada pela assembleia legislativa do paraná   de distribui  o gratuita (PARANÁ, 2019).

As institui  es de ensino precisam ampliar e fortalecer os mecanismos de controle, preven  o e combate ao assédio moral. No entanto, o primeiro passo para isso   aceitar que nos espaços institucionais de ensino, tal violência possa estar ocorrendo.

A campanha realizada pela UNIOESTE intitulada “Todos e todas contra assédio sexual e moral”, em conjunto com o SINTEOESTE, trouxe uma iniciativa na qual buscou elaborar cartilhas com mais informa  o sobre o tema assédio moral, incluindo o assédio sexual. O objetivo dessa campanha esteve em levar as pessoas a identificarem essas

práticas e reconhecerem quando podem estar sendo assediadas. Defendemos que essas práticas são importantes e devem ocorrer com mais frequência, prevenindo casos de assédio moral (SINTEOESTE, 2018).

Outra importante campanha foi realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP), que no mesmo dia da luta contra o assédio moral 18 de setembro, apresentou três folders intitulados “o seu assédio coloca em risco minha saúde”, “o assédio abala meu emocional, me deixa profissionalmente desestabilizada” e “assédio é incompatível com a constituição, deve ser combatido”, tratando do assédio moral que os/as educadores/as estão sofrendo com a pandemia da Sars Cov-2 durante o ano de 2020. O folder foi exibido nas redes sociais do sindicato, o qual tem a ideia inicial de cobrar por políticas que garantam a saúde dos/as educadores/as, visto que o número de adoecimento dos profissionais tem aumentado. Apresentamos essa mobilização, por estar acontecendo enquanto a presente pesquisa é realizada e pela importância em apresentar que os/as professores/as enquanto funcionários/as públicos, sujeitos a esse tipo de violência, cobram do Estado políticas de saúde para a categoria, este que deveria garantir esses direitos aos professores e não provocar seu adoecimento.

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, criou em maio de 2020 em edição a Resolução nº 2473 o “Núcleo de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação (NUPAD), no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), o qual estabelece estratégias de prevenção e atendimento às vítimas de assédio, recebendo denúncias e dando suporte para o enfrentamento do problema. A iniciativa é dita como importante para melhorar as condições de trabalho, tornando um ambiente saudável e livre de condutas inapropriadas.

Muitas informações são disponibilizadas online, nas páginas oficiais dos órgãos, ou nas mídias sociais, canais de comunicação que as pessoas têm mais contato. Assim, o Ministério Público Federal (MPF) disponibiliza na sua página oficial na internet, informações sobre palestras que orientam sobre como identificar o assédio moral, os meios que as vítimas devem adotar para efetuar as denúncias, fazendo também campanhas sobre a prática do assédio moral. Esta página oficial, visa conscientizar trabalhadores sobre a gravidade e os prejuízos para as relações de trabalho. Nela, existe uma área com perguntas e respostas sobre assédio moral, sexual e discriminação. Encontramos, disponíveis para acesso, cartilhas que abordam o assédio moral e sexual, como a cartilha “assédio moral, sexual e discriminação” que foi produzida pela Ouvidoria do MPF e o Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR) em 2016 (BRASÍLIA, 2016).

Acreditamos não ser apenas responsabilidade do governo a divulgação de materiais informativos. As empresas, sindicatos e associações devem promover o debate e cumprirem com seus deveres, produzindo materiais para divulgação do assédio moral e dos direitos dos trabalhadores previstos ou em leis, código civil e constituição federal.

1.3 Características, Dinâmicas e Consequências do assédio moral

A importância das características do assédio moral, está atrelada a facilitar sua identificação por possíveis vítimas, reduzindo o número de casos, aumentando as denúncias e propiciando diminuição dos impactos causados por essa violência, fortalecendo as lutas para minimizar os casos de assédio moral.

Assim, os estudos sobre assédio moral, apresentam definições e classificações que se complementam e auxiliam na caracterização do assédio moral, causando atitudes negativas que ferem a integridade das pessoas, seu desempenho no trabalho, criando climas desagradáveis no ambiente de trabalho e envolvendo outras pessoas (EINARSEN *et al.* 2005).

O assédio moral não ocorre porque a pessoa apresenta alguma doença individual, psicológica ou por falta de caráter, mas porque ocorrem estratégias de gestão que impedem a união e o reconhecimento das classes. As exigências materiais que produzem o assédio moral são ocultadas, aparecendo assim, como conflito pessoal entre os trabalhadores. O assediador adota posturas de autoritarismo para se manter no poder ou para buscá-lo, se satisfazendo quando rebaixa o outro, apenas para mostrar o seu poder ou para se sobressair diante dos outros. Ele não admite que cometeu falhas e nem assume sua responsabilidade, não valorizando o trabalho dos colegas ou subordinados.

As agressões podem ser classificadas de acordo com a posição do assediador, podendo ser um assédio pessoal, que envolve relações interpessoais e também de forma organizacional, que está associado ao trabalho (SOBOLL, 2008).

O assédio moral é mais difícil de identificar devido a sua sutileza e invisibilidade, sendo muitas vezes discreto e indireto, como por exemplo: um olhar irônico. Essa sutileza se caracteriza por pequenas atitudes que vão se intensificando, sendo difícil a comprovação de seus atos, por ocorrerem na maioria das vezes quando não há testemunhas e pela negação do agressor que coloca a culpa sobre a vítima.

Quanto à vítima que inicialmente não apresentava nenhuma fraqueza psíquica, passa a apresentar, pois o assédio desencadeou, visto que a vítima reagiu contra o autoritarismo. O assédio acompanha a desqualificação da vítima, justificando que a vítima

mereceu e então passa a estigmatizá-la. Na verdade, o que ocorre é que o ato traz a “personalidade da vítima aquilo que é consequência do conflito, e se esquece o que a pessoa era antes dessa situação e o que é em outro contexto” (FREITAS, 2001).

Portanto, é importante que analisemos os elementos que caracterizam o assédio moral, para que identifiquemos qualquer conduta que possa ser considerada com tal. Vários autores e pesquisadores citam a mesma característica, vinda do assédio moral. Segundo Zanetti (2010), o assédio moral pode ser caracterizado sobre critérios de repetição, duração e frequência, tendo ação ou omissão de suas atitudes hostis que acontecem de forma consciente, ou seja, o agressor sabe bem o que está fazendo. Para Heloani (2005), a frequência e o tempo são indispensáveis para caracterizar o assédio moral, assim Barreto (2005) aponta que o tempo de duração do assédio moral visualizado nos resultados de seus estudos, varia de três meses a mais de três anos. Contudo, quanto maior o tempo e exposição às humilhações mais degradado serão os ambientes, as relações interpessoais, a saúde coletiva e individual.

Mas antes é importante citar que, alguns fatores como o medo em perder o emprego ou qualquer benefício pode ser um fator desencadeante para a ocorrência do assédio moral, pois se a vítima não tiver medo, ela irá reagir imediatamente quando o ataque ocorrer evitando que se prolongue.

A autora Hirigoyen (2002a), categoriza as condutas do assediador em uma lista de atitudes hostis, como deterioração proposital das condições de trabalho, isolamento e recusa de comunicação, violência física, verbal e sexual atentado contra a dignidade das pessoas, além de desqualificar o que ocorre de forma leve e imperceptível, utilizando-se de linguagem não verbal ou de brincadeiras para efetuar críticas.

Também é importante citar a direcionalidade das agressões, as quais podem ter um alvo específico ou a um grupo. Alkimin (2005), cita que a conduta só é dita como assédio moral se não se apresentar como ato isolado, direcionado ao assediado visando desestabilizá-lo. Segundo Trombeta e Zanetti (2010), humilhações seguidas de desculpa não se caracterizam como assédio, a menos que se apresente de forma acumulativa e isolada. Salin (2003) também afirma que a diferença entre conflito e assédio moral é a frequência e a duração em que ocorre. No entanto, o assédio moral pode começar com a impossibilidade de comunicação da vítima, ou seja, o agressor irá tentar silenciá-la ou dificultar seu pronunciamento, impedindo de efetuar a denúncia (GUEDES, 2003).

Outra atitude tomada pelo agressor é a desqualificação, ou seja, o agressor irá menosprezar e humilhar a vítima, questionando sua capacidade e competência, desprezando tudo o que a vítima realizar (GUEDES, 2003). O ato de vexar segundo a

autora Freitas (2001), é quando o agressor faz a vítima realizar tarefas degradantes ou excesso de trabalhos que depois é jogado fora, ou induzir o outro a cometer erros para depois desqualificá-lo e criticá-lo, justificando seu rebaixamento com palavras de provocação e desprezo, levando a comportamentos impulsivos até ser taxado/a de desequilibrado/a (FREITAS, 2001).

Heloani (2005), acredita que a intencionalidade em desqualificar seguida da fragilização da pessoa, que por fim leva a uma despersonalização, são características do assédio moral. A justificativa por seus atos se dá de forma inconsciente, como merecimento desses ataques e pela necessidade de estar sob seu domínio, como forma de disciplina que o agressor usa com intenção de anular a vítima, pois sente-se ameaçado, porém, essa ameaça é uma construção do seu inconsciente manipulado por si mesmo. No entanto, independente da forma que se manifeste, a violência coloca em risco os direitos humanos. Podendo ser tratado e pensado como questão de saúde pública, visto que também causa danos pessoais e sociais. Facilmente identificado no mundo todo ora visível ora não visível (SCIALPI, 2004).

A destruição da autoestima é o próximo passo para a continuidade e devastação do assédio moral. Ela começa com pequenas insinuações, brincadeiras de mau gosto ridicularizando a vítima na frente de outras pessoas. É tratada com desrespeito, vivendo uma onda de psicoterror (GUEDES, 2003).

Em seguida, vem a fase do isolamento, na qual a vítima não é incluída nos encontros, reuniões, festas, confraternizações e divisão de lucros etc., gerando um sentimento de isolamento, de que sua presença não é importante e nem querida (GUEDES, 2003). O isolamento e recusa de comunicação ocorrem com objetivo de constranger. A recusa de comunicação pode acontecer por meio de uma limitação verbal, apenas por escrito, evitação de contato visual, interrupção constantemente, isolamento de qualquer evento, reunião, conversas etc., são atitudes que podem vir de um colega, do mesmo nível hierárquico ou de superiores.

Observamos que o ato de isolar consiste no agressor tentar separar a vítima dos outros e das relações interpessoais do ambiente que frequentam, privando-a de informações básicas, reuniões, participações em eventos, publicações, financiamentos, pesquisas etc. Estas formas de opressão são potencializadas com humilhações, que se diferenciam, a cada um, de acordo com seu gênero. Para mulheres seriam voltadas ao sexismo e os homens voltadas à masculinidade, ou seja, utilizando-se das características físicas de cada um (SOUZA, 2009).

E por último, o constrangimento efetuado, na frente dos outros colegas, com a intenção de humilhar e constranger, seja por meio de atividades degradantes e inúteis ou impondo exigências superiores ao que lhe compete, utilizando-se de palavras para continuar seus ataques (GUEDES, 2003).

São também consideradas ações que podem caracterizar assédio moral: atentar contra a dignidade, agir com desprezo, fazer chacotas (palavras para desqualificar a vítima) utilizando-se de sua vida pessoal ou não, podendo estes comportamentos partir de colegas. Ao atentar contra a dignidade de outra pessoa, por meio de gestos, insinuações, desprezo, chacotas e brincadeiras de mau gosto, o agressor tenta desqualificar a vítima e criticar suas origens, nacionalidade, problemas pessoais, deficiências e gênero, sendo muitas vezes proferidas por motivo de inveja (BARRETO, 2005).

O assédio se manifesta de três modos distintos sendo eles: o horizontal (descendente e ascendente), vertical (ascendente, descendente) e o misto.

Segundo Hirigoyen (2002a), no assédio horizontal, a violência ocorre entre colegas da mesma posição hierárquica para o outro sem diferenças hierárquicas, ou seja, de relações sem distinção hierárquica e sem subordinação, causado por conta de disputas, na busca por posição e reconhecimento pela influência do assédio descendente.

No assédio moral vertical que possui frequência é menor, ocorre com a violência do subordinado para o superior hierárquico, de uma ou mais pessoas que não aceitam receber ordens do superior. Esta situação acontece com frequência quando o cargo superior é ocupado por uma mulher. É vista diante da desigualdade de gênero, quando sofrerá assédio de seus subordinados que podem ser homens ou com cargos de não chefia. Esse tipo de assédio não é menos importante e faz com que a pessoa assediada, sofra as consequências como nos outros tipos (HIRIGOYEN, 2002a). Essa forma de violência é menos comum, mas não menos importante.

Também no assédio moral vertical é visualizado maior frequência, pois a violência parte de um superior hierárquico para o/s subordinado/s ou de menor nível hierárquico. O superior detém o poder e utiliza do seu cargo para realizar formas degradantes e humilhantes de tratamento aos de menor cargo. Poder desigual é uma característica do assédio moral e relações hierárquicas do tipo vertical descendente são mais comuns, podem ocorrer pois as vítimas não se adequam aos padrões impostos pelo superior hierárquico (HIRIGOYEN, 2002a).

No assédio moral do tipo misto é observado a presença do assédio horizontal que dura um longo tempo e que, por conta da omissão dos responsáveis pela segurança integral dos integrantes, passa a ser um assédio do tipo vertical descendente

(NASCIMENTO, 2003), ou seja, tem a presença do assédio vertical e o assédio horizontal (HIRIGOYEN, 2002a). Observa-se que o assédio moral ocorre com mais frequência em ambientes de trabalho, porém, é possível verificar em outros ambientes onde haja relações de poder (BARRETO, 2005).

No entanto, esses ataques advindos do assédio moral levam o indivíduo a desenvolver problemas de saúde conduzindo-o a causas médicas e jurídicas. É um fenômeno individual, social e organizacional e seus impactos de vários graus e como se manifesta em cada esfera. Como no âmbito individual, a vida psicossocial da vítima é atingida pelos assédios que irão atingir sua personalidade, auto estima e identidade pessoal, gerando desordem psíquica, profissional, social, familiar e afetiva, provocando problemas de saúde, de natureza psicossomática, que desestabilizam sua vida (FREITAS, 2007). Essas implicações não podem ser resolvidas de uma hora para a outra, mas duram um longo tempo e podem influenciar as pessoas ao seu redor, como famílias e colegas. Não se pode mensurar as consequências que permanecem, algumas como física, mental, desestruturação de carreira e família e suicídio.

Quando o homem prefere a morte à perda da dignidade, se percebe muito bem como a saúde, trabalho, emoções, ética e significado social se configuram num mesmo ato, revelando o quão prejudicial pode ser a humilhação. (BARRETO, 2000, p.242)

As consequências dos conflitos prolongados, ainda podem ser evidenciadas como danos pessoais, afetivas, familiares e sociais, levando a um isolamento social. Estas condições se apresentam em diversos graus nas “diversas comunidades organizacionais”, e serve de parâmetro para o entendimento do problema (TOLFO e OLIVEIRA, 2015). A autora Hirigoyen (2002b, p. 66) salienta como a família enquanto grupo social sofre as consequências do assédio moral cometido no ambiente de trabalho: “Não se morre diariamente de todas essas agressões, mas perde-se uma parte de si mesmo. Volta-se para casa a cada noite, exausto, humilhado e deprimido”.

Barreto (2006) também expõe estudos sobre o assédio moral e o denomina como uma humilhação, que compreende como dor social numa sociedade, que possui relações autoritárias e de submissão.

Humilhação é o sentimento de ser ofendido, menosprezado, rebaixado, inferiorizado, submetido, vexado e ultrajado pelo outro. É sentir-se um ninguém, sem valor, inútil; magoado, revoltado, perturbado, mortificado, indignado, com raiva. As emoções em nova ordem podem ser causa de liberdade ou servidão (BARRETO, 2006, p. 188).

Embora muitas pesquisas estejam abordando casos reais de assédio presentes na nossa sociedade, pouco se conhece sobre as características principais advindas das práticas de assédio. Independente da direção que ocorre, essa violência marca a vida da vítima. Alguns sintomas dessa violência podem ser de ordem física ou psíquica como, dores esporádicas ou generalizadas, tensões musculares, vícios, uso de drogas e álcool, cansaço excessivo, ansiedade, irritabilidade, cefaleia, isolamento de qualquer relação, crises de choro, paranoia, dificuldade para dormir, pressão alta, diminuição de peso, problemas de pele, tremores, distúrbios hormonais (HOEL, SPARKS, COOPER, 2001), (KEASHLY, JAGATIC, 2003) e (BARRETO, 2006). Além de levar à diminuição da capacidade de concentração, depressão e pensamentos autodestrutivos como suicídio, induz a cometer erros, afetando seu emprego e família dando-lhe sentimentos de inutilidade (FREITAS, 2007). Os primeiros sinais advindos do estresse são: palpitações, sensações de opressão, falta de ar, fadiga, dores abdominais, bem como manifestações psíquicas, como ansiedade. É diante de uma situação de estresse que o organismo se põe em estado permanente de alerta, visto que, as agressões e humilhações permanecem na memória. As vítimas agredidas apresentam “distúrbios de memória e concentração”, podem perder ou aumentar o “apetite” ou apresentar “condutas bulímicas” que auxiliam no consumo exagerado de “álcool e fumo” (HIRIGOYEN, 2002a).

As consequências podem ser danosas degradando a qualidade de vida, fazendo a vítima entrar em conflito querendo desistir e não poder, ocasionado por vários motivos um exemplo seria questões econômicas, a cultura organizacional não facilita “levando-o a um estado de ansiedade e angústia, e a um profundo estresse crônico que mina sua saúde física e mental” (TOLFO e OLIVEIRA, 2015, p. 25). Os autores ainda citam as consequências:

Transtornos de ansiedade, depressão, *burnout* e doenças psicossomáticas. Adoentado, o indivíduo prende-se ainda mais a essa armadilha pelo aumento da Ansiedade e angústia, o que eleva o conflito citado anteriormente, realimentando este ciclo. Uma das manifestações emocionais mais comuns entre os assediados é o sentimento de culpa tanto por parte de si mesmo quanto por parte dos seus colegas de trabalho, o que evidentemente reforça o adoecimento, reforçando mais uma vez o ciclo (TOLFO e OLIVEIRA, 2015, p. 25).

Esses casos de assédio levam a um ambiente degradado, causa danos psicopatológicos como depressão, insônia, ansiedade, além de riscos psicossomáticos como dores no corpo, enxaquecas, taquicardia, hipertensão, distúrbios digestivos e

problemas psicológicos como crises depressivas (NASCIMENTO, 2011; CARAN et. al., 2010; NUNES e TOLFO, 2012; HELOANI e BARRETO, 2015; HIRIGOYEN, 2002).

No âmbito organizacional, os efeitos podem se destacar obrigando ao afastamento das vítimas por doenças, acidentes de trabalho e queda da produtividade. No âmbito social ocorre prejuízos que a sociedade passa também a sofrer, ocasionado pelas práticas do assédio moral que atingem a todos/as, isso nos mostra que essa prática se manifesta nos mais diversos espaços de organização da sociedade. Basta observar o aumento dos acidentes de trabalho, aumento de atestados, licenças, hospitalizações, remédios, tratamentos longos, aposentadoria precoce, desestruturação familiar e social, suicídio e diminuição do potencial empregatício. E quando essas pessoas se tornam incapazes de retornar ao trabalho, o restante da sociedade também sofre pelas consequências, pois consequentemente terá um aumento de procura médica, trabalhista e judiciária com problemas que poderiam ser evitados e solucionados na esfera organizacional, além da economia de dinheiro na esfera pública, que poderiam ser direcionados para projetos voltados para a prevenção e combate ao assédio moral (FREITAS, 2007).

Observa-se então que o assédio moral não ocorre como uma consequência indesejável, mesmo que pareça ser por conta da gestão do trabalho, ocorrendo pela forma de gerir o trabalho. O que pode causar o assédio ainda não é bem claro, porém algumas pesquisas apontam para preconceitos, ciúme, inveja, rivalidades, competitividade. Sendo que a própria vítima que se coloca como diferente do grupo, em algumas situações o grupo é responsável por colocar a vítima nesta posição, advindo de alguma característica ou por apenas se destacar dos demais, seja com escolaridade, cor, sexo, gênero, cultura, limitações físicas e mentais, salário, idade, condições financeiras, doenças ou até mesmo por atributos ligados a inteligência da vítima podem estar ligados e sujeitos a ser alvo do agressor. Portanto, o que lhe coloca como alvo do agressor é a sua singularidade (HIRIGOYEN, 2002a; BARRETO, 2006).

Na América Latina, o Brasil foi o primeiro país a realizar pesquisas na área da saúde mental e vários/as pesquisadores/as de vários países buscam criar redes de combate ao assédio moral, possibilitando que novas reflexões e ações aconteçam ampliando os conhecimentos sobre o assunto, promovendo estratégias de prevenção e combate. No ano de 2000, a OMS (Organização Mundial da Saúde) levantava um alerta para o aumento de casos de depressão, que seria a segunda maior causa de incapacidade e morte no planeta, esse aumento estava ligado às condições sociais de pobreza, violência e estresse (BARRETO, 2005). Os Estados Unidos da América e o Japão lideraram as estatísticas com o maior índice de vítimas de suicídio, consequências advindas do desgaste emocional

e sofrimento psíquico causados pelo aumento dos casos de assédio moral, o qual envolveu debates sobre a necessidade de diagnóstico e tratamento por profissionais especializados na saúde mental (BARROS, 2005).

Um mundo de exigências por inúmeras competências, que se apresenta em constante mudança, pode levar há uma geração insegura, ansiosa, solitária e com baixa autoestima (BARRETO e HELOANI, 2015). A seguir, buscamos compreender o assédio moral através da reflexão no campo da educação juntamente com um olhar psicanalítico, que nos auxiliou na compreensão do assédio moral e sua ocorrência no contexto da educação.

1.4 O Assédio Moral no campo da Psicanálise e da Educação

A introdução da Psicanálise no debate do tema sobre o caráter agressivo do ser, nos leva a compreender a violência no geral, como o assédio ocorre pela conscientização de que a violência é inerente no homem, na mulher e na sociedade. Para a psicanálise, gênero não se apresenta como uma categoria de análise, mas sim o humano, essa área contribui para a compreensão do fenômeno e das relações de poder. Se faz necessário utilizar-se de discussões das atitudes perversas e utilizando a psicanálise em contribuição às discussões, principalmente voltando-se para o campo pedagógico do ambiente acadêmico.

Assim, compreendemos que a psicanálise e a educação percorrem um caminho complexo, que entrelaçam seus saberes ao desenvolvimento humano, o que permite levantar questões sobre o funcionamento do psíquico do ser humano na relação de transferência do/a aluno/a-professor/a, no prazer de aprender. Assim, entrelaçam num processo de mudança nas suas respectivas áreas de atuação.

A educação deve estar comprometida no desenvolvimento de uma criança para a vida adulta, na sua inserção ao mercado de trabalho, na sua formação pessoal e social, sendo um importante período na determinação das neuroses. O poder quando exercido por um indivíduo sobre outra pessoa é prejudicial, levando a consequências inimagináveis para a vítima. Esse poder se manifesta de maneira violenta. Para a psicanálise, o sujeito é responsável pelas suas ações, independente de terem sido estimuladas consciente ou inconsciente, isto é, se houve intenção ou não em realizar os atos perversos e suas consequências. Propor modelos educacionais que se pautam em conceitos psicanalíticos foi pensando por muitos profissionais, porém restringiam o sujeito do inconsciente ao âmbito individual. Hoje em dia a visão sobre isso tem-se mudado, portanto, pensar no

sujeito do inconsciente nos mais diversos espaços é possibilitar um olhar naqueles envolvidos em todos os processos de ensino-aprendizagem.

Compreendemos que a aprendizagem é um processo mútuo de construção que ocorre entre educadores e educandos, reconhecendo que o espaço educativo necessita cuidar também além daqueles conteúdos programados. Ou seja, a psicanálise juntamente com a educação contribui para elucidar os espaços educacionais, sendo que esses precisam também desenvolver trabalhos sobre os aspectos emocionais dos/das estudantes.

As intervenções psicológicas acontecem para prevenir e tratar diversos contextos, se dirigindo também ao assédio moral, já que esse fenômeno causa sofrimento psíquico, sendo considerado um risco psicossocial, acometendo espaços educacionais e as relações entre professor/a-aluno/a. Portanto, a psicanálise vai buscar contribuir e entender sobre vários aspectos estabelecidos e manejados pelos educadores e que podem contribuir para potencializar os processos educativos dos/das estudantes.

Formas de reconhecer as potencialidades dos estudantes e de cada educador/a é uma questão norteadora de ações a serem adotadas para reconhecer as relações educativas. E para que aconteça um processo de aprendizagem satisfatório é preciso que a comunidade educativa esteja saudável emocionalmente. Visto que, muitas das dificuldades encontradas pelos estudantes têm origem afetiva. E na relação professor/a-alunos/as depende na maioria das vezes da maturidade afetiva do/a próprio/a professor/a, se ele/a próprio/a permite resolver suas próprias dificuldades, com certeza poderá ajudar o/a estudante a resolver suas dificuldades.

Atividades podem ser desenvolvidas nos ambientes estudantis para tratar assuntos como o suicídio, depressão, ansiedade e a automutilação, sendo que são assuntos que influenciam a vivência de todos os representantes da comunidade. Sendo importante também oferecer profissionais capacitados para orientar, oferecendo um espaço de acolhimento, pois a presença desses profissionais possibilita intervenção e acolhimento que viabiliza a comunicação de todos/as dentro do ambiente educacional.

Portanto, reconhecer o fator emocional como produtor dos processos educacionais e buscar compreender como esses fatores interferem na vida do/a estudante e profissionais gere possibilidades de intervir frente a esses fatores. Utilizar a escuta psicanalítica é a melhor forma de contribuir para a melhoria no aprendizado de forma assertiva buscando analisar se aquele espaço e aquele/a educador/a estão fazendo algum sentido para o/a estudante, assim, com essa escuta poderá analisar as interferências que não estão contribuindo para a formação do estudante. Quando ações simples são tomadas, juntamente com uma conversa acolhedora por exemplo, é possível mudar a figura do/a

professor/a que é tomada pelos/as estudantes, ocorrendo uma mudança na relação do educando com o espaço educacional. Assim, a psicanálise pode auxiliar o/a educador/a, permitir compreender em profundidade o sujeito, para isso acontecer o/a estudante não deverá estar numa relação de submissão passiva a autoridade dos educadores.

Portanto, a psicanálise e a educação são abordadas segundo Voltolini (2011), em conjunto para compreender suas semelhanças, diferenças e as possíveis conexões entre elas, sobre o desenvolvimento humano e as relações entre professor/a-aluno/a. Com isso, a Psicanálise aponta que um modelo educativo muito rígido é um dos principais causadores da neurose por conta da repressão. O autor tratou da psicanálise como busca para evidenciar uma nova face da educação.

Para Kupfer (2007), talvez possamos pensar que é deste modo que a psicanálise pode ser potente quando se encontra com a educação. Ao referir-se à impossibilidade estrutural da educação, a psicanálise aponta para algo maior que a figura do professor, por exemplo. O que implica perceber que a relação aluno-professor, longe de ficar restrita às questões relativas ao conteúdo ministrado e às boas intenções do docente, passa necessariamente por inúmeras questões inconscientes relativas ao sintoma e à posição na relação com o Outro de cada um, no caso do professor e do aluno.

A psicanálise adentra nas discussões e reflexões pedagógicas para auxiliar na compreensão de atitudes que podem ser adotadas na formação acadêmica, visto que, alguns impasses podem comprometer o desenvolvimento das pessoas. Contudo, citamos as dificuldades que os pais tem em esclarecer as dúvidas dos/as filhos/as quanto à sexualidade, pois ainda tratam a educação moralizante, repressora que traz o aumento do adoecimento neurótico dos/as filhos/as, fazendo-os percorrer um caminho tortuoso até se tornarem adultos. Mesmo que esse caminho do sujeito seja incerto e que ao longo da sua educação possa sofrer naufrágios. Dessa forma, a psicanálise adentra nas reflexões pedagógicas, estabelecendo relação com a educação que de acordo com Voltolini (2011), a educação é um importante instrumento de mudança, que ao longo da sua formação passa por muitas transformações, que auxilia no processo de emancipação do indivíduo.

Porém, o/a educador/a a partir do poder sugestivo trabalharia na medida ideal do eu para o/a aluno/a, garantindo sua influência sobre ele/a. Desta forma, os/as educadores/as devem ter cuidado para não ceder à tentação de abusar do orgulho educativo, sendo esse ponto perigoso para fins analíticos, ou seja, Voltolini (2011) afirma que o excesso de repressão, tomado na educação, pode levar a problemas psíquicos para a criança. Esta repressão deveria ser moderada chamando os/as educadores/as a terem

mais empatia, com limites e de forma mais branda, observando o que era autoritarismo e não autoridade. Muitas práticas confundidas com o autoritarismo se devem ao seu poder destrutivo.

Pensar na educação segundo Voltolini (2011), é pensar no parentesco existente entre a prática de educar, governar e o psicanalisar, além da preocupação dos/as educadores/as em formar pessoas. Pois, a educação tem a ver com a transmissão de conhecimentos que levam o sujeito a se construir e assim se diferenciar do outro de forma singular, encontrar seu lugar socializando com os outros administrando as diferenças. Pois cada aluno/a é diferente, cada um/a tem uma forma diferente de compreender o que lhe é ensinado. Portanto, compreendemos que a educação é muito além de apenas transmitir conhecimentos, ela também inclui o sujeito do inconsciente, que rege a vida do sujeito. Como no processo de aprendizagem no qual podemos dizer que um saber ao mesmo tempo que escapa ao sujeito, também o constitui.

Observamos então que na psicanálise, o inconsciente fala e fica suscetível a outras coisas que não são advindas do campo da educação. A psicanálise é uma abertura para transformações e para a exploração de novos campos (BOKANOWSKI, 2002). Professores/as tem grande influência sobre a criança, se deparando com suas antigas vivências, as quais reproduz e passa como uma forma de vivência e ensino.

No próximo capítulo discutimos a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa e compreendemos como a ética da psicanálise nos auxilia a enfrentar o assédio moral.

Capítulo II

2. O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: A VIOLÊNCIA PERVERSA NO COTIDIANO

Neste capítulo, discorreremos sobre a fundamentação teórica metodológica da pesquisa, como a pesquisa andou ao longo desse período de estudo. Abordamos a metodologia utilizada para a pesquisa, tratamos da forma de gestão que favorece o surgimento do assédio moral nas universidades, da relação perversa entre o assediador e a vítima e expomos uma visão psicanalítica do assédio moral. Além da ética no comportamento humano que influencia em suas ações, bem como na conduta ética adotada pelas instituições frente aos casos de assédio. Apontamos o número de trabalhos realizados por universidades, que foram encontrados na busca realizada nos bancos de dados dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que teve foco nas pesquisas científicas que abordam o assédio moral no ambiente universitário. Estes dados são apresentados por meio de gráficos e tabelas, a fim de facilitar sua visualização. Por fim, discutimos como uma pessoa torna-se perversa numa visão psicanalítica.

2.1 Fundamentação teórico-metodológica da pesquisa

O enquadramento metodológico está ancorado na bibliografia especializada. Segundo Duarte (2002), um processo importante para o/a pesquisador/a é a busca pelo objeto de pesquisa e pela metodologia a ser aplicada. Quando ocorre de maneira satisfatória, traz a construção do objeto e demonstra a capacidade de definir qual a melhor forma de análise aplicada ao objeto. Podemos apresentar nossos instrumentos e interpretações dos dados relatando os procedimentos de pesquisa, mostrando aos leitores o caminho percorrido, pois uma pesquisa é sempre “um relato de uma longa viagem”, que nos permite olhar lugares já visitados e vasculhá-los de modo diferente, olhando e pensando, a realidade, por meio de experiência e apropriação de conhecimento.

O pesquisador “deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los, deve ser dotado de criatividade e imaginação” (NETTO, 2011). Apresentamos o processo que permitiu a realização da pesquisa pois compreendemos que a falta de relato leva a acreditar que os dados já estavam prontos para serem analisados. Os estudos e pesquisas que remetem a referenciais bibliográficos em meio a uma

pandemia mundial, nos mostram que várias atividades estão ocorrendo de forma online, via plataformas de ensino e atividades à distância. Trilhamos caminhos movidos por distanciamento social, menos contato físico e mais contato online, para que pudéssemos estar novamente próximos o mais rápido possível, com crescimento pessoal, mudanças na forma de enxergar o potencial do trabalho e da afetividade na vida social.

Estes caminhos foram trilhados no sentido de levantar o debate sobre assédio moral dentro do ambiente acadêmico, sobre o tipo de violência que está presente na nossa vida cotidiana e profissional, buscando formas de combate e prevenção. Compreendemos que não precisamos estar num ambiente de trabalho para nos depararmos com tal violência.

Segundo Gil (2002), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e assim compreendemos que, a vantagem na pesquisa bibliográfica é a garantia de ter uma maior cobertura dos assuntos abordados. Para tal, utilizamos alguns autores como principais por se destacarem devido a sua abordagem e publicações sobre o assédio moral. Dentre eles está Marie-France Hirigoyen, Roberto Heloani, Margarida Maria Silveira Barreto, Robson Zanetti, cujos trabalhos, teses e dissertações foram essenciais para a escrita dessa dissertação.

Portanto, a utilização da pesquisa bibliográfica proporcionou um trabalho de levantamento de dados que foram cruzados com teorias e vários/as pesquisadores/as e estudiosos/as com diferentes concepções e visões de mundo. É possível visualizar as análises a partir dos contextos sociais e históricos nos quais cada um desses aspectos esteja inserido, para enfim efetuar a construção do conhecimento a partir das bases teóricas que foram analisadas. Portanto, destacamos a importância de analisar as pesquisas realizadas ou em andamento sobre assédio moral, pois elas nos mostram o que está sendo estudado sobre o tema e quais pesquisas voltam-se para o ambiente universitário. Muitas das pesquisas são voltadas para o ambiente de trabalho, em empresas privadas ou públicas e esquecem que o ambiente acadêmico também é um ambiente de trabalho e, principalmente, de construção do conhecimento e formação do cidadão.

Por conta disso, nos propomos a fazer um levantamento sobre o que já foi pesquisado e/ou está sendo pesquisado sobre assédio moral, buscando instigar debates e pesquisas científicas voltados para o ambiente universitário.

Não é possível se apropriar e compreender na íntegra o trabalho de outro pesquisador apenas analisando o resumo, mesmo que ele carregue os elementos de maior

importância do texto, porém, é suficiente para visualizar do que se trata a pesquisa. Portanto, quando nos propusemos a realizar a leitura dos resumos das produções científicas, sabíamos que poderia faltar elementos para a nossa análise. Por isso tivemos o cuidado de fazer a leitura, também da introdução das pesquisas, para melhor identificar o tema tratado, estudamos os objetivos, a problemática e a justificativa das mesmas, buscando assim, responder nossas indagações citadas anteriormente.

Portanto, nos debruçamos na pesquisa, respeitamos o/a autor/a que a produziu e priorizamos os aspectos que se assemelhavam ao nosso objeto de estudo.

Imersos na pesquisa, cabe a nós pesquisadores/as investigar o nosso objeto de estudo, nesse processo de construção e compreensão da realidade humana. Portanto, iniciamos com a revisão bibliográfica em pesquisas, livros e artigos para conhecermos mais sobre o assunto e aprofundar nossos estudos e assim melhorar esta pesquisa, conhecendo os/as autores/as que abordam o assédio moral. Depois de um primeiro contato com estudos sobre o assédio moral pudemos nos debruçar sobre a pesquisa que estava tomando forma.

Para a pesquisa bibliográfica realizamos a busca nas bases de dados por produções acadêmico-científicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizando: assédio moral, universidade, sofrimento invisível, psicanálise e educação, para a padronização dos resultados encontrados. Inserindo cada categoria junto com a filtragem na pesquisa marcando apenas as universidades estaduais, federais e institutos federais do estado do Paraná, verificando os elementos no título, introdução, resumo e conclusão das dissertações e teses. As pesquisas que se repetiram em mais de uma base de dados, foram consideradas de apenas uma das bases.

As pesquisas que não estavam relacionadas à temática do assédio moral no ambiente universitário foram descartadas, apenas utilizamos para análise dos dados as pesquisas que abordaram o assédio moral nas universidades como foco da pesquisa, porém, não descartamos as pesquisas que trataram do assédio moral em outros setores da educação como no ensino básico e com professores/as de ensino básico das escolas públicas do estado do Paraná. Ou seja, as pesquisas acadêmicas-científicas que abordaram o assédio moral no ensino básico foram brevemente abordadas e apresentadas nesta pesquisa. A justificativa pela breve abordagem desse setor da educação está na introdução desta pesquisa.

Após a análise, os resultados foram dispostos em quadros e gráficos divididos pela quantidade de pesquisas em universidades estaduais, federais e institutos federais, mestrado e doutorado, por curso de pós-graduação e instituição de origem.

Fizemos um levantamento das instituições de ensino superior localizadas no estado do Paraná. Destacamos então que abordamos pesquisas nos **Institutos Federais** existentes no estado do Paraná.

As universidades **Estaduais**, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA), Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV), Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba (FAFIPA), Universidade Estadual do Estado do Paraná (UNESPAR), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR).

E as **Federais**, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Após o levantamento acessamos as bases de dados e realizamos o download de teses e dissertações, armazenando-as no nosso próprio acervo.

De um total de 17 universidades federais e estaduais, apenas 7 (sete) apresentam o curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, sendo 1 (uma) federal e 6 (seis) estaduais, e dos 26 Institutos Federais do estado do Paraná, que não achamos pertinente citar todos os campus/cidades em que estão inseridos.

Muitas pesquisas não abordavam o assédio moral dentro do ambiente universitário, porém, abordavam a educação básica e por isso consideramos importante destacar estas pesquisas pois acabou por se aproximar da nossa proposta de pesquisa que é o envolvimento da educação. Muitas foram realizadas por mestrandos/as e doutorandos/as de outros programas de pós-graduação que não necessariamente eram voltadas a educação. É importante apresentarmos esses dados observados durante nossa pesquisa, pois eles nos mostram a riqueza de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento nas quais é possível estudar o assédio moral, como a área do direito, psicologia, medicina, enfermagem, educação entre tantas outras. Apresentaremos as

tabelas construídas com os resultados da nossa pesquisa e a reflexão crítica sobre cada uma das tabelas.

Os programas de pós-graduação que tratam do assédio moral são variados, não se atendo apenas a uma área do conhecimento, ou seja, foi possível encontrar trabalhos com esse tema a partir da área da saúde até a área do direito e administração. As pesquisas se voltaram desde trabalhadores da agroindústria avícola, motoristas de ônibus, professores/as, bancários, funcionários públicos até para profissionais da saúde.

Foi possível constatar que quatro pesquisas foram desenvolvidas na área da administração, três foram desenvolvidas na área do direito, uma dissertação na área das ciências sociais, uma dissertação na área das políticas públicas, uma dissertação para a área de planejamento e governança pública, e quatro dissertações e uma tese estavam ligadas diretamente a área da saúde. Na área da educação foi possível encontrar duas dissertações, uma dissertação na área da psicologia com a linha de pesquisa voltada para a psicanálise e civilização e uma tese na área da sociologia. E, por fim, uma dissertação voltada para tecnologia e sociedade.

Quadro 1 - Programas de pós-graduação das universidades públicas do Paraná que tiveram pesquisas voltadas para o assédio moral e a quantidade de produção em cada programa.

Quantidade	Curso de pós-graduação
1 dissertação	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
1 dissertação	Pós-graduação do Departamento de Enfermagem – DEN
1 tese	Pós-graduação – doutorado em saúde coletiva
1 dissertação	Pós-Graduação em Saúde Coletiva
1 dissertação	Pós-graduação em Ciências da saúde.
2 dissertações	Pós-graduação em Ciências sociais aplicadas, direito e cidadania
1 dissertação	Pós-graduação em Ciência Jurídica.
1 dissertação	Pós-graduação em Direito Negocial
1 dissertação	Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública
1 dissertação	Pós-graduação em Direito
4 dissertações	Pós-graduação em Administração

1 dissertação	Pós-graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais
1 dissertação	Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade
1 tese 1 dissertação	Pós-graduação em Sociologia
1 dissertação	Pós-graduação em Educação Teoria e Prática de Ensino – Mestrado Profissional em Educação
1 dissertação	Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade
1 dissertação	Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES.

Observamos no quadro 1, que os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados para a área da administração, apresentam uma quantidade significativa de pesquisas. Podemos observar que estes cursos mobilizam discussões sobre as formas de gestão e organização do trabalho o que facilita a ocorrência do assédio moral. Na área do direito verificamos uma quantidade considerável de produções voltando-se principalmente para leis e legislações que tratam dos casos de assédio moral nas relações de emprego. Os cursos de pós-graduação na área da saúde, exibem uma quantidade significativa de produções. Vimos que há uma preocupação nesses cursos em discutir o assunto, e mesmo que realizem poucas pesquisas, veem a necessidade de buscar soluções, e o fazem juntamente com cursos de pós-graduação na área da sociologia e das ciências sociais.

Os dois únicos cursos de pós-graduação em educação que tiveram trabalhos encontrados foram: na UFPR, sendo Pós-Graduação em Educação Teoria e Prática de Ensino voltado para a área da educação, e no Instituto Federal do Paraná campus de Curitiba, sendo a Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

Na UFPR encontramos apenas um trabalho sobre assédio moral, ele foi desenvolvido no curso de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, cuja dissertação se aproxima do nosso objeto de estudo, isto é, o assédio moral nas instituições públicas de ensino superior.

Portanto, a maior concentração de pesquisas encontradas está nos cursos de pós-graduação da área da saúde, que contou com cinco produções, e na área da administração, com quatro produções. Esse resultado era esperado pelo fato de o assédio moral ter influência direta nessas áreas ligadas a saúde e psicologia.

As duas teses encontradas advêm do programa de pós-graduação *stricto sensu* em sociologia e do programa de pós-graduação em saúde coletiva. Destacamos que nas universidades UNESPAR, UNILA, UFFS e IFPR não localizamos produções acerca do assédio moral em seus cursos de pós-graduação *stricto sensu* no intervalo estudado.

2.2 A cultura e a ética organizacional frente ao assédio moral: a estrutura de gestão das universidades públicas que contribuem para a ocorrência desse tipo de violência perversa.

A origem da palavra ética vem do grego *ethos* e significa “modo de ser”, podendo ser definida como um conjunto de valores que levam, em consideração, o comportamento das pessoas em relação ao outro. Podemos dizer que, a ética compõe o caráter de uma pessoa, define o indivíduo e o meio social que frequenta, pois, cada pessoa tem personalidade e comportamento individual.

A ética é entendida como uma avaliação do comportamento humano e de suas condutas perante outras pessoas. É a sanção de uma conduta que se rege por princípios e, identificar-se e colocar-se no lugar do outro é ter empatia, quando o vemos como seres humanos com sentimentos, ou seja, não é ético quando se é racista, homofóbico, quando inferioriza ou discrimina o outro e quando se usa o poder para obter aquilo que deseja. Não dá para ser ético sem reflexão, temos cada vez menos tempo para ouvir e ver o outro, pensar no coletivo e não em si mesmo, por conta da individualidade e do isolamento o adoecimento aumentou, bem como, o afastamento de pessoas adoecidas.

Toda instituição possui uma conduta ética estabelecida a qual seus funcionários devem seguir para manter o convívio no mesmo espaço e garantir o respeito, servindo também para tentar coibir atos de violência e assédio, buscando a garantia dos direitos de cada indivíduo envolvido com a organização. Pois, um código de ética não pode ser antiético.

É difícil ser ético e muitos passam por cima de outras pessoas para obter aquilo que querem ou para mostrar poder. Desta forma é que se vê o caráter das pessoas quando se tem poder sobre um grupo ou pessoa, é quando se revela a verdadeira face perversa. Não se pode dar poder para uma pessoa despreparada, pois a instituição se torna responsável pelos atos dos seus funcionários. Compreendemos que a comunidade que frequenta a instituição é a que representa sua imagem e pela cultura instaurada no seu espaço que favoreça ou não a pratica do assédio moral.

Dizemos que a cultura organizacional é um conjunto de crenças, normas e valores que são partilhadas através de seus membros, e que seus comportamentos são refletidos nessa cultura instaurada pela organização, a qual também reflete a sua ética. Porém, essa cultura organizacional leva a junção das condutas éticas adotadas pela instituição e nas próprias crenças de cada pessoa. Em seus compromissos éticos visam a sua sobrevivência no mercado, ou seja, a cultura organizacional de uma instituição é importante para fomentar a prevenção dos casos de assédio moral.

Com um olhar para a ética marxista partimos das condições materiais dos indivíduos. Uma investigação crítica do processo histórico-social das ações humanas em sua totalidade, além dos fundamentos materiais, históricos e sociais que condicionam as nossas ações, visando explicar o comportamento humano efetivo, sustentados pela opressão e exploração humana. O marxismo faz críticas em relação às condições desumanas e a exploração do trabalho.

Para Karl Marx, a sociedade se organiza para a produção de bens necessários à sua sobrevivência, para isso, estabelece relações sociais que podem levar a laços de dominação entre indivíduos que compõe a sociedade, levando um a se apropriar do trabalho do outro. A compreensão da realidade humana nos mostra a luta contra o modo de produção atual, o modelo dominante.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Esse novo modelo de gestão capitalista visa a produção e favorece o surgimento de violências, como o assédio moral, que nos últimos anos vem se modificando por conta da organização do trabalho que faz pressão sobre os/as trabalhadores/as para atingir metas e objetivos, ou seja, esse modelo de gestão que avalia constantemente as produções e os profissionais, num modelo de produção como dito no capítulo anterior, um sistema taylorista que leva ao assédio moral, por conta do modo de organização do trabalho. Esse modelo acabou adentrando nas universidades, quando avaliamos as pessoas pelo que elas

produzem estamos cometendo um erro, pois não está se avaliando o trabalho, ou seja, um artigo com alto rigor científico terá o mesmo valor que outro artigo que não teve o mesmo rigor em sua elaboração, dando uma maior importância ao volume de trabalho produzido, deixando muitas vezes a preocupação com a qualidade de lado.

A quantidade virou inimiga do tempo, pois parece que o tempo diminuiu e não estamos mais dando conta da quantidade de trabalho que o capitalismo exige, mas os dias não mudaram, o que mudou foi a demanda de produtos em relação ao tempo disposto para sua produção, nos desumanizando, pois não temos mais tempo para ver quem está ao nosso lado. E essa intensificação do trabalho se torna tão pesada que a pessoa se vê numa situação em que acaba se auto medicando ou abusando de substâncias, como drogas ou álcool, para assim suportar a carga de trabalho e conseguir lidar com toda a cobrança e pressão que carrega em seus ombros.

Portanto, com o cenário atual, observamos um aumento gradativo nos casos de violência e o favorecimento de atos perversos. Essa forma de gerir o trabalho leva a disputas e rivalidades entre colegas, leva a solidão e a individualização do trabalho. As pessoas são tratadas como objetos e as relações foram instrumentalizadas por interesse direcionando para a desumanização do trabalho e redução das relações pessoais.

Nas universidades estamos cercados de pessoas e ainda nos sentimos sozinhos, a trajetória acadêmica vem se tornando cada vez mais um caminho solitário, com a crescente pressão/demanda por produção e isso tende a se acentuar. A essência do modelo de gestão do trabalho que é produzir e publicar atingem bons pesquisadores, que agora são vistos como trabalhadores/as dentro do sistema capitalista e são levados a concorrência e a disputas acirradas por produções no meio acadêmico, pois a pessoa que está do seu lado antes era colega agora virou um rival, o ambiente se tornou propício para a prática do assédio moral.

As situações de assédio moral provocam impactos negativos nas IES da mesma forma que na sociedade como um todo, desde implicações nas relações interpessoais até à ruptura de comportamentos éticos dos profissionais. Acreditamos que as instituições de ensino são cenários práticos para o assédio moral ocorrer, marcados pelas disputas por cargos, publicações, pesquisas financiadas, subsídios (bolsas, destaques, prêmios), intensificando assim a ocorrência do assédio moral entre colegas, partindo principalmente do que ocupa um cargo superior para o subordinado.

Um mau gerenciamento dos recursos repassados às instituições e a expansão das universidades favoreceram o surgimento dos casos de violência, como a falta de materiais, equipamentos básicos, infraestrutura e aumento do montante de horas/aula,

levando a precarização do trabalho docente. Segundo Minto (2006), a educação superior é uma parte importante nas relações sociais e adentrou nesse modelo capitalista o que levou a enfrentar o sucateamento, precarização, desconstrução e mercantilização da educação, demonstrando a realidade enfrentada pelos docentes, sindicatos e alunos/as, visto que, a educação está cada vez mais ligada ao mercado e a suprir suas necessidades e vícios com a lógica da expansão e acumulação.

Segundo Heloani (2004), o assédio moral está enraizado no nosso sistema macroeconômico, submetendo alguns indivíduos ao controle de outros, como uma forma disciplinar. A competitividade, muito presente no cenário atual, estaria atropelando a ética e justificando suas condutas para atingir determinados objetivos. A ideologia neoliberal auxilia na diminuição dos benefícios e direitos que os/as trabalhadores/as conquistaram e sustenta que o assédio moral advém de uma lógica macroeconômica.

A gestão que visa a pressão pela competitividade tem aumentado no mercado para garantir o destaque da instituição, porém, a pressão pela qual as organizações passam, se volta muitas vezes para seus colaboradores, que são estimulados a competirem entre si, por melhor posição e por mais destaque. A velocidade demandada, a competitividade entre colegas, a relação com o aluno ou com a liderança hierárquica e o tratamento do aluno como cliente favorecem a ocorrência do assédio moral.

Geralmente, nas organizações, o assédio ocorre de chefe para o/a subordinado/a, porém nas universidades, ele pode ocorrer entre colegas, por conta dos conflitos instaurados pela gestão. Esses conflitos podem ser resultados da competitividade conforme dissemos anteriormente. O modelo hierárquico assim como outros modelos de gestão observados na sociedade atual, levam as pessoas a se submeterem a tratamentos degradantes para garantir seu emprego, vaga na universidade, bolsa de estudo ou a entrada no curso de pós-graduação. Os funcionários buscam lutar pela garantia dos seus direitos adquiridos, que são ameaçados constantemente, muitos têm medo da perda do vínculo empregatício ou de sofrerem represálias, o que faz com que acabem se submetendo a humilhação e a degradação até desistirem de se manter na vaga/cargo/função. Observamos que nesses espaços muitos não têm consciência de que estão sofrendo assédio moral, pois a perversão utiliza métodos que confundem e impedem a reação da vítima, como, o ato de levar a vítima a crer que é a culpada pelas atitudes advindas do assediador (HIRIGOYEN, 2002b; FREITAS, HELOANI e BARRETO, 2008).

Segundo Bowman (2008), o assédio moral ocorre por conta do mau gerenciamento dos recursos humanos juntamente com políticas impróprias de gestão. Outras consequências advindas dessas gestões, levam prejuízo para as organizações,

diminuindo a produtividade e a qualidade do trabalho, construindo um clima desagradável, ferindo a imagem da instituição, gerando custos médicos e previdenciários, afastamento de funcionários, aposentadorias precoces e acidentes de trabalho, podendo até mesmo acometer familiares dessas vítimas e em casos extremos o suicídio.

O Brasil está na lista dos dez países com mais casos de suicídio de jovens universitários no mundo, e esses casos ocorrem dentro do espaço universitário, como uma demonstração de que algo está errado neste ambiente, como um sinal de alerta para o tema. O aumento no número de casos de suicídio levou a um debate nas universidades, bem como, a criação de centros de apoio a saúde mental, dentro dos próprios espaços de várias universidades no país. Em cada dez estudantes universitários, oito já relataram algum tipo de problema emocional. Segundo o levantamento feito em todas as regiões do país pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), 6% tiveram ideias de morte e 4% pensamentos suicidas (ANDIFES, 2018).

Este estudo apontou também que as IES têm visto como um desafio a saúde mental dos estudantes, por conta do aumento do número de casos de suicídios no ensino superior e na pós-graduação. Porém, também observamos que aos poucos as instituições estão voltando seus olhares atentos a essa gestão dos conflitos que ocorrem dentro desses espaços e discutindo para encontrar soluções que amenizem ou que resolvam as violências.

Souza (2009) afirma que as instituições de ensino também são locais de trabalho, possuindo uma gestão que deve prezar pela saúde de sua comunidade, pois são locais destinados a formação do cidadão e com isso devem garantir um ambiente saudável para a convivência e aprendizado.

Destacamos que através dos cursos de pós-graduação, as universidades buscam estudar esse fenômeno social, que passou a nos atingir em diferentes graus, realizando reflexões sobre a temática, com objetivo de encontrar possíveis soluções e estratégias que amenizem os danos, promovendo intervenções para a prevenção de ocorrências. Muitos casos de assédio moral ocorrem com funcionários/as, professores/as e acadêmicos/as dos cursos de graduação e pós-graduação e cada um sofre de uma maneira, ou seja, os/as professores/as passam por esse processo de uma forma diferente que os/as acadêmicos/as, porém com os mesmos sintomas.

A preocupação das instituições em tratar do tema deve ocorrer buscando melhorar suas práticas, visando a prevenção e o combate do assédio moral e as instituições não devem ser coniventes com práticas hostis (NUNES e TOLFO, 2012).

2.3 A relação perversa entre os protagonistas do assédio moral: uma visão psicanalítica

Este item se destina a compreendermos como ocorre uma relação perversa, como se constitui um perverso e sua construção desde a sua concepção. Portanto abordamos inicialmente que segundo Ferraz (2008, p.9) o sentido psicanalítico da palavra perversão é: “[...] a designação de uma estrutura psíquica particular não necessariamente ligada à perversidade manifesta, mas também muitas vezes caracterizada por uma relação com os objetos, na qual estes são manipulados de forma a ser usados [...]”.

No entanto, a formação do sujeito e de sua consciência pode levar ao acontecimento de atos perversos na vida adulta. Portanto, é necessário expormos o funcionamento e formação psíquica do sujeito, por isso, buscamos através dos estudos de Freud compreender como ocorre essa formação e o que leva aos atos perversos.

Inicialmente Freud (1900) trata do aparelho psíquico em sua obra “*A interpretação dos sonhos*”, nesta obra ele divide em três sistemas que serão descritos logo abaixo, sendo eles: o inconsciente, pré-consciente e o consciente.

O inconsciente é a parte mais arcaica do nosso aparelho psíquico. E nele estariam os elementos instintivos que não são acessíveis a consciência e tudo aquilo que foi excluído da consciência nos processos psíquicos da repressão e censura, porém, esse conteúdo não está perdido, ele só não pode ser acessado, permanecendo assim no inconsciente, é nessa parte que estão os determinantes da personalidade, ou seja, as fontes de energia psíquica e pulsões. As pulsões são energias psíquicas que nos levam a ação, para alívio da tensão que resulta do acúmulo da energia pulsional (sexual e agressiva). Essas forças agem como mantedora da vida ou incitadora da morte e não costumam estar visíveis no consciente, por isso a maioria das nossas ações advém dessas forças combinadas (LIMA, 2010).

O pré-consciente funciona como barreira que vai selecionar o que pode ou não pode passar para o consciente. Ele seria uma parte do inconsciente que pode tornar-se consciente facilmente, pois seus conteúdos são acessíveis e podem ser trazidos a consciência (LIMA, 2010).

O consciente é uma pequena parte da mente que tem por finalidade permitir que sejamos cientes. Recebe as informações da excitação exterior e interior, de acordo com o prazer ou desprazer que elas causam. Está intimamente interligado ao inconsciente (LIMA, 2010).

Freud (2010e) em sua obra *“Além do princípio do prazer”*, dividiu a mente em três instâncias: id, ego e superego. No id está o conteúdo de natureza pulsional, ligado ao inconsciente, formado por desejos e impulsos. Ele interage com as funções do ego e é regido pelo princípio do prazer onde procura por respostas diretas e rápidas sem levar em consideração a realidade. A função do id é descarregar as tensões biológicas que são regidas pelo princípio do prazer. Compreendemos que para o id não importa nem a ética, nem valores e nem moralidade, porém ele está presente desde o nascimento.

No ego, Freud conclui que este se desenvolve pela diferenciação das capacidades psíquicas com a realidade exterior, sendo suas atividades em parte conscientes e em parte pré-consciente e/ou inconsciente, regido pelo princípio da realidade, recebendo estimulação da mente e do mundo exterior. O ego concilia os instintos vindo do id, porém, ele é mais racional agindo como mediador, conciliando os impulsos do id com o mundo externo e o superego. Freud dizia que somos divididos entre o princípio da realidade, ou seja, aquele que nos impõe limites, e o princípio do prazer, aquele que não conhece limites (FREUD, 2010e), ou seja, o ego faz a ligação do meio interno com o externo, ele é lógico e racional diferente do id que separa o desejo da fantasia.

Já o superego é o responsável pelos valores morais, barrando os impulsos, tentando assim reprimir o sujeito por meio da culpa. Se desenvolve a partir do ego durante o período de latência iniciando na infância, momento que passa a entender quais são os valores morais que nos cercam, período esse marcado pela formação da personalidade moral e social. O superego num primeiro momento molda o desenvolvimento pela autoridade infantil, recebendo amor e punições, em um segundo tempo a criança já renuncia a satisfação edípica e internaliza as proibições externas. É nesse momento que o superego substitui a instância parental pela identificação com os pais, pois ele não se constrói segundo o que os pais querem, mas segundo o superego deles. É ainda no superego que ocorre a censura dos impulsos sobre o id, o impedindo de satisfazer seus desejos e impulsos, pois é responsável pela repressão sexual (FREUD, 2010e).

Freud trouxe em uma de suas obras *“Os três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”* em sua primeira versão de 1905 diferentes teses sobre a pulsão. Em suas inúmeras reedições foi possível compreender suas teorias e estudos sobre a sexualidade assim como a edição revisada que utilizamos aqui, realizada pela Companhia de Letras de São Paulo em 2016.

As pulsões são representações das experiências satisfatórias ou não, que ficaram gravadas na memória do indivíduo. Freud (2010e) diz que as pulsões são marcas psíquicas iniciais escritas desde o princípio da atividade humana na relação com o outro, então, são

essas as primeiras marcas que o organismo busca reencontrar, ocorrendo como uma questão da satisfação/pulsão, um sujeito sádico flui do prazer do sujeito masoquista, ele não flui necessariamente do prazer de estar naquela relação fluindo do prazer de quem está recebendo o sofrimento, só que ele não está na posição de quem está realizando.

Porém, para chegarmos a entender o que é a perversão é necessário passar por alguns conceitos com os estudos de Freud (2010e) onde se dá os chamados “desvios”, iniciando pelo estudo da sexualidade que segundo ele trata do prazer e desprazer com o outro, não se reduzindo apenas ao coito como a ciência abordou inicialmente de forma normativa, associada apenas à reprodução, na qual tudo o que não estivesse dentro desse padrão era visto como um desvio e, portanto não era aceito como por exemplo, a homossexualidade.

Freud, ainda em 1905 já questionava em seus estudos o que seria o “normal”, pois para identificar o que seria um desvio da função normal, era necessário saber o que seria a normalidade. Então, a medicina se viu obrigada a buscar respostas para condições ligadas a mente humana que, até então, eram estudadas apenas pela filosofia ou outras áreas como a religião, passando assim, a se ocupar do mal-estar presente na civilização, acabavam por formar respostas rápidas o que ocasionou um pensamento normativo e disciplinador que nem sempre era compatível com o que se via na clínica, isso porque se acreditava que a medicina conseguiria solucionar os problemas do mal-estar na civilização com uma cultura higiênica. Assim, surgiram classificações variadas no que tange à sexualidade, o que levou à formação de ideias pré-concebidas do que seria normal ou desviante, supondo a cura ao mal-estar pela higiene (ALBERTI, 2005).

O que chamou a atenção de Freud (1905/2016b) foi que os médicos tinham grande reconhecimento social, sendo assim até a atualidade em muitas sociedades e culturas. Portanto, não acreditava que os médicos saberiam responder logo, o que seria normal dentro da esfera sexual. Questionando se os autores que diziam ter certeza do que realmente era normal de fato sabiam o que era normal e se os médicos também saberiam o que seria uma conduta sexual normal.

Freud (1905/2016b) tentou buscar o que seria classificado como desviante e observou que todas as condutas ditas como desviantes, na realidade ocorriam em qualquer relação mais calorosa. Assim, observou que a sexualidade normal também é um conjunto de práticas que levam à estimulação de zonas erógenas que estão espalhadas por todo o corpo (ALBERTI, 2005).

Para Freud (1905/2016b) a sexualidade humana inicia na infância momento em que o corpo do bebê começa a ser marcado por sensações prazerosas e desprazerosas,

satisfações e insatisfações que vão constituindo os registros psíquicos. A criança procura, instintivamente, experimentar tudo que estiver ao seu alcance, buscando pela satisfação e prazer, utilizando as zonas erógenas espalhadas pelo corpo durante cada fase do seu desenvolvimento.

Da mesma forma que uma criança brinca de escolinha, ela também brinca de médico entre outras coisas. Esse processo tem importância para sua formação, enquanto sujeito, demonstrando sua curiosidade e desejo sexual, instrumentalizando seu relacionamento com o mundo e com outras crianças, agindo na formação dos laços sociais.

Freud (1905/2016b) ensina que durante o crescimento as pessoas passam por fases de desenvolvimento psicosssexual humano e que cada fase está associada a um conflito específico e esses conflitos devem ser resolvidos antes de passar para o próximo estágio do desenvolvimento. Para resolver esses conflitos há um gasto de energia sexual e quanto maior é o gasto, em um determinado estágio, mais características permanecem com a pessoa à medida que ela cresce, sendo que é possível permanecer em um estágio e não prosseguir para o próximo, pois as necessidades da criança podem não ter sido atendidas levando-a à frustração. De outro lado, as necessidades da criança foram tão bem satisfeitas que esta reluta em deixar os benefícios psicológicos que essa fase lhe proporcionou, havendo um excesso de cuidado que leva a criança a se fixar em um estágio psicosssexual particular, ou seja, a forma como a criança vai lidar com essas fases da sexualidade infantil é o que irá determinar a sua plena realização na vida adulta. Além disso, traumas ou desejos recalcados podem comprometer o comportamento psíquico.

A primeira fase do desenvolvimento da personalidade é denominada como fase oral, nela a criança vive uma relação com outro indivíduo sem envolver os órgãos sexuais. O bebê começa a sentir diversas sensações de satisfação, pois está estimulando uma zona erógena, nesse caso a boca, local onde a libido se concentra, ou seja, onde ele busca satisfação. Nesse primeiro momento, seu prazer está na amamentação, no chuchar a chupeta, pois saciar a fome é o foco da sua satisfação momentânea, como uma necessidade vital para sua sobrevivência. Ainda nessa fase a criança tem os dentes em crescimento, então começa a morder tudo que consegue, pois, sua satisfação está no morder. Quando o bebê consegue o que ele desejava, ocorre então um registro da satisfação e do prazer, pois isso foi atendido (FREUD, 1905/2016b).

Freud dizia que a criança seria perversa polimorfa, quando se afastasse do modelo genital na relação sexual, e por procurar formas de prazer em qualquer área ou órgão do corpo que ela conseguisse, este prazer no sentido de satisfação, não no sentido

reprodução/coito. É seu corpo o único meio para obter gratificação (FREUD, 1905/2016b) e essa busca pode ocorrer de várias formas, com gritos insistentes, pois ela não sabe o que é certo e o que é errado, a busca dela é pela sua satisfação.

A segunda fase que a criança apresenta é a fase anal, a libido se concentra no ânus, ou seja, a criança passa a depender um pouco mais de si mesma para obter sua satisfação, como controlar seus próprios esfíncteres. Freud diz que nesse momento o bebê vai de uma fase libidinal oral e começa a passar para uma fase libidinal anal, ou seja, as pulsões também vão mudando de direção. Se fortifica a sensação de onipotência (FREUD, 1905/2016b), ou seja, nesse momento a criança passa a controlar suas próprias fezes e passa a associar o prazer em segurar ou evacuar as fezes, conseguindo controlar seu corpo. A criança está consciente, seu ego se desenvolveu, e agora, seus desejos podem colocá-la em conflito com o mundo exterior.

A próxima fase é a fase fálica, em que a concentração do prazer passa a ser nos órgãos genitais. A criança começa a ter percepção da diferença anatômica dos sexos, o que pode desencadear conflitos como ciúme, medo e rivalidade. Freud chama isso de complexo de Édipo, o qual é resolvido no processo de identificação em que a criança adota as características do pai ou da mãe, o que possui o mesmo sexo que ela. A criança entende que ela é ela e que a outra pessoa não é ela (FREUD, 1905/2016b), desse modo, percebe que a mãe não é apenas sua, que já não é mais o centro das atenções da mãe, que deve ser mais independente para se satisfazer, ao mesmo tempo se sente em conflitos, como a raiva, por não ter mais toda a atenção de sua mãe apenas para si. Durante esta fase, a criança compreende que tem limites sobre o que pode e não pode fazer, sobre o certo e o errado, portanto, é nessa fase que acontece o complexo de Édipo.

O complexo de Édipo tem seu nome derivado de um mito grego do rei de Tebas que foi advertido pelo oráculo que não tivesse filhos, pois o mataria e depois se casaria com Jocasta sua esposa. O rei não obedeceu e teve um filho, porém o abandonou no monte Citerón, esta criança foi posteriormente encontrada por pastores que o chamaram de Édipo. Criado como príncipe, Édipo em retorno a sua cidade natal duelou e matou seu pai o rei Tebas e desvendou o segredo da esfinge que permanecia na entrada da cidade, adentrou na cidade e casou-se com Jocasta sua mãe (sem saber disso), quando ele descobre que havia casado com a própria mãe fura seus olhos ficando cego e passa a perambular sozinho pelo mundo (FREUD, 1905/2016b).

A história de Édipo busca elucidar as questões da sexualidade humana, que trata dos desejos amorosos e hostis que a criança vivencia com os pais na fase fálica. É uma fase que ocorre naturalmente com todas as crianças, os sintomas do complexo de Édipo

se dão em decorrência do relacionamento afetivo entre a criança e o genitor do sexo oposto. No senso comum é corriqueiro ouvir pessoas dizendo que meninos são mais apegados às mães e meninas com o pai, é justamente por conta dessa fase que a criança vivencia no complexo de Édipo. A criança deseja o afastamento da pessoa do mesmo sexo presente no relacionamento, pois a vê como rival e nutre o desejo pela pessoa do sexo oposto.

O complexo de Édipo é vivenciado por volta dos quatro anos de idade, nessa fase a criança possui um desejo sexual incontrolável e tem que aprender a controlar seus impulsos ajustando-os aos limites do seu corpo e consciência. Aprender a canalizar todo esse desejo que transborda. Compreendemos também que o Édipo é uma fantasia que irá moldar o inconsciente infantil e registrará as experiências vividas, que definirá a identidade sexual desse sujeito, determinando a sua personalidade. Se essa experiência é experimentada rápido demais, intensa e inesperada, de um prazer excessivo e traumatizante, a fantasia que resultará será a de uma futura neurose, ou seja, as experiências sexuais que uma criança vivencia durante o complexo de Édipo resultará no adulto em que se tornará no futuro (NASIO, 2007), ocorrendo de formas diferentes nos meninos e meninas. No seu desenvolvimento a criança vai passar pelo complexo de Édipo e terá a diferenciação de si com o mundo, lidando com a frustração e a realidade estabelecendo limites.

O complexo de Édipo no menino ocorre pois ele quer a mãe apenas pra si. Não quer mais o pai próximo. Inconscientemente, o menino acredita que o pai levaria dele o que ele mais ama durante a fase fálica, que no caso é o falo, desenvolve medo da castração. Pois o falo é uma estrutura simbólica que a pessoa acredita conferir poder. Os meninos quando chegam por volta dos três a quatro anos, focam seu prazer no pênis como o órgão com maior concentração de sensações sendo a zona erógena dominante, antes essa zona erógena era a boca e depois o ânus.

Segundo o autor Nasio (2007), ocorre nesta fase três desejos: o de possuir, de ser possuído e de suprimir. Todos os prazeres que ocorrem pela excitação do olhar, dentes ou no corpo todo, repercutem no seu sexo vivenciando uma excitação genital, mas o pênis não é o órgão que possui mais sensações, mas é o que remete todas as atenções de fácil manipulação com as mãos, ele leva a curiosidade dos meninos e das meninas. O menino faz do próprio falo um objeto narcísico que lhe proporciona orgulho, elevando-o a um símbolo de poder e virilidade. É nessa fantasia do falo que ocorre a fase do desenvolvimento libidinal.

Segundo Nasio (2007), é na fase fálica que tanto os meninos quanto as meninas acreditam que todas as pessoas possuem o falo. O menino considera que se todo mundo tem o mesmo órgão que ele então todos tem as mesmas sensações que ele, porém essa idolatria ao falo também vem acompanhada da angústia em perdê-lo, no caso do menino, e de já o ter perdido no caso da menina.

A castração precipita o fim da crise edipiana, ou seja, ele sentirá a angústia que será mais forte que o prazer então desistirá do objeto de desejo. A criança se esquiva dos pais para salvar o seu pênis, renunciando-os. Então a criança preserva seu falo, porém teve que renunciar seus pais sexualizados e recalca os desejos, angústias e fantasias (NASIO, 2007). E agora a criança pode voltar-se para outros objetos desejáveis que fossem legítimos e dentro de suas possibilidades, assim, somente com esse fim dos pais sexualizados é que a criança vai poder buscar outros parceiros/as fora da família. Observamos então que o amor do menino pelo seu falo foi maior que os desejos por seus pais, então o narcisismo foi mais forte que o desejo.

O complexo de Édipo na menina é diferente do menino, na menina existe apenas um desejo, no início de possuir a mãe e na sequência o substitui pelo desejo de ser possuída pelo pai. A menina vive um pré-Édipo que é necessário para acessar o pai e adentrar no complexo de Édipo, então primeiro ela vai sexualizar a mãe para depois sexualizar o pai, como uma fase preparatória (NASIO, 2007). Compreendemos que o menino não precisa dessa fase porque logo de primeira ele deseja a pessoa do sexo oposto que no caso é a mãe e ela será seu objeto de desejo edipiano.

No período pré-edipiano a menina vai desejar a mãe como objeto sexual tendo a mesma atitude que o menino na sua fase edipiana. Ela acredita ter o falo e passa a mostrar, por comportamentos, as fantasias em relação a mãe, passa a sentir felicidade, força e curiosidade. Quando ela percebe a ausência do falo em si, percebendo a diferença anatômica dos sexos em relação ao menino, ela fica decepcionada e sente ter sido privada de ter o falo (NASIO, 2007). A menina então vive a dor de ter perdido, ou seja, enquanto o menino teme a castração a menina passa a sentir a privação. Ela resolve isso reprimindo seu desejo por um pênis e o substituindo pelo desejo de ter um bebê. Inconscientemente, a menina passa a culpar a mãe pela sua “castração”, reprimida passa a se identificar com a mãe.

Compreendemos que o menino tem medo de perder seu precioso falo e a menina não, pois não sofre a angústia pelo medo da perda, mas sim a dor pela privação, sente-se ferida pela mãe, passando a procurar o pai como desejo. A menina vê o falo como uma imagem de si alimentando seu narcisismo, para o menino o falo é seu objeto narcísico. O

menino entra no Édipo desejando a sua mãe e deixa o Édipo quando vai desejar outra mulher que não é sua mãe, já a menina passa a abandonar o Édipo quando começa a desejar outro homem que não seja seu pai. O período de tempo em que o menino e a menina saem do Édipo é diferente, primeiro o menino dessexualiza os pais rapidamente, a menina então dessexualiza por partes, primeiro sua mãe depois lentamente o pai.

Compreendido como ocorre a fase fálica e nela o complexo de Édipo, basta nos compreender que o complexo de Édipo também pode influenciar na formação do perverso quando adulto, e que o menino nessa fase pode acabar desviando da castração pela criação do fetiche e torna-se perverso enquanto estrutura. A sexualidade infantil possui características de ser perversa pois irá explorar os diversos tipos de satisfação para sua própria satisfação, é polimorfa pois admite variáveis formas de satisfazer o seu desejo, ou seja, a forma que a criança vive essa fase e a forma que será resolvida, definirá a organização mental do indivíduo na sua vida adulta.

A próxima fase de desenvolvimento psicosssexual da criança é a de latência, período dos cinco anos até a puberdade, intermediária entre a sexualidade infantil e adulta, momento em que a libido fica adormecida não se manifestando, a criança já superou a fase fálica mesmo que os impulsos e desejos existam esses se voltam em atividades como amizades, esportes, conhecimentos, deslocando seu foco dos objetivos sexuais para seu desenvolvimento social e intelectual (FREUD, 1905/1996). A sexualidade não avança e os anseios sexuais diminuem sendo abandonadas ou esquecidas, ou seja, é a fase dos desejos inconscientes reprimidos. O autor Wolff (2009) diz que este é um período de maturação de novas estruturas psíquicas e a resolução do complexo de Édipo é um desses processos que auxiliam nos desenvolvimentos ao longo desse período.

Segundo Luz (2007), quando a criança não se desenvolve de forma esperada na fase de latência por conta da falta de diques culturais, resulta em uma evolução distorcida que causa alteração na função do ego e regressão as fases anteriores, levando a criança a ter dificuldade de lidar com exigências e com o desequilíbrio emocional, estando menos segura para enfrentar a ansiedade e angústia ocasionadas pelas exigências sociais, principalmente por ser o ponto intermediário entre a sexualidade infantil e adulta.

Na organização libidinal, a fase genital tem início na puberdade e com sua consolidação e vida sexual o adolescente se torna adulto. A fase adulta é o estágio final do desenvolvimento psicosssexual humano, a criança passa a compreender qual é a sua relação com o outro. Sua preocupação é a genitália, antes a pulsão sexual parcial que partiam das zonas erógenas espalhadas pelo corpo agora estão reunidas na zona genital (FREUD, 1905/1996), ou seja, volta-se a sua energia sexual para os órgãos genitais em

direção a relações amorosas, a curiosidade em ver os órgãos genitais do outro e em exibirse. Auxilia no entendimento das fases anteriores e na preparação para o que vem na vida adulta, pois haverá o distanciamento emocional com os pais para seguir uma vida independente.

Freud (1905/2016b) explana que a nossa personalidade começa a se desenvolver ainda na infância e é moldada durante as fases de desenvolvimento. Em cada fase a criança passa por conflitos e impulsos biológicos, ou seja, quando superadas todas as fases da sexualidade e conflitos internos pode-se dizer que ela terá uma sexualidade saudável e o domínio de cada fase em sua vida adulta, com isso sua personalidade será totalmente madura. O recalque de uma das fases pode comprometer o convívio social na vida adulta.

Portanto, compreendemos a partir da Psicanálise freudiana que a personalidade das pessoas começa a ser formada logo nos primeiros anos de vida, por conta das experiências e de suas convivências, resultando em mudanças positivas ou negativas podendo até desencadear problemas psicológicos.

As estruturas de personalidade possuem características e são divididas em neurose, psicose e a perversão. E quando definida a personalidade de uma pessoa dentro de uma dessas estruturas, o que poderá variar é o grau de intensidade. Para compreender essas estruturas mentais precisamos compreender seu funcionamento. Freud (1905/2016b) aponta que cada uma delas possui um mecanismo de defesa que é uma forma que o inconsciente encontra para lidar com o sofrimento que advém do complexo de Édipo.

A neurose está ligada a angústia, em que a pessoa consegue distinguir o certo do errado, com a necessidade de fazer o que é certo seguindo as normas. Pode-se dizer que ela é o negativo da perversão. Segundo a psicanálise, a neurose advém da luta do ego, que continua no id para recalcar um impulso advindo deste que contradiz os princípios do ego e superego, assim surge as representações substitutivas que se impõe ao ego.

Freud (1924) descreve a neurose como um conflito entre o ego e o id, e a psicose como desfecho na relação entre o ego e o mundo externo. Teixeira (1999) aponta que a neurose está ligada ao recalque do inconsciente, ocorrendo a repressão do ego sobre o id.

A psicose é uma estrutura da personalidade que ocorre quando o indivíduo encontra fora de si tudo que exclui de dentro de si. Ele só vê problema no outro, nunca em si mesmo, tendo sua percepção e pensamento prejudicados, além da sua capacidade de julgamento afetada. É a estrutura da personalidade mais perigosa pois o sujeito é capaz de ações sem remorso.

A psicose é um processo de deterioração das funções exercidas pelo ego que podem comprometer em diversos graus o contato da pessoa com a realidade (SHAAFFER e FLORES, 2005). O distanciamento do ego da realidade ocorre com predomínio do id sobre o ego (LINS, 2007).

Na psicose, segundo as teorias de Freud ocorre a retirada da libido enviada pelo ego com o refluxo da libido em direção ao sujeito. Teixeira (1999) aponta que a psicose ocorre pela perda da realidade fazendo o sujeito criar normas dentro da sua realidade subjetiva a qual ele mesmo criou e não pela realidade em que vive. Ocorre a recusa da diferença sexual (castração simbólica) na medida que aceita de um lado e recusa do outro colocando por exemplo o fetiche no lugar, essas duas correntes psíquicas só coexistem, não se anulam e elas provocam o que Freud (1917/1996e) chama de clivagem do ego, que segundo ele é um mecanismo de defesa contra angústia.

Quando Freud inicia seus estudos sobre as psicoses e o fetichismo, inicia pela clivagem do ego. A clivagem do ego é um mecanismo no qual o sujeito vai lidar com a castração, negando e aceitando como fetiche. É fruto de um conflito, então, se compreende que a clivagem do ego ocorre de forma diferente na neurose e na psicose, este termo está relacionado a uma divisão do homem em correntes opostas, uma delas assume enquanto outra nega a realidade. Com o transtorno psicótico, a clivagem do “eu” leva à perda da identidade e ocorre a perda da realidade objetiva.

Compreendemos que a psicanálise buscou mostrar que a psicose se origina do recalque do real e do narcisismo do eu, o conflito ocorre entre o ego e o mundo externo e a defesa ocorre com a rejeição, a neurose se origina do recalque do ego se contrapondo ao id, ou seja, ocorre um conflito entre ego e id e sua defesa ocorre através do recalque. A psicose e a neurose se diferenciam pelos fatores conflitantes.

Dessa forma, podemos compreender que a distinção entre neurose e psicose ocorre a partir da negação da realidade o psicótico não consegue mais desempenhar seu papel social, pois compreende apenas como realidade a sua realidade subjetiva. Ainda na neurose, o psicótico se afasta da realidade, porém é capaz de reconhecê-la, aí advém o sofrimento e ocorre a dificuldade de aceitá-la e vivenciá-la, o que leva a sentir que sua existência já não faz sentido e se torna insuportável. O sujeito psicótico não tem capacidade de dominar os afetos, ou seja, não consegue expor seus sentimentos (CORREA, 2005). Com as discussões em torno da castração compreendemos que existe a recusa em reconhecer que falta algo no outro, mesmo que no fundo o sujeito saiba que realmente falta alguma coisa, apenas o psicótico não reconhece isso.

Os transtornos mentais na psicanálise ocorrem como alteração no psiquismo humano e podem desencadear reações patológicas. Com o distanciamento da realidade o recalque na neurose é uma fuga da realidade, a forclusão³ na psicose.

Freud em seus escritos dos **Três ensaios** em 1905 afirmou que a perversão é dita como monótona da satisfação de um desejo, do gozo fálico, mas se utiliza de apenas um objeto de satisfação. Então ao invés do sujeito exercer sua sexualidade em plenitude, acaba como perverso se limitando a uma maneira só de satisfação. Freud estava atento também ao fato do sujeito perverso não se encontrar com a castração, observando que o ato sexual na perversão não estaria ligado a reprodução da espécie. Nesta época, com a construção da teoria das pulsões, cada pessoa estaria barrada ao que dizia a sexualidade a serviço da procriação, para garantir a sobrevivência da espécie.

A perversão é uma estrutura psíquica e existe apenas a resposta sobre o desejo, ligada ao objeto humano, pois este aparece como vontade de gozo e é vivenciado como vitorioso. Freud dizia que a perversão era uma forma de lidar com a castração simbólica, diferente do mecanismo ligado a neurose e a psicose. Os mecanismos de defesa do perverso ocorrem com a recusa, onde parte dele recusa a realidade.

Mesmos indivíduos saudáveis poderiam ou podem ter algum tipo de perversão. A perversão é facilmente associada a perversidade, porém, para a medicina, a perversão vem de uma relação com o desvio de uma função normal, no que tange à sexualidade e a perversidade nem sempre é de ordem da perversão. Mas um psicótico pode passar por um ato perverso sem se dar conta de que não existe outra realidade, a não ser a sua. Por volta da década de 1980 do século XX, considerava-se que perversão era todo ato executado sem culpa alguma, mas hoje se utiliza dessa definição para sentirem-se menos destrutivos, submetidos à pulsão da destruição.

Na perversão existe apenas a resposta sobre o desejo, pois este aparece como vontade de gozo e é vivenciado como vitorioso isento de culpa ou sofrimento, mas sim de satisfação. O perverso sabe o que quer, tornando-se arrogante e não estando à mercê das inibições, recriminações e frustrações que levam à angústia do sujeito neurótico. Com os estudos freudianos é possível nos aprofundarmos na especificidade da estrutura perversa. A presença do ato perverso na vida sexual não quer dizer que existe uma estrutura perversa. Uma pessoa pode ser perversa, mas isso não quer dizer que ela terá

³ Hipótese formulada por Lacan para traduzir a palavra “*Verwerfung*” que era utilizada por Freud para tratar de um processo de defesa (BARBOSA, 2019).

atitudes perversas, a estrutura perversa não apresenta conduta ou desvio de caráter, pois é uma forma de estabelecimento de laços com o outro. O sujeito neurótico apresenta uma montagem para solucionar seus problemas edipianos ou para evitar uma dor psíquica (ALBERTI, 2005).

A perversão acaba sendo relacionada muitas vezes com a depravação, com a maldade, o que, porém, não deixa de ser verdade porque essas definições existem, o que diferencia a perversão e suas definições é a forma como ela é tratada na clínica. Observamos na clínica que existe uma ligação entre o autor dos atos perversos e a pessoa que está sujeita à perversão e sobrevive a estes conflitos, essa quase sempre se torna autora de atos perversos mesmo sem perceber, pois, aquele que é autor da perversão muitas vezes já passou por diversos atos perversos, como o assédio moral.

Observamos que ninguém nasce perverso, ninguém nasce assediador, o que acontece é que por conta de traumas ou experiências a pessoa passa a ser um assediador, também depende do que a pessoa pretende fazer com essa perversão que carrega em si. A perversão busca o prazer nos seus comportamentos e fantasias, geralmente este desvio de comportamento inicia ainda na infância e se desenvolve na vida adulta. Os sintomas da perversão mostram uma pessoa impulsiva, manipuladora e que se sente superior, sem culpa. O mecanismo de defesa da perversão é a recusa a castração e busca fazer dela uma forma de gozo. A estrutura perversa se trata de um modo de estabelecer laços com o outro.

Freud (1940/1975d) explica a relação entre a perversão e a pulsão. Como exemplo ele utiliza uma criança cujo “eu” exerce na relação uma experiência pulsional e acaba sendo invadida por outra vivência que a deixa horrorizada, que lhe ensina que persistir em uma determinada satisfação pulsional poderá levar a uma consequência pior ou a coloca num perigo real. Freud então diz que tal perigo é a castração simbólica, pois o pai é real e não um ser simbólico que não existe no mundo externo.

Os aspectos da perversão narcísica são encontrados em atos como os do assédio moral, ocorrendo uma falha inicial no qual o sujeito em vez de olhar para si ele irá buscar no poder sobre outra pessoa uma forma de sustentar e preencher o seu próprio narcisismo, típico de um assediador. Observamos que o agressor possui um perfil com aspecto narcisista, ou seja, de alguém que se alimenta da destruição do outro com senso de superioridade que irá tornar o ambiente pesado e marcado pelas humilhações (FREITAS, 2001). Exercendo domínio, dirigindo-se com rigor excessivo e culpando o assediado por tudo que não deu certo. As disfunções narcisistas dos gestores acarreta em uma liderança perversa e desajustada afetando a qualidade de vida das pessoas, que é agravada quando

esses líderes exageram nas suas fantasias narcisistas, com repressões que compensam seus prazeres negados por meio da perversidade, um exemplo disso é o assédio moral.

O perverso não sente culpa ou arrependimento por causar angústia e terror, ele sente prazer em realizar atos perversos, é como um desejo que quando alcançado gera satisfação. A sua libido é voltada para essa busca pelo prazer em destruir sua vítima. O perverso usa desses ataques como forma de defesa, é uma pessoa de personalidade narcísica que ataca a autoestima do outro transferindo as contradições que não admite em si (HIRIGOYEN, 2002a), ou seja, os aspectos da perversão narcísica são encontrados em atos como os do assédio moral, ocorrendo falhas nas quais o sujeito opta por não olhar para si, ele busca impor seu poder sobre outra pessoa como forma de sustentar e preencher seu próprio narcisismo. Os ataques dos perversos miram as partes vulneráveis do outro pois o assediador sente prazer pela repressão.

Freud sofreu duras críticas por conta de suas ideias e estudos, pois seu foco era sexualidade, um importante ponto no desenvolvimento da personalidade humana que apresentou em seus estudos utilizados como referência até hoje. Acreditamos ser importantes fontes para estudos sobre a mente humana e das doenças psíquicas além é claro na compreensão dos atos perversos dos assediadores. Os estudos sobre a perversão nos servem de base para novos estudos e possibilitam avanços na compreensão da formação humana.

2.4 As produções acadêmico-científicas sobre assédio moral nas instituições de ensino superior públicas do Paraná

Neste item apresentamos os dados referentes ao levantamento de teses e dissertações efetuado a partir das bases de dados sobre o tema “assédio moral no ambiente universitário”. Esse levantamento tem significância ao demonstrar que os estudos sobre o tema vêm avançando, quantificando seu debate no meio acadêmico.

Os dados encontrados demonstraram que o assédio moral é estudado em diversas áreas do conhecimento. Com isso acreditamos ser importante expor que os estudos aqui quantificados, foram realizados por pesquisadores/as dentro de seus respectivos programas de estudo com a temática associada principalmente às relações de emprego/trabalho, por ser o ambiente onde é mais comum a manifestação dessa forma de violência. Reafirmamos que nas universidades, também temos uma relação de emprego/trabalho como ocorre em outras organizações.

A realização do estudo através do levantamento bibliográfico possibilitou a produção e interpretação do problema e das questões que motivaram nossa investigação. Assim, Minayo (2001) trata que:

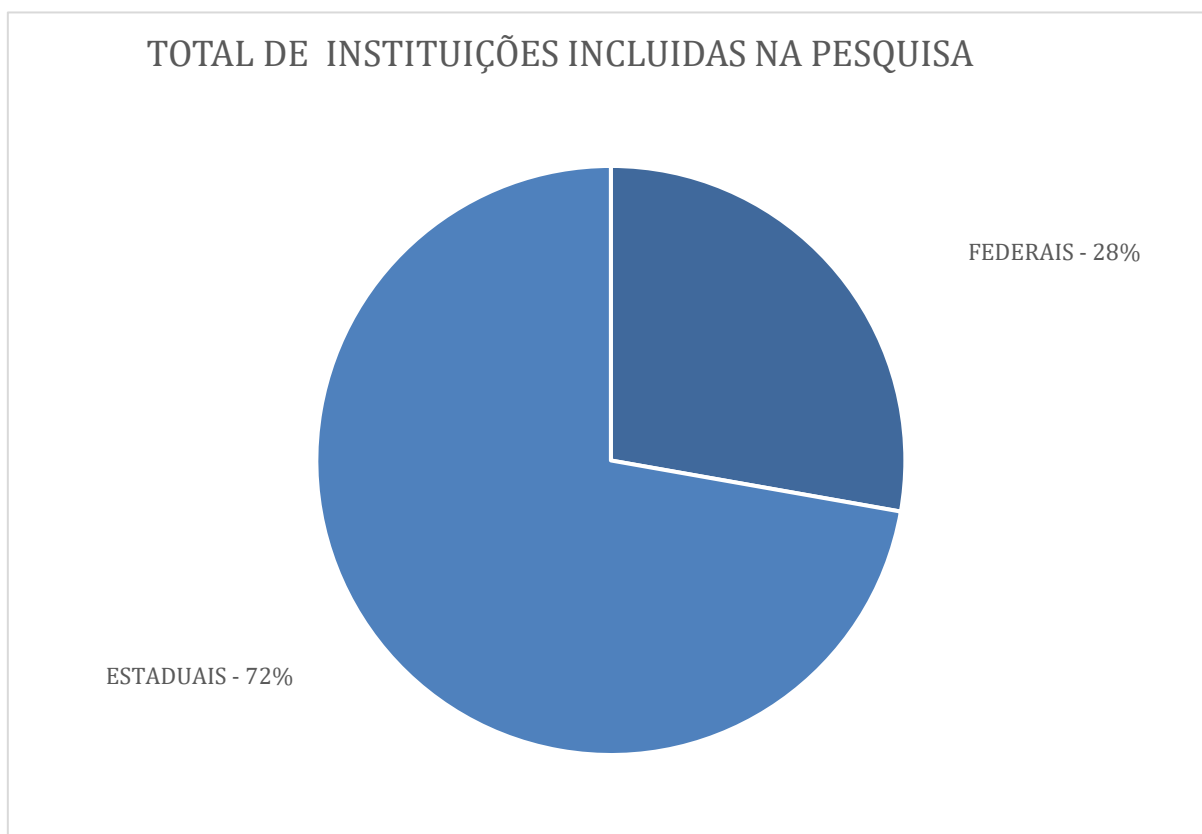
[...] as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer (p. 64).

Nossa intenção é melhorar o ambiente de trabalho, o convívio entre colegas, gestores/as e funcionários/as, trazer o debate acerca do tema com foco na importância deste para a saúde psíquica dos membros. Por isso, também trazemos como resultado da análise, a abordagem que as pesquisas trataram enquanto solução do problema do assédio moral no local em que foram realizadas. Trazendo assim, os elementos analisados nas dissertações que auxiliaram nossas análises e reflexões, e assim responder ao nosso problema de pesquisa que busca compreender como a psicanálise pode contribuir para o entendimento do assédio moral dentro das universidades.

Dito isso buscamos aprofundar mais as discussões sobre as pesquisas realizadas a partir do assédio moral voltado para outros setores da educação, uma vez que nenhuma das pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* no estado do Paraná tratavam do assédio moral exclusivamente no ambiente universitário, apenas se aproximavam da temática proposta nesta pesquisa.

Apresentamos os dados dispostos inicialmente em gráficos e tabelas, para melhor visualização das pesquisas e das IES presentes no estado do Paraná. Apresentamos também a análise e reflexão dos dados apresentados, iniciando com a apresentação das IES federais e estaduais.

Gráfico 1: Apresenta a distribuição entre as instituições de ensino superior do estado do Paraná incluídas na pesquisa.



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES.

No gráfico acima, observamos a divisão das instituições de ensino superior públicas do estado do Paraná. Concluindo que 72% das instituições públicas de ensino são estaduais, e 28% federais (universidades federais e institutos federais). Dado que se aproxima da proporção do número de trabalhos encontrados nos cursos de pós-graduação públicas do estado do Paraná.

Como já dito anteriormente foram analisados os elementos do texto, afim de verificar a utilização do assédio moral, e seguiu-se esse critério para a análise e triagem dos trabalhos encontrados durante o levantamento. Esse processo ocorreu da mesma forma para teses e dissertações, essa análise se resumia na busca por elementos que representassem os descritores que se aproximam do nosso objeto de investigação. Em alguns dos resumos, encontramos limitações, como a falta de informações sobre o conteúdo do texto e compreendemos que essas limitações devem ser observadas pelos pesquisadores/as ao elaborar um texto de caráter científico, estruturando seus resumos, com o objetivo de serem coerentes com o conteúdo de seu estudo e capazes de oferecer todas as informações necessárias de forma sucinta, sendo este um campo fundamental no

processo investigativo, correspondendo a uma importante parte do trabalho como um todo.

As dissertações e teses encontradas trazem não apenas no título ou nos objetivos a temática do assédio moral, algumas o destacam ainda com mais ênfase, outras apenas o trazem brevemente como uma forma de violência dentro das relações de trabalho. Convém ressaltar que, até o momento, não encontramos produções disponíveis nos acervos digitais dos programas de pós-graduação em educação cujo objeto de estudo fosse exatamente o mesmo que o nosso, apenas propostas aproximadas.

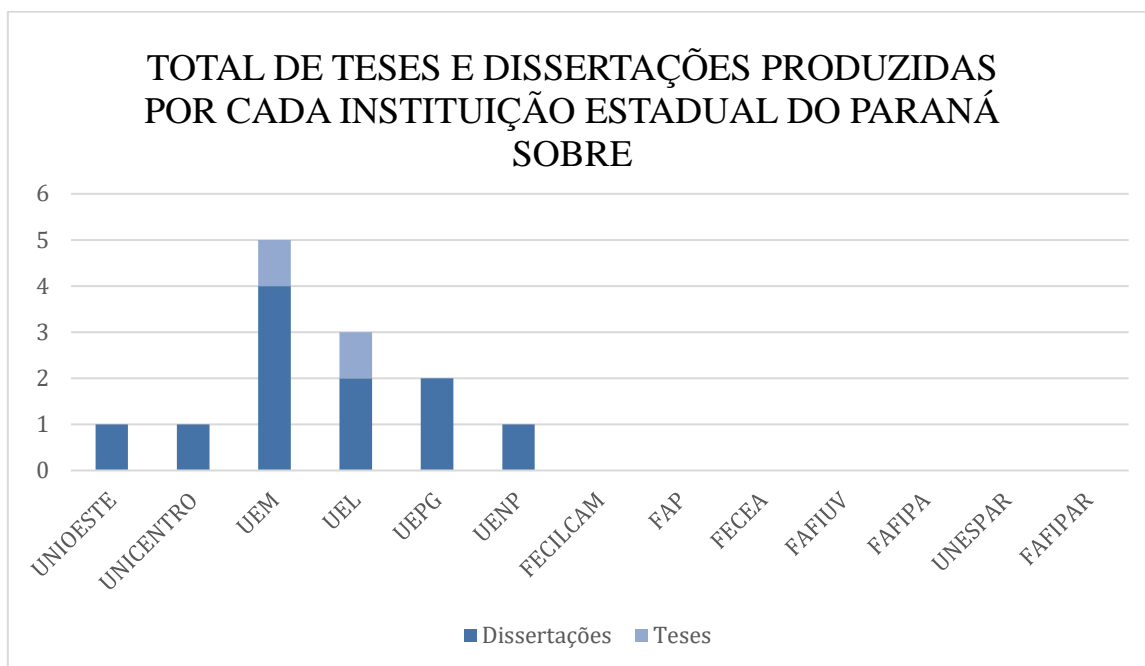
Ao identificarmos esse resultado em nossas buscas, voltamos a algumas pesquisas encontradas, nas quais, o assédio moral focava nas relações de emprego/trabalho e acreditamos ser importante apresentarmos essas pesquisas como resultados, mesmo porque foram realizadas com vários/as trabalhadores/as de diferentes áreas/funções e graus de formação, os quais são suscetíveis ao assédio moral. Sendo este um indício de que o assédio moral ocorre em várias posições hierárquicas e em diferentes ocupações, se tornando relevante para nossa pesquisa, visto que os estudos sobre assédio moral, exclusivamente na área da educação ainda são poucos.

Essa preocupação em estudar o meio de trabalho, deixou claro que as consequências atingem diretamente a saúde física e mental das vítimas, consequentemente influenciam qualitativamente na sua produtividade.

Considerando apenas as produções das universidades públicas do estado do Paraná, encontramos um total de 21 trabalhos relacionados a temática. Sendo que 13 produções são derivadas de universidades estaduais e oito produções de universidades federais e nenhuma produção do IFPR. Estes 21 trabalhos são compostos por 18 dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Os dados apontam que 61,9% das produções são oriundas de universidades estaduais e 38,1% de universidades federais, o que se assemelha na proporção entre as instituições públicas de ensino superior do estado Paraná estaduais e federais, onde 63,6% são estaduais e 36,4% federais.

Os dados obtidos estão organizados abaixo, divididos em dois gráficos. O gráfico 2, constituído pelo número de trabalhos encontrados produzidos pelas universidades públicas estaduais e o gráfico 3 constituído pelo número de trabalhos encontrados produzidos pelas universidades públicas federais. Acreditamos que essa divisão é importante para o processo de compreensão dos dados e informações disponíveis na pesquisa, assim evidenciando a origem das produções encontradas.

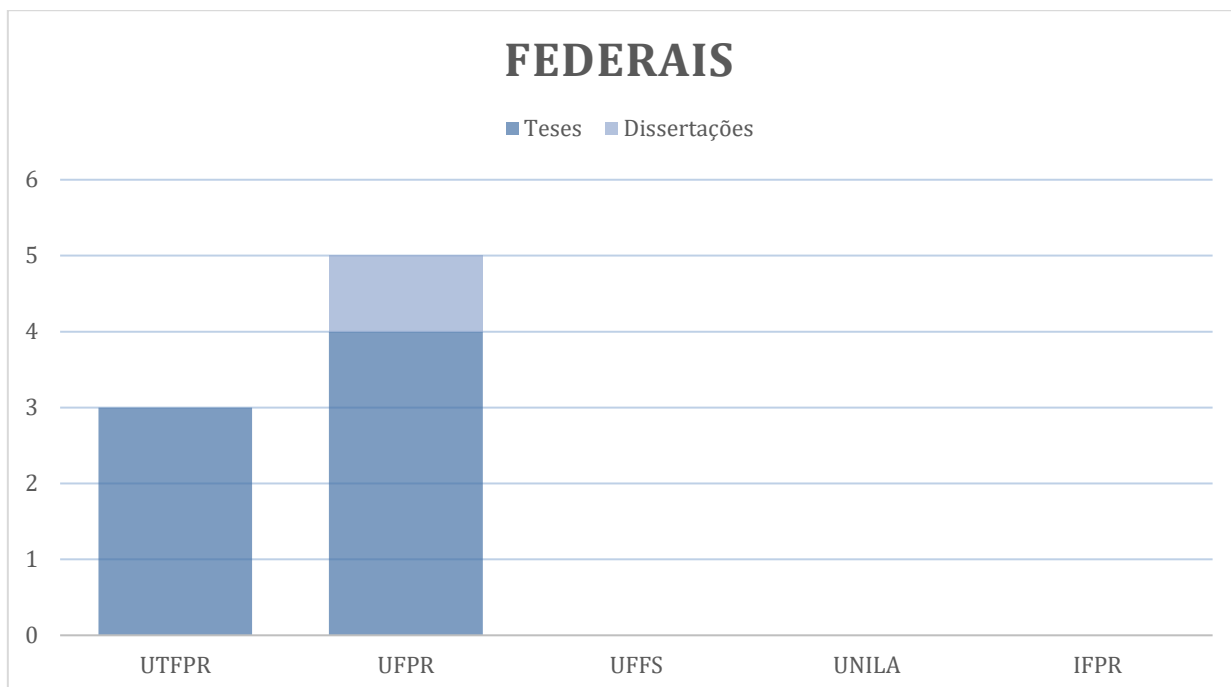
Gráfico 2 - Total de teses e dissertações sobre Assédio Moral de todos os programas *stricto sensu* das Universidades Estaduais do Paraná.



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES.

O gráfico 2 apresenta a distribuição das teses e dissertações originárias de instituições de ensino superior estaduais do estado do Paraná, associadas a temática do assédio moral. Foram encontradas 13 publicações, destas, 11 dissertações de mestrado e apenas duas teses de doutorado. Das teses, uma foi produzida na UEM e a outra na UEL, no tema buscado se destacou a UEM com um total de cinco trabalhos e a UEL com três, a UEPG teve duas dissertações relacionadas a temática, o restante das universidades estaduais paranaenses tiveram apenas uma publicação cada, com exceção da UNESPAR que não teve trabalhos produzidos com o tema.

Gráfico 3 - Total de teses e dissertações sobre Assédio Moral de todos os programas *stricto sensu* das Universidades Federais do Paraná e Institutos Federais.



FONTE: ELABORADA PELOS AUTORES.

No gráfico 3, abordamos o número de produções desenvolvidas pelas universidades federais e IFPR sobre o tema do assédio moral no intervalo proposto, foi encontrado um total de oito trabalhos, sendo estas sete dissertações de mestrado e apenas uma tese de doutorado, destas quatro dissertações e uma tese foram desenvolvidas pela UFPR e três dissertações foram desenvolvidas pelas UTFPR. A UNILA, UFFS e o IFPR não tiveram nenhum trabalho desenvolvido com o tema encontrado nos bancos de dados.

Nas universidades UNIOESTE, UNICENTRO, UEPG, UENP, UEM, UEL, UTFPR, UFPR, localizamos produções acerca do assédio moral no mundo do emprego/trabalho, ou seja, todas as pesquisas estavam voltadas para as relações de trabalho, em diferentes locais, com diferentes posições hierárquicas e todas apontavam o assédio moral como consequência das relações de trabalho desgastadas e causa do adoecimento de trabalhadores/as. Observamos que todas as pesquisas apontavam para trabalhadores/as do setor público e privado, o que nos mostra que o assédio moral ocorre em ambos setores, com frequência. A maioria das pesquisas encontradas (tanto em instituições estaduais quanto nas federais) foi desenvolvida com viés para o setor público e poucas estavam voltadas para o setor privado.

A maior concentração de pesquisas que tratam do assédio moral na educação, foram encontradas em uma tese na UEL e em dissertações na UTFPR, UFPR e UEM, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 - Título das pesquisas que contemplam o assédio moral na educação.

UNIVERSIDADE	PESQUISA	TÍTULO
UTFPR	Dissertação	Boas práticas de governança pública: análise dos processos disciplinares decorrentes de assédio moral, instaurados no âmbito da (UTFPR), durante o biênio 2018/2019
UFPR	Dissertação	Violência estrutural e adoecimento docente
UEL	Tese	Violência e Burnout em professores da educação básica de londrina
UEM	Dissertação	Escola território e violência: reflexos no campo escolar

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES.

Das produções que encontramos, optamos por destacar aqui as que abordam o assédio moral na educação. Primeiramente, a pesquisa que mais se aproximou do nosso objeto de estudo foi “Boas Práticas de Governança Pública: análise dos processos disciplinares decorrentes de assédio moral, instaurados no âmbito da (UTFPR), durante o biênio 2018/2019” realizada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no ano de 2019. Nela, se aborda o assédio moral advindo das relações de trabalho em universidades públicas e os prejuízos físicos, mentais e materiais dessa forma de violência. Os objetivos da referida pesquisa estavam em propor o uso das boas práticas de governança pública, para combater o assédio moral nas universidades, analisar as sindicâncias e os processos administrativos ocorridos por conta do assédio moral nos anos de 2018 e 2019 dentro da instituição na qual foi elaborada. O resumo traz aspectos importantes para conhecermos sobre o que a pesquisa trata e como foi sua abordagem (VACOVSKI, 2019).

A única pesquisa sobre assédio moral desenvolvida em um programa de pós-graduação em educação, foi no programa de pós-graduação em Educação Teoria e Prática de Ensino - Mestrado Profissional em Educação, do Setor de Educação da Universidade

Federal do Paraná. Defendida em 2015, a dissertação trata da “Violência estrutural e adoecimento docente”. Nesta pesquisa a abordagem é próxima da proposta pela nossa pesquisa, porém o objeto de estudo não é o mesmo, sendo voltado professores da educação básica (XAVIER, 2015).

Outra pesquisa encontrada, porém, desenvolvida no curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá foi “Escola território e violência: reflexos no campo escolar”, defendida em 2014. Esta pesquisa, apresenta uma abordagem próxima à nossa, no entanto, está voltada para as escolas estaduais, nas quais, o assédio moral está presente e seu objetivo esteve em estudar as principais violências que ocorrem no território de escolas estaduais da cidade de Maringá e como essas escolas refletem o convívio com a comunidade escolar. Acreditamos ser importante frisar essa pesquisa pois é voltada para o ambiente escolar. O assédio moral, e as relações entre professores/as e alunos/as, porém, na referida pesquisa, o assédio moral não foi o foco principal, mas sim a violência como um todo, utilizando o assédio moral como uma expressão da violência (DELGADO, 2014).

Outra pesquisa encontrada que aponta o assédio moral como uma das consequências advindas da violência psicológica sofrida pelos/as professores/as, foi realizada pelo Programa de pós-graduação – Doutorado em saúde coletiva da Universidade Estadual de Londrina, intitulada “Violência e Burnout em professores da educação básica de londrina” e defendida no ano de 2018. O objetivo apontado analisou a exposição à violência dentro do ambiente escolar e relações entre violência psicológica e Burnout, ou seja, trata do assédio moral dentro das violências psicológicas e junto com Burnout, abordando a destruição do ambiente de trabalho (MELANDA, 2018). Assim, consideramos que tal pesquisa aponta o assédio moral como uma das consequências da violência sofrida pelos/as professores/as, e não como temática central. Da mesma forma, pode haver outras produções que não citam o assédio moral como objeto central da pesquisa, mas o citam durante o decorrer de seu trabalho, de forma breve ou aprofundada.

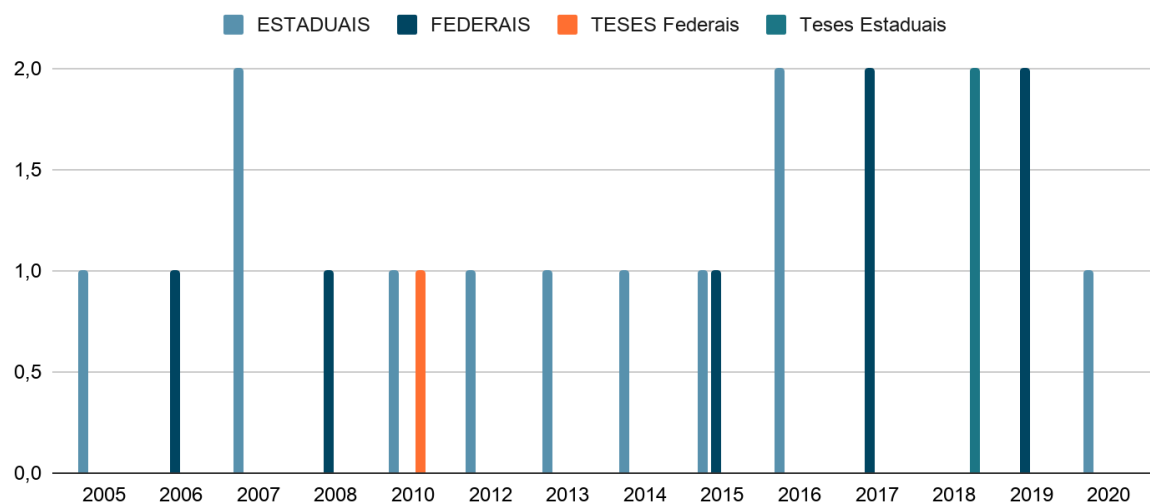
Estas pesquisas deixam claro que o setor da educação está recebendo um olhar voltado para o adoecimento dos profissionais e conflitos entre os alunos que também estão sendo observados dentro das relações com os professores e os gestores. Apontam as dificuldades de identificação do assédio moral no ambiente educacional, e a carência de novos estudos específicos sobre o tema. Portanto, se delimitou a busca por artigos que tenham sido produzidos no período entre os anos de 2000 até o ano de 2020.

Os sujeitos da nossa pesquisa se concentram na comunidade acadêmica, ou seja, as pessoas que estudam e trabalham ou tem algum vínculo com as IES do Estado do

Paraná. Porém, foi citado apenas professores/as, em um dos trabalhos selecionados para a análise, na tese de doutorado intitulada “Violência e Burnout em professores da educação básica de londrina”.

Gráfico 4 - Total e percentual por ano das produções nas IES do estado do paraná que discutem o assédio moral

DISTRIBUIÇÃO DE PESQUISAS POR ANO DE PUBLICAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES.

No gráfico 4, observamos que os estudos envolvendo assédio moral ainda são recentes. Todas as pesquisas encontradas datam do início do ano 2005 até 2020, com um aumento no número de estudos mais recente a partir do ano de 2015. Observamos que o número de produções em valores reais é estável, e varia na faixa de uma ou duas produções com esta temática ao ano, sendo que até o ano de 2014 tínhamos apenas uma produção por ano, subindo para duas no ano de 2015 e se mantendo até 2019. Mesmo apresentando uma diferença pequena, em números absolutos, quando observado como percentual obtemos um aumento de 100% nas produções, indicando um interesse crescente pela temática.

As datas das publicações nos mostram o quão recente é tratado o assunto, enquanto estudo científico, e que nos é disponibilizado nos bancos de dados digitais de fácil acesso, para conhecer mais sobre o assunto e/ou realizar outras pesquisas.

Convém destacarmos a importância dessas produções científicas para o desenvolvimento de medidas que visam melhorar a qualidade de vida da população. Daí a necessidade de mais estudos voltados para o assédio moral. As produções científicas produzidas pelas universidades públicas, abrangem um percentual de 95% das produções

no país, segundo a Academia Brasileira de Ciências (MOURA, 2019). Destacamos a importância dos cursos de pós-graduação, como fonte de produção do conhecimento científico em prol da sociedade em geral.

2.4.1. Diagnóstico de situações enfrentadas (vivenciadas ou assistidas) de assédio moral no ambiente universitário e formas de encaminhamento

O assédio moral não é um fenômeno recente. A preocupação em estudá-lo tem aumentado no que diz respeito às práticas de gestão, principalmente as que favorecem o clima de rivalidade e competição, no qual o individualismo nos impede de enxergar o outro.

Com o aumento das discussões sobre casos de assédio moral, o tema ganha mais visibilidade na sociedade, e com isso as instituições passam a observar seus espaços, a mídia, o sindicato e a própria justiça demonstram mais interesse em buscar e discutir mais sobre o assunto, visto que é responsável pelo aumento no adoecimento de trabalhadores/as.

Em uma organização, onde acontece assédio moral, todos os envolvidos seja o agressor, a vítima ou os espectadores procuram por vias de satisfação pulsional ao verem as cenas de violência ocorrendo. São protagonistas das situações de assédio moral, o assediador e o assediado, com um ou mais espectadores ou testemunhas.

Quando um profissional vivencia uma situação de assédio moral, no ambiente de trabalho, resulta em possíveis diminuições de desempenho laboral ou degradação da saúde e do estado emocional da vítima. A busca por atendimento psicológico ocorre a fim de se livrar da culpa muitas vezes imposta pelo agressor e do sofrimento.

Compreendemos que primeiramente quando nos colocamos como espectadores dos casos de assédio moral, estamos contribuindo para que as agressões ocorram sem punição, garantindo ao agressor que o mesmo continue seus ataques, sem medo de sofrer as consequências. Além de que, este poderá se tornar ainda mais perverso, o que nos leva a refletir que o aumento das atitudes hostis do perverso, acaba por deteriorar o ambiente de trabalho, deixando de atingir somente uma pessoa como vítima, passando a atingir a todos que frequentam o mesmo espaço que o agressor. Por isso, o primeiro passo para a instituição definir suas condutas é oferecer um ambiente confiável e acolhedor, que não aprova as condutas antiéticas, oferecendo formas e assistência para efetuar denúncias sobre possíveis atos de violência ocorridas na instituição.

O sofrimento e a violência mental vêm à tona, junto com o assédio moral, fazendo com que muitas instituições discutam e busquem seu enfrentamento, é o que traz a

pesquisa de Vacovski (2019) que encontramos durante nossa busca nas bases de dados de dissertações e teses, tratando das situações vivenciadas pelos servidores públicos. Aponta que o testemunho de outras pessoas sobre ocorrências de assédio moral é relevante para que facilite na identificação e ajuda a apurar se outras pessoas sofrem com agressões, pelo mesmo agressor. O encaminhamento adotado pelas instituições, quando chegam à ouvidoria, é receber e avaliar as supostas agressões para instauração de processos disciplinares, a fim de apurar responsabilidades. Utilizando-se por fundamento da legislação e a jurisprudência, propor o enquadramento do assédio moral, no âmbito administrativo, além de ações judiciais visto que a modalidade desta conduta ainda não foi tipificada, por meio de legislação federal.

Se estão havendo denúncias de assédio moral é porque os trabalhadores estão tendo mais acesso a informações sobre o que é o assédio moral, mesmo que às vezes, as informações fornecidas pelas instituições públicas e governamentais sejam poucas, muitos buscam por elas em outras fontes de informação. O acesso à informação tem sido crucial em diversos ambientes para mudar esse cenário.

Muitas instituições ainda não possuem canais confiáveis de comunicação ou de normas claras e transparentes para seus membros poderem efetuar suas denúncias, o pouco cuidado e sigilo nos processos.

A instituição pode ser responsabilizada se tais condutas adotadas para assediar moralmente em seu ambiente, principalmente se for perpetrado por seus funcionários/as, professores/as e alunos/as. A preocupação com a imagem da instituição aumentou visto que os canais de comunicação também, e as informações são divulgadas de forma mais rápida ganhando muito mais amplitude em plataformas como a internet. A exposição de denúncias nas redes sociais tem ocorrido cada vez com mais frequência, o que pode ser prejudicial para a imagem da instituição resultando em grandes prejuízos, portanto é melhor prevenir que casos ocorram, e o oferecimento de um ambiente onde as vítimas de assédio moral possam recorrer e ter seus relatos ouvido, faz muita diferença na resolução de conflitos.

2.4.2 O trabalho de combate e denúncias de assédio moral nas universidades

Buscamos chamar a atenção, neste item, para o assédio moral nas instituições de ensino superior que precisa receber maior atenção a fim de coibir essa prática. Pois

compreendemos que a educação deve ser a chave para que a nossa sociedade seja mais justa e mais saudável.

Quando observamos as falhas no sistema em que ocorrem as injustiças, e que a sociedade não oferece acolhimento, o indivíduo também não cumpri com sua parte na preservação e respeito à sociedade como um todo, e conseqüentemente rompe com ela. Podendo ser um revolucionário ou vir a adoecer, tornar-se violento ou cometendo suicídio.

Durante nossa investigação nas bases de dados juntamente aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nos deparamos com iniciativas que deveriam ser adotadas pelos órgãos estudados. Citamos a pesquisa realizada na UTFPR “Boas práticas de governança pública: análise dos processos disciplinares decorrentes de assédio moral, instaurados no âmbito da (UTFPR), durante o Biênio 2018/2019”. Esta buscou realizar a coleta de dados nos documentos públicos que possuem processos disciplinares instaurados pela UTFPR, ou seja, foram abordadas medidas adotadas pelas universidades advindas das denúncias realizadas por professores/as, alunos/as ou servidores/as, quanto a casos de assédio moral. A autora ressalta que o problema do assédio moral existe e que é apontado nos documentos analisados, observados também que a comunidade não conhece o conceito e a caracterização do assédio moral, fato que deve ser observado pela instituição a fim de abordar mais recorrentemente o assunto para divulgação à comunidade e melhorar na identificação das situações hostis. Assim, com as denúncias realizadas na ouvidoria ou comissão de ética, tiveram quatro processos disciplinares com advertência ou suspensão.

Sabemos que o número de denúncias sobre assédio moral é reduzido nos canais disponibilizados para tal finalidade. Dito que não tem como afirmar se isso ocorre por conta da menor ocorrência do fenômeno na instituição ou se as vítimas preferem não efetuar as denúncias. Alguns fatores podem levar a diminuir as denúncias como a falta de amparo, medo da exposição, vergonha, não compreender como realmente efetuar a denúncia, não saber identificar a situação como assédio ou medo de sofrer represálias. Então, compreendemos que todas as instituições de ensino deveriam superar essas queixas, com atitudes que auxiliem as pessoas a se sentirem seguras para reportar casos de assédio moral. Recomendamos então a criação de campanhas educativas, cartazes, palestras, reuniões, seminários para alertar e discutir sobre o fato de o assédio moral está presente no ambiente acadêmico e mostrar como combatê-lo e denunciá-lo.

A pesquisa ainda propõe que em razão da exposição da vítima, seria cabível averiguar se esta faz algum tratamento médico ou psicológico, por conta da vivência do assédio moral ou se prefere se afastar das atividades para tratamento de saúde.

Observamos nesta pesquisa e acreditamos ser o caso de muitas instituições que mesmo dando a opção de afastamento da vítima, a instituição sofre com a falta de um/a funcionário/a, visto que as atividades realizadas por este agora deverão ser realizadas por outras pessoas. Esta situação leva a sobrecarga de trabalho para outros, favorecendo o adoecimento futuro dessas pessoas, que assumem essa carga extra. No caso dos discentes, é possível ocorrer a evasão universitária, fato que poderia ser evitado se não ocorresse o assédio moral.

A pesquisa deixa claro que boas práticas de governança pública, buscando prevenir e inibir ocorrências do assédio moral, cabendo também à instituição estar pautada, nos princípios éticos e na constituição federal teriam bons resultados no combate ao assédio moral. Um importante aspecto da referida pesquisa é uma das formas de adoção de boas práticas de governança e gestão de pessoas que pode ser o treinamento contínuo, comprometimento da administração, gerenciamento de riscos e conscientização dos docentes. Outra questão apontada nesta pesquisa realizada na UTFPR, é que as condenações judiciais por danos morais ou danos materiais advindos do assédio moral, podem acabar impactando o orçamento da universidade, levando a realocação de recursos, tornando o investimento em prevenção de casos e aporte a possíveis vítimas a medida ideal a ser tomada.

A pesquisa propõe alinhamento das gestões de riscos juntamente com a gestão de pessoas, por meio de ações que levem à integração pensando em inibir a conduta do assédio moral, evitando novas vítimas. Estimular as denúncias por assédio moral nos canais disponíveis de comunicação da instituição, ou seja, as universidades que geralmente oferecem esse canal de ouvidoria para realizar denúncias, não apenas para casos de assédio moral, mas também para denúncias de assédio sexual.

Compreendemos que, a falta de denúncias, ocorre principalmente pela dificuldade em juntar provas, pois geralmente o assédio moral ocorre sem testemunhas, por isso quando existem ocorrências, cabe à gestão resolver e combater dando grande importância ao testemunho da vítima.

Citamos também que na UNIOESTE há a disponibilização de canais de ouvidoria que têm por finalidade garantir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pela universidade, atuando como agente de mudanças. Nele é possível registrar denúncias, críticas, elogios ou sugestões, funcionando como mediador destas questões no âmbito universitário.

Esses canais devem seguir um princípio ético de conduta, como sigilo, transparência, integridade e respeito, além de preservar a dignidade e identidade, sem

juízos e respeitando o direito de livre expressão, promovendo a justiça e a defesa dos direitos. As denúncias podem ocorrer de forma anônima, ocorrendo análise dos fatos ou informações fornecidas, objetivando à verificação e identificação dos elementos denunciados. É importante destacar que a ouvidoria é um importante canal de informação presente em quase todas as instituições públicas de ensino superior. Garantir o sigilo das denúncias no canal da ouvidoria é de grande importância, junto ao treinamento e preparo das pessoas que compõem esse canal para que possam tratar as denúncias de cada caso com ética e responsabilidade.

Situações de assédio moral podem ser de difícil reconhecimento, ainda mais quando não se tem a dimensão do que realmente está acontecendo no ambiente de trabalho. Então, muitos acabam por não considerar que as situações abusivas, sejam elas presenciadas ou vivenciadas possam se tratar de assédio moral.

Não se pode naturalizar as condutas de assédio moral, e é preocupante quando isso ocorre, pois dificulta ações de prevenção e combate, além de reforçar o estigma da vítima e o seu sofrimento, montando um cenário onde as situações de degradação do trabalho e da dignidade humana são vistas como normais.

Capítulo III

3. POR UMA ÉTICA EMANCIPATÓRIA LIVRE DE ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES HUMANAS

Neste capítulo discorreremos alguns resultados da pesquisa, bem como, suas análises, abordando as produções acadêmico-científicas encontradas sobre a temática proposta. Destacamos a ética da psicanálise e a educação emancipatória para compreender e enfrentar o assédio moral nas relações humanas sociais, e buscamos destacar a importância das redes sociais e políticas para identificar, combater e prevenir o assédio moral, sendo as políticas públicas e das instituições, e através da utilização de mídias sociais as discussões do assédio moral em tempo real de forma remota, que auxiliam pessoas a conhecerem mais sobre essa forma de violência e também buscar conhecer sobre o assunto, utilizando as redes sociais.

3.1 A urgência de criação e fortalecimento de redes sociais e políticas para a identificação, prevenção e combate ao assédio moral.

A tecnologia faz parte da nossa vida e do nosso cotidiano, com o passar dos anos ela vem se tornando mais avançada e apresenta uma forma importante de disseminação de informações, as quais devem se esquivar de informações mentirosas. Sendo de suma importância para o mundo do trabalho como ferramenta contra assédio moral.

Ou seja, ela passou a nos manter conectados à rede o tempo todo, o que nos permitiu estarmos conectados com o trabalho vinte e quatro horas por dia, nos mantém informados e conectados com um mundo que está em constante mudança. Podemos nos comunicar e interagir com outras pessoas de vários lugares do mundo ao mesmo tempo, isso nos possibilitou a discussão e a busca por direitos, além da união de trabalhadores. As redes sociais apresentam grande força, pois podem mobilizar milhares de pessoas ao mesmo tempo, de diversos lugares e países de forma remota.

A internet e as redes sociais se tornaram um espaço de interação, e cada vez mais pessoas utilizam esse meio como local de trabalho, como no cenário atual de pandemia da COVID-19, onde passamos a utilizar ainda mais as mídias como meio de comunicação e interação. Importante destacarmos que a utilização das mídias sociais pelas IES proporcionou o destaque de seus trabalhos realizados, pesquisas em andamento, etc. mostrando como a ciência é importante para a resolução de problemas da sociedade.

E assim, destacamos que esse meio de comunicação também pode ser utilizado

como meio para identificar, prevenir e combater atos de violência, como o assédio moral. E seus debates tem crescido nas redes sociais, através de vídeos, fotos, notícias, grupos de apoio online e compartilhamento de vivências, auxiliam na disseminação de informações sobre o assunto e ajudam as pessoas a identificarem atos de assédio moral ou a se auto identificar como uma vítima de assédio moral, ajuda também pessoas que passaram pelas mesmas situações de assédio moral compartilharem suas experiências, a entender os meios legais que podem ser adotados em casos semelhantes, assim, observamos ser uma importante fonte de informações, quando essas não são repassadas pelo local de trabalho, ou podem ser um reforço as informações que já são disponibilizadas pelos gestores.

O amadurecimento da sociedade garantiu o amplo debate sobre o assunto e a defesa dos direitos dos cidadãos, utilizando principalmente a internet para o acesso a informações. Mas, compreendemos que muitas pessoas ainda não têm acesso aos meios digitais, porém, é importante destacar essa ferramenta de informação. As redes sociais revolucionaram as formas de comunicação e comportamento da sociedade. As informações que antes chegavam apenas por intermédio do rádio e TV, agora disputam seu espaço com as redes sociais, blogues, youtubers, etc. circulando livremente, sem barreiras ou monopólios, e uma consequência disso seria a falta de filtro de informações que apontam a veracidade e qualidade das informações, espalhadas de forma rápida.

As redes sociais passaram a ser um meio em que as pessoas em alguns casos se utilizam para expor alguma forma de violência, bem como provar que sofreu essa violência. A violação dos direitos era aceita por não ter como provar, então com essa facilidade que a tecnologia nos ofereceu, facilitou a junção de provas contra os assédios. Então, como o assédio moral já se alimentou dessa ausência de meios de provar a sua ocorrência e de meios para a defesa e proteção da vítima, com os novos mecanismos de comunicação passou a ter espaço para divulgação nas mídias, ganhando críticos, sensibilizando e encontrando pessoas que se solidarizaram com as vítimas, e o agressor em grande parte das vezes passa a ser exposto na internet, isso faz com que muitos possíveis assediadores desistam dos atos.

No meio digital é possível encontrar páginas sobre assédio moral, redes, organizações, grupos de apoio etc., que auxiliam e informam sobre os direitos. Encontrando nesse ambiente digital aberturas que estimulam o avanço de legislações e políticas, ampliando as lutas contra o assédio moral. Utilizando esse meio para além de estimular debates e propagar conhecimentos, poder cobrar as mudanças de gestores e do Estado.

Mesmo que muitas vítimas não se sentem seguras para expor, outros relatos podem encorajá-los a tomar atitudes contra o assediador. É importante que as redes sociais que abordam esses assuntos ofereçam acolhimento e apoio e não aja censura, tendo empatia diante da situação de outras pessoas, se não de nada adiantará as discussões.

É importante as estratégias de intervenção e organização no trabalho, proteção e cuidado, utilizadas para coibir atos de violência, pois são definidas por políticas implementadas por diversos setores.

Segundo Teles e Melo (2003) as políticas públicas, são instrumentos importantes para a transformação social e implementação de igualdades. É preciso desenvolver estratégias para o reconhecimento de violências, para assim abordar integralmente esse fenômeno e aplicar medidas resolutivas.

O fortalecimento e a implementação de políticas públicas representam instrumentos que o Estado possui para diminuir as desigualdades e garantir os direitos adquiridos da população. Suárez e Bandeira (2002), apontam que é necessária uma política que envolva as diversas esferas do poder público (municipal, estadual e federal) em conjunto com diversas áreas (educação, trabalho, saúde, segurança pública, assistência social, programas governamentais).

As políticas não são apenas desenvolvidas pelo Estado e apenas de sua responsabilidade, salientamos que as instituições também podem aplicar políticas internas, de sua própria criação, que atendam suas necessidades.

Ao tratar de políticas institucionais contra o assédio, os autores Einarsen e Hoel (2008) destacam que à prevenção do assédio traz ações significativas que garantem o bom funcionamento organizacional e das relações interpessoais, com a implementação de políticas contra o assédio moral juntamente com um sistema de ouvidoria seguro. Sabemos que apenas políticas públicas não são garantias contra o assédio moral, porém, políticas internas das IES devem descrever a cultura organizacional abordando seus valores éticos e morais, assim como dito ao longo da pesquisa, como a ética dentro da cultura desejável, e comportamentos não desejáveis e não tolerados (HUBERT, 2003).

A criação e o fortalecimento das políticas contra o assédio moral nos mostram até onde podemos ir, por conta de um comportamento ou atitude não aceitável. E ela deve deixar claro os comportamentos, ações e situações que podem ou não ocorrer no ambiente da instituição e prever como serão julgadas as violações destas regras. Ter uma política contra o assédio moral bem desenvolvida é necessária, incluindo um sistema informal

trazendo suporte, orientação as vítimas e validade para denúncias (EINARSEN e HOEL, 2008).

Um problema real das políticas contra o assédio moral, é que elas podem ser esquecidas quando não divulgadas constantemente. O fortalecimento destas deve ser abordado e apresentado constantemente, ser de fácil acesso aos funcionários/as e abordar os procedimentos de mediação, prevenção e combate ao assédio moral (HUBERT, 2003). Para as políticas terem êxito como apontado por Einarsen e Hoel (2008) é importante conter a participação ativa e o envolvimento dos membros da instituição e sindicatos, apontando quem são os responsáveis pelas ações de prevenção e políticas, o que garante maior confiabilidade.

Com políticas aplicadas a todos/as os/as funcionários/as sem exceção hierárquica, se deve garantir o direito de trabalhar em local livre de assédio moral, o comprometimento de todos para o cumprimento efetivo das normas que garantem a manutenção e implementação de políticas novas ou já existentes. Esses compromissos devem ser garantidos e fortalecidos dentro de políticas contra o assédio moral (NUNES, 2011).

As políticas junto as medidas de prevenção devem promover mudanças na instituição, com informações e treinamentos, que devem ser aplicados objetivando a identificação e o combate ao assédio moral, promovendo um ambiente saudável para o convívio de todos. Cabendo sempre aos gestores se mostrarem cientes das políticas contra o assédio moral adotadas pela organização, e caso necessário criar ou expandir as políticas adotadas de forma que atendam às necessidades da instituição, buscando sempre evitar a existência de brechas que possam ser utilizadas por possíveis assediadores a driblar as normas estabelecidas.

3.3 A educação para a emancipação frente ao assédio moral

Na construção da emancipação humana, voltamos nossos olhares para o sistema educacional, a educação de crianças, jovens e adultos, frente a formação do sujeito e que molda o ser humano para a vida em sociedade.

Kant (1996, p. 19) define a educação em:

(...) uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim, guie toda a humana espécie a seu destino.

O autor aponta que a educação é importante para a formação e progresso do ser humano e a formação da moral, descrita por Kant (1996), como o ser humano não sendo bom ou mau, e que por natureza não é um ser moral. O indivíduo se torna moralmente bom por conta da sua virtude e que a educação estabelece bons princípios sendo entendidos e aceitos pelas crianças e essas levam a moldar a humanidade.

Pensar a educação que já temos e a que queremos se faz necessário, pois ela nos mostra que ainda existem falhas, o problema se estabelece quando existem mais falhas do que acertos, buscar a fonte disso é o caminho para sua resolução. Marx (2009) diz que a defesa da educação pública, gratuita, estatal, laica e antipatriarcal e que esta garanta a produção de conhecimento inovador e crítico, mantendo o respeito, o pluralismo e a diversidade trazem grandes contribuições para a nossa sociedade e isso é imprescindível.

O autor Adorno (2003) traz em seu texto “Educação e emancipação” um alerta que a educação e a democracia vigentes na sociedade, mostram a necessidade de que os indivíduos têm de abandonar o estado de auto inculpável menoridade, e que busquem sua concretização de emancipação. Que segundo o autor não é por falta de entendimento e sim pela falta de decisão e de entendimento sem orientação de outros.

Observamos sua importante contribuição para a produção de conhecimento, que nos leva a estudar os problemas da sociedade visando encontrar soluções para melhorar o convívio em sociedade. Isso nos faz pensar em como a educação é importante, pois ela nos fornece a base para vivermos e observamos tudo a nossa volta, com olhar crítico, percebendo condutas éticas e perversas, nos mostrando que caminhos devemos buscar para enfrentar situações de violência. Mostra o quão importante é a educação e que seu sucateamento apenas impede que esses conhecimentos sejam adquiridos e melhorados, que bons pesquisadores se formem e busquem pesquisar e debaterem soluções para a melhoria das condições de trabalho. Quando a educação exerce o seu papel de formação do sujeito, ela está emancipando os indivíduos para tudo isso dito anteriormente.

Nossa urgente tarefa é de pensar no coletivo projeto de sociedade e educação para os/as trabalhadores/as, de forma civilizatória que garanta a emancipação plena de indivíduos tendo a educação como pilar estruturante.

Na educação emancipatória, se busca resgatar uma concepção de educação que não permaneça apenas no ensino de competências, que seja mais que incluir pessoas em uma sociedade com desigualdades e um mercado de trabalho precário, é preciso reconstruir o sentido de educação emancipatória. Paulo Freire (2005) também aborda a necessidade de construção de um ser humano esclarecido, para adentrar a uma sociedade

emancipada. Ele constrói em suas teorias pedagógicas fundamentadas em valores humanistas a transformação social, portanto, pelo reconhecimento da condição do ser humano o qual é responsável pela construção histórica pessoal, Freire expõe que os indivíduos que se encontram nas camadas mais desfavorecidas, oprimidas etc., podem transformar a sua existência se libertando da opressão.

A ideia de educação para emancipação no enfrentamento do assédio moral, trata de uma formação de indivíduos que exerçam a sua cidadania, ou seja, indivíduos autônomos, que são capazes de ter iniciativa, e isso implica em fazê-los conhecedores da sua própria situação para tomarem decisões, pensando ativamente na vida social. Transformar indivíduos que antes eram submissos, passivos ou conformados, durante o processo de consolidação da sociedade burguesa moderna, propor que a escola é capaz de transformar as pessoas as ajudando a sair de uma miséria social e os tornando sujeitos críticos, ativos e transformadores da própria vida (ZANOTTI, 1972).

A emancipação humana tem a ver com a maneira como os homens se organizam para transformação da natureza e produção de sua existência como ser social. Desta forma, o processo emancipatório não é algo abstrato, mas concreto, que envolve repensar o modelo econômico vigente. Como se caracterizam as relações de trabalho nele? Pois, a emancipação não se dá apenas no plano das ideias, não é apenas no discurso que se constrói efetivamente condições de emancipação. As relações dos homens com os homens e destes com a natureza constituem fundamentais para se pensar o processo histórico e sua reconstrução (SILVA, 2013, p. 756).

Ou seja, a emancipação nos coloca em uma posição de independência e de libertação do ser humano, mas seguindo uma ética e as leis. Sabemos que é importante a existência de leis que nos protejam no sentido de coibir e punir práticas do assédio moral, mas acreditamos ser essencial a prevenção que aliada a educação é uma forma eficiente de informar, combater e evitar que mais pessoas estejam em risco com a sua saúde psíquica e moral, evitando assim prejuízos familiares e pessoais, ao ambiente de trabalho, ao estado, a sociedade e as instituições. A educação pode ser pensada como forma de prevenção, esclarecendo, levando conhecimento e formação sobre o assunto, resgatando valores éticos e morais voltados para a formação do ser humano de forma digna e respeitosa, com honestidade e respeito pelo outro. São necessárias medidas de prevenção esclarecedoras nas instituições, visto que são essenciais para a convivência e relação saudável no trabalho.

Muitas das nossas leituras apontavam que o espaço escolar deveria abordar estes assuntos que visam a formação plena e emancipatória do indivíduo de forma saudável, e abordavam que esses espaços são para formação de indivíduos éticos para o mercado de trabalho, como se nesses locais não existisse a prática do assédio moral. Compreendemos que essa formação é importante e deve ocorrer nos espaços de ensino, porém não deve ser apenas sua responsabilidade, a educação nos oferece as ferramentas, nos molda e nos prepara para a vida em sociedade, porém, cabe as instituições exercerem seus papéis e garantir que o local de trabalho seja justo, acolhedor e garanta os direitos éticos dos seus funcionários/as, senão de nada adiantará toda a formação oferecida aos indivíduos.

Portanto, o que se faz importante é o destaque as ações preventivas por meio de mecanismos educacionais que levam informações quanto a essas práticas, e em conjunto com as gestões abordem e resgatem os valores éticos e morais. A educação é sim uma importante aliada para a emancipação dos indivíduos, e com sua qualidade proporciona a possibilidade de libertação das dominações que o torna prisioneiro do próprio trabalho. Buscando por melhoria na qualidade de vida, executando seus deveres, mas exigindo seus direitos.

A educação é uma arma de resistência, justamente pela sua contribuição para a formação crítica e emancipatória, capaz de compreender e refletir sobre as incertezas do mundo, percebendo as contradições dialéticas do contexto social, poder pensar criticamente sobre sua própria condição humana. Segundo Silva (2013), ter um olhar emancipado nos possibilita olhar por novos caminhos, e buscar novas possibilidades e experiências.

É um processo de lutas constante por melhorias, voltando-se para a não escravidão dos modos de produção, ela visa não apenas mudanças sociais, mas também políticas e econômicas. A educação é importante arma de resistência a formação crítica do cidadão.

3.4. A ética da psicanálise no enfrentamento do assédio moral

Neste item destacamos a importância da ética da psicanálise para enfrentar o assédio moral, bem como, destacamos a importância da psicanálise enquanto falamos brevemente sobre ela.

Portanto, iniciamos abordando a psicanálise como um método de investigação, de pensar e de organizar os problemas, ela nos auxilia a entender e abordar o fazer do indivíduo, investigando os princípios que orientam e motivam os comportamentos

morais. Não se baseia somente em opiniões, ela produz saberes (DUNKER, 2011b, p. 320). Freud (2010, p.354), dizia que a psicanálise “é parte da ciência e pode se filiar à visão de mundo científica”, com implicações éticas, sendo assim:

A Psicanálise veio, assim, esclarecer o discurso da ciência, ao demonstrar o que do objeto do conhecimento funciona pela eliminação do sujeito. Como o fim da ciência é exatamente o de objetivar, deixar o sujeito reduzido a objeto de um saber pré-estabelecido, seu discurso tornou-se o exemplo de uma razão que justifica a dominação e o controle da vida, como podemos observar nos avanços da biotecnologia na contemporaneidade. A Psicanálise, por sua vez, apoia-se nesse discurso - já que é condicionada internamente pela ciência - mas procura introduzir nele o sujeito que foi ejetado para dar consistência ao saber. Ela mantém com a ciência uma relação intrínseca, mas sustenta propósitos éticos diferentes. (PARAVIDINI, 2016, p. 60).

Portanto, compreendemos que a ética seria o que reflete os sistemas morais elaborados pelos seres humanos, isso nos diferencia dos animais e introduz o sentimento de bem e mal (COTRIM, 2002). Porém, as atitudes humanas o levam a sua própria destruição, adoce e produz sintomas que marcam seu próprio corpo, escolhas que lhe levam ao sofrimento e como apontado por Freud (1995) uma agressividade ligada a pulsão de morte, que ao mesmo tempo em que é uma força necessária da subjetividade humana, também leva o ser humano a própria destruição.

Temos duas maneiras de abordar a relação entre ética e psicanálise num sentido profissional, a primeira é na questão da proteção dos indivíduos em tratamento psicanalítico, e a segunda no sentido de implicações éticas, pensamento que questiona os pressupostos éticos tradicionais. A ética na psicanálise não surgiu como uma nova ética, porém com a virada freudiana convicções a respeito da relação do ser humano com o bem, fez com que se repensasse os fundamentos éticos do laço social, pelas descobertas das determinações do inconsciente sobre as ações humanas (KEHL, 2002).

Portanto, a ética da psicanálise ultrapassa as barreiras do bem e do mal, a ação que o indivíduo considera apenas o próprio desejo, ou seja, a ética da psicanálise se refere a interpretação, a ética do desejo, sendo o desejo a sua interpretação. Vemos que a psicanálise não é só mais uma proposta ética, pois possui dimensões humanistas adequada a sociedade contemporânea que busca compreender o comportamento humano, para diminuir o sofrimento psíquico ou a sua cura, caminhada que depende também da ética.

Pois, com a possibilidade de crise ética no mundo, facilmente se desencadeiam sintomas sociais, que leva ao enfrentamento desses sintomas percebidos pela psicanálise. O que leva a desmoralização do código de condutas é o que leva a crise ética

contemporânea segundo Kehl (2002), que aponta o enfraquecimento dos códigos que amparados por ordem patriarcal regulavam as relações humanas.

Consideramos “ética na psicanálise” o modo que se considera o inconsciente e sua verdade. De que existe um mal-estar inerente as condições humanas, que nos auxilia a compreender o psiquismo humano. E que mesmo o indivíduo tendo tudo ou nada em questões estéticas ou materiais, ainda diria que não é feliz o bastante, pois quando falhamos ou acertamos serão parte de nós e isso faz parte da constituição psíquica do ser humano e estará presente no cotidiano.

Atitudes que conseguimos conquistar por conta da psicanálise é o desejo do inconsciente e a capacidade de utilizar o bom humor para enfrentar as dificuldades que assolam as nossas vidas. Por isso, a ética pode classificar os nossos comportamentos em bons ou maus, e que a verdade sobre os sintomas presentes na nossa vida está no inconsciente, aparecendo de forma em que o indivíduo não sabe de onde surgiu o seu sofrimento, desconhecendo assim a causa inconsciente desse sintoma.

Por isso, a psicanálise auxilia no saber inconsciente. Assim, consideramos que o inconsciente é um guia para as escolhas feitas pelos indivíduos serem éticos ou não, e o que for de seu desejo oculto no seu inconsciente.

Distinguindo a ética e o bem, Lacan (1991, p. 97) diz que a ética é como quando o sujeito coloca esse bem que busca “inconscientemente nas estruturas sociais - e onde, da mesma forma foi levado a descobrir a ligação profunda pela qual o que se apresenta para ele como lei está estreitamente ligado à própria estrutura do desejo”.

A ética é possível com a prioridade em que o sujeito coloca sobre seus desejos as ações do consciente, relacionando sua ação ao seu desejo, ou seja, a ética da psicanálise seria a ética do sujeito e do desejo, que está na busca por um objeto de satisfação. Ela também é qualquer coisa que limite a pulsão.

A possibilidade de levar a ética da psicanálise em intervenções a saúde mental dos trabalhadores, está na tentativa de mudar os olhares dos profissionais diante de casos de assédio moral, possibilitando a transmissão da ética da psicanálise, do desejo e do sujeito do inconsciente.

A psicanálise traz que o sujeito é responsabilizado pelo seu inconsciente, mesmo algo que não está no controle ainda é parte de si, responsabilidade que o indivíduo deve assumir eticamente, e arcar com as consequências dos efeitos do inconsciente, iniciando uma investigação sobre o seu desejo, que permitiu a manifestação na forma de sintoma, ou, que tente desembaraçar do próprio inconsciente por meio de atitudes intoleráveis, projetando no outro o que não quer admitir a si mesmo (KEHL, 2002).

Pontuamos que a psicanálise não é indiferente ao bem e mal, ela não os confunde, e sabe bem a lei que os discrimina. Mas a psicanálise busca fazer com que o indivíduo que tem esses comportamentos entenda as motivações secretas inconscientes que o levou a realizá-los. Então, busca-se fazer o sujeito reconhecer a parte do psiquismo que até então era negada, reprimida e que não era expressada, por que tinha ideias e sentimentos que não eram éticos, alcançando a sua verdade e reencontrando seu próprio desejo. A solução seria a sublimação, onde o indivíduo substituiria esses comportamentos, desejos e pensamentos em outras atividades que são aceitáveis eticamente, para que possa viver em sociedade, como mecanismo de defesa de impulsos e atitudes ligadas a perversão no assédio moral.

Compreendemos assim, que a existência de um bem tem relação com o bem-estar, e isso levava a felicidade e que traria algum tipo de realização. Só que Kant (1994) rompe a ideia que a prática do bem não é fácil e prazerosa e não é natural, e sim que advém da obediência de uma lei, que envolve esforço, dever e obrigações. O autor ainda aponta que não é a sensação de bem ou mal-estar que leva ao bem ou mal e sim a lei que estabelece essas categorias.

Um marco nas ciências humanas foi a entrada da psicanálise nas universidades, pois trouxe várias questões epistemológicas e metodológicas para seus espaços. O pesquisador se orienta segundo Guerra (2010, p. 132), “pela clínica e pela experiência do inconsciente, não se deixa apreender completamente pela racionalidade, fundando um método que lhe é próprio”. Pode-se assim dizer que o método psicanalítico:

[...] É um método muito especial, como se vê, pois, cria a situação onde os fenômenos que estuda se podem dar e cria, até certo ponto, os próprios fenômenos estudados. Isso não significa que tudo seja artificial ou falso. Pelo contrário. A situação analítica é o método em ação, é a forma mesma pela qual funciona a psique humana, só que ao revés, invertida. Nosso psiquismo cria e procura manter seus campos, a situação analítica sistematicamente os desmancha; no mais, psiquismo e método psicanalítico são absolutamente iguais, imagens especulares. (HERRMANN, 2001, p. 61).

Os estudos sobre o assédio moral levam a questão fundamental: a pulsão de morte, que tenta a destruição. A violência está nos seres humanos, como energia psíquica destrutiva que é direcionada ao ego ou a objetos externos.

Compreendemos que a psicanálise não é contra a ética, e o que é mais desejado é o mais proibido, um bem que se transforma num mal em função de uma lei. A psicanálise torna consciente esse desejo, o que não é libertar para sua atuação no mundo externo.

Quando passa a integrar em seu psiquismo esses desejos ruins, o indivíduo passa a compreender os recursos que podem ser utilizados para lidar com esses desejos ruins, cabendo a ele se irá desejá-los ou não, levando em conta o princípio da realidade. Freud ([1920] 1969) torna possível que reprimindo os impulsos agressivos possamos viver em sociedade, e a esse mal-estar que o autor diz ser a nossa consciência dos desejos sexuais e agressivos, e ter que reprimi-los/contê-los por não poder realizá-los por conta de uma ética de sobrevivência.

A psicanálise reconhece a lei que discrimina o que é bem e mal, mas ao contrário da ética convencional, a psicanálise não apresenta comportamento moralizante ou normativo, apenas busca fazer com que o sujeito possa entender as motivações inconscientes que o levam a realizá-los.

Considerações finais

Neste momento elaboramos os comentários finais, sobre as construções e aprendizados que essa experiência de formação nos proporcionou de forma única e desafiadora, na elaboração da pesquisa científica. Que nos faz olhar cada vez mais para a nossa formação humana, nosso olhar crítico para a construção da sociedade e os problemas apresentados nesse processo, na nossa busca por direitos e por um ensino cada vez melhor.

Primeiramente ressaltamos que a psicanálise que nos auxiliou na compreensão do fenômeno do assédio moral e da pesquisa científica, possibilitou também compreender as atitudes adotadas pelos indivíduos para justificar suas atitudes perversas. A psicanálise foi abordada para compreender o assédio moral, a relação perversa entre assediador e a vítima, visando o poder a inveja, e desestruturando a vítima para obter o que deseja.

A análise desse fenômeno psicossocial nos espaços acadêmicos é imprescindível pois ele nos permite a definição e identificação. Caminho viável para superar limites na compreensão baseada em indivíduos perversos, a qual invariavelmente acabam levando a culpabilização e velamento da responsabilidade social.

Como Hirigoyen (2002b), num processo de perversão do ego do próprio agressor que prioriza o sofrimento da vítima, se satisfazendo. Sendo o assédio moral fator não recente, sempre existente em diversas formas de objetivação social. O autor Heloani (2004) nos mostrou a importância do aumento da visibilidade do assédio moral, com discussões atuais de um fenômeno sempre presente na sociedade. Não negamos a especificidade em que ocorre na contemporaneidade e não minimizamos as

consequências psíquicas dos indivíduos envolvidos. Mas, reconhecemos a necessidade de encontrar caminhos que transponham limites e buscam respostas em suas articulações subjetivas, éticas e sociais.

Destacamos, que a consciência e a intencionalidade definem a ação do ser humano sobre o outro e o mundo, serve de atividade mediadora da nossa humanização. Com isso, observamos nossas ações e o quanto isso afeta negativamente a vida do outro.

Destacamos, a autora Marie France Hirigoyen, importante estudiosa que alavancou os debates sobre o assunto e trouxe mais visibilidade ao mundo do trabalho. Com suas obras publicadas em diversos países, trouxe grandes contribuições para analisar o assédio moral como forma de sofrimento no ambiente laboral, como destacamos ao longo da pesquisa “o assédio moral é um mal praticado de forma velada”.

A cegueira, a tolerância e a complacência nos leva a banalizar essa forma de violência perversa, a qual se origina de um processo inconsciente de destruição, e que nos leva a enfermidades ou a atentados contra a própria vida. Segundo Hayeck (2009), devemos ter cuidado ao utilizar o conceito de violência, porque ele pode apresentar vários sentidos, como, uso da força, ataques físicos e ameaças.

Quando o controle está instaurado, as pessoas se tornam mais confusas, com um enfraquecimento mental um vazio na cabeça, dificuldades de raciocínio, não se consegue mais encontrar meios para reagir e se libertar daquelas situações. Esta confusão pode levar ao estresse, que fisiologicamente chegará ao seu máximo quando preso a uma incerteza, não se sabe se tem ou não responsabilidade sobre os acontecimentos.

Para se defender do agressor a vítima precisa estar bem psicologicamente, por isso deve buscar ajuda psicológica, para não perder a estabilidade emocional (HIRIGOYEN, 2002a). Segundo a autora após o agressor ser desmascarado, o alívio substitui a culpa e toma conta da vítima.

Heloani (2003) afirma que a violência é a resposta de um sistema desumano, visto nos dias atuais, motivada pela crueldade do sistema capitalista, pelas formas de poder que foram construídas socialmente. De acordo com Jacondino (2013, p. 12)

Do ponto de vista conceitual, e tomada na primeira acepção, à violência deve ser apreendida como algo diferente do crime, porque se o crime é algo que vai contra os padrões de sociabilidade, aceitos e institucionalizados, sendo combatido por meio da ação policial e por meio dos códigos penal e processual penal; a violência é algo que se liga à cultura geral, sendo ‘aceita’ por determinadas sociedades enquanto mecanismo de ‘interação social’.

Segundo Jacondino (2013, p. 13), a violência social contemporânea se caracteriza pela “força, coerção e danos causados a outrem”, por atos exagerados que estão presentes dentro das relações sociais ligadas as relações de poder. Segundo a Constituição Federal estabelece no Art. 5º que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Heloani (2003, p. 101) explana que cada um indivíduo é produto de uma construção sócio-histórica, onde o “sujeito é produtor das inter-relações que ocorrem dentro do meio-ambiente social, com suas leis e regras”. E funcionam dentro da lógica macroeconômica das relações de poder.

Segundo Jacondino (2011), as diferentes violências que estruturam o social são explicadas como um ato de excesso dentro das relações de poder e que estão presentes nos espaços sociais.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Heloani (2003, p. 101) salienta que cada indivíduo é produto de uma construção sócio-histórica, onde o “sujeito é produtor das inter-relações que ocorrem dentro do meio-ambiente social, com suas leis e regras”. E funcionam dentro da lógica macroeconômica das relações de poder.

Abordamos as políticas públicas e as legislações que atuam sobre os casos de assédio moral e as condutas abordadas contra os assediadores e vítimas, buscando oferecer para a população mudanças, dando mais ênfase para violências que antes não eram consideradas como tal. E junto disso é importante destacar que materiais são disponibilizados para a população de cunho governamental, visto que, não se pode restringir a disseminação das informações a apenas alguns espaços, pois, deixamos de

alcançar uma grande parcela de pessoas que não tem acesso ao ensino superior, por isso, julgamos importante que a divulgação de informações nas instituições de ensino superior também sejam realizadas em conjunto com a população em geral e em outros espaços educacionais, como nas escolas de ensino básico, realizando trabalhos de combate e denúncias.

As condutas abusivas são observadas nos mais diversos espaços e ambientes de trabalho, não podemos tapar nossos olhos e achar que nas IES não existe essa violência, pois é um lugar de trabalho e de convívio social como qualquer outro, não está livre de tais ocorrências, porém, elas representam um importante espaço de formação e pesquisa, e merece que voltemos nossos olhares para buscar melhorar tais práticas tão enraizadas na sociedade contemporânea. Abordamos que as condutas do assédio moral se manifestam por comportamentos, atos, palavras, gestos e até mesmo por escrito. Tratamos das suas consequências e da degradação do ambiente de trabalho, e essa ocorrência dentro das IES pode ser prejudicial na formação acadêmica dos estudantes e pesquisadores/as, podendo prejudicar boas relações entre colegas e afetar o ensino, levar ao afastamento de bons profissionais, impedir que pesquisas sejam realizadas entre tantas outras consequências as quais ainda não tomamos conhecimento, justamente pelos estudos sobre o assédio moral no ambiente acadêmico ainda serem escassos.

A pesquisa nos auxiliou a compreender que essa forma de violência está suscetível no ambiente acadêmico, que fatores como a competição por cargos, destaques, posições etc. leva colegas a praticarem atos de violência, assim como a gestão considerando os diferentes níveis hierárquicos. Acometidos por um sistema de produção que reflete a cobrança por multifuncionalidade, metas e resultados rápidos.

Nos mostrou que denúncias não são realizadas por medo e represálias, que o abuso de poder ainda é evidente juntamente com a falta de empatia. Mas, as instituições estão buscando reverter esse cenário o que nos deixa esperançosos, e suas lutas nos mostram que é possível melhorar o ambiente acadêmico, estaremos sempre ao lado das instituições pois nosso propósito não é atacar e sim levantar um debate necessário para que futuras pesquisas e trabalhos sejam realizados, garantindo um ambiente de respeito e empatia para todos os/as funcionários/as e estudantes das IES, buscando trazer esse debate visando abordar soluções que previnam, combatem e solucionem os casos.

Com esta pesquisa, se destacou que no ambiente laboral existem violências que variam de sutil a explícita, o que impõe a necessidade de se pensar práticas efetivas que busquem combater estas formas de violência.

Portanto, evidenciamos que para combater o assédio moral nas instituições, é de suma importância que as legislações e normas constituam ferramentas ótimas de combate, porém sozinhas não são suficientes para sanar o problema. Também, é fundamental dar visibilidade social sobre essas violências, que estão inseridas e se intensificam no contexto de novas políticas de gestão e em suas reformas associados a precarização do trabalho, aspectos que não podem ser menosprezados.

A prevenção deve ser voltada para a educação, visando o olhar para o outro. Iniciando por ações que levam informações sobre este tipo de violência que está presente no meio, que não é um fenômeno raro, mas que pode ser evitado (HIRIGOYEN, 2002a). Avaliando os riscos que geralmente não são visíveis, e que devem ser identificados, controlados e eliminados, propor esclarecimentos e sensibilização voltados aos direitos do próximo, com políticas de tolerância zero. Pois o assédio é um processo testemunhado por todos ou manifestado diretamente a apenas alguns (BARRETO e HELOANI, 2015).

Os autores Tolfo e Oliveira (2015, p. 162) citam algumas possibilidades de prevenção, como, “mudanças na cultura organizacional, criar um código de conduta, código de ética”, além de promover práticas que prezem o respeito, a integração e colaboração, espalhar informações sobre o assédio, “promover o diálogo e comunicação interna, grupos de debate, espaços de escuta”. Aplicar medidas contra os agressores e identificar e avaliar situações de assédio moral, intervir de “forma contextualizada de acordo com a fase que a situação se encontra”, garantindo a proteção para a vítima minimizando os problemas advindos desta violência, fornecendo apoio psicológico, promovendo a conscientização, além de “coibir comportamentos inadequados que conduzam ao assédio” e gerar estratégias para casos que envolvem níveis hierárquicos diferentes.

Como abordado na pesquisa, a falta de uma legislação federal específica que trate do assédio moral, acaba por deixar muitas pontas soltas para que mais casos ocorram. Visualizamos que a utilização de materiais informativos vem no sentido de orientação aos trabalhadores/as, com intuito de auxiliar a identificar o assédio moral e efetuar denúncias.

Os materiais que foram analisados buscaram abordar o assédio moral de forma sucinta, clara e objetiva, como um exemplo de material informático temos a cartilha já descrita na pesquisa e agora reforçada aqui, intitulado “assédio moral e sexual no trabalho” elaborada e distribuída pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que abordou importantes itens relacionados a temática, além de descrever o que é o assédio moral, abordou também quais são os alvos preferidos dos agressores, descreveu essa violência quando direcionada a mulher e contra a orientação sexual de homens, pessoas

doentes e acidentados/as, abordou os objetivos do agressor, além de como identificá-lo e quais as atitudes que a vítima deve tomar. Outro elemento que destacamos é que a cartilha aborda que o medo da vítima reforça o poder do agressor.

Esta cartilha trouxe aspectos importantes que muitas cartilhas as vezes esquecem de abordar, que são as perdas para as empresas e instituições, elemento que é fundamental, pois o assédio moral não está prejudicando apenas um indivíduo, mas ele também traz prejuízos para o trabalho, tanto que a cartilha ainda destaca as ações preventivas. A cartilha buscou abordar diversos assuntos e aspectos diferentes de muitas outras que permanecem apenas nas informações principais que é a característica dos atos do assédio moral, como identificar e que medidas adotar contra o agressor. Porém, visualizamos que abordando apenas esses conceitos principais já alcançará mais pessoas leigas, aumentando o público que receberá e compreenderá a temática.

Por fim, a cartilha abordou também o assédio sexual, em todas os materiais informativos que destacamos ao longo da pesquisa, observamos que todas traziam junto o assédio sexual.

Utilizar estes materiais tem grande impacto e pode alcançar um público maior de forma mais lúdica. Trazemos algumas reflexões sobre os materiais informativos, na pesquisa foi possível abordar alguns dos materiais disponibilizados pelo governo para abordar a temática do assédio moral no ambiente de trabalho. Os que buscam disseminar informações para a população sobre características que apresenta a violência, facilita o seu reconhecimento, também são utilizados para divulgar a aprovação ou regulamentação de leis, o mesmo ocorre dentro de instituições que buscam utilizar esses materiais e estendem para as redes sociais a divulgação.

As discussões apreendidas nessa pesquisa tiveram o intuito de colaborar para ampliar as discussões, reflexões e compreensões acerca do assédio moral que adentra nos espaços acadêmicos e se constitui de aspecto grave e emergente.

Portanto, construímos conhecimentos durante a elaboração dessa dissertação que possibilitam, a construção de projetos que visam a prevenção e combate ao assédio moral em conjunto com toda a comunidade, levando em conta suas especificidades engajadas politicamente para a construção de conhecimento, voltado para práticas emancipatórias.

Não podemos minimizar tais condutas abusivas e normalizá-las, devemos lutar contra manifestações de violência nos espaços acadêmicos, contribuir para o exercício das liberdades fundamentais e dos direitos individuais, como a igualdade, a dignidade, e a justiça (BARRETO, 2000).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.

ALKIMIN, M.A. **Assédio Moral na relação de emprego**. Curitiba: Juruá; 2005.

BARRETO, M; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serviço Social e Sociedade**, [online]. 2015, v. 00, n. 123 [Acessado 19 Setembro 2021], pp. 544-561 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300544&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 junho de 2020

BARRETO, M. M. S. **Assédio moral**: a violência sutil - análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. 2005. 236 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARRETO, M. M. S. **Uma jornada de humilhações**. 2000. 273 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARRETO, M. M. S. **Violência, saúde e trabalho**: uma jornada de humilhações. São Paulo: EDUC, 2006

BOWMAN, P. **Psychological harassment and bullying in the workplace**. 2008. Disponível em: <http://www.bpwsaskatoon.ca/PDF'S/WHBE/April_22nd_Presentation_Psychological_Harassment_and_bullying_in_the_workplace.pdf> Acesso em: 13 de agosto de 2020.

BOKANOWSKI, Thierry; **A prática analítica**. Rio de Janeiro: Imago, 2002

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**, art. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acessado em: 5 ago. 2019.

BRASIL. Conselho nacional do ministério público. **Assédio Moral e Sexual, Prevenção**. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/assedio-moral-e-sexual.pdf>> Acesso em 20 de julho de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª ed. São Paulo: Rideel, 2017.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial** [recurso eletrônico]: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed., 1. reimpr. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série Legislação; n. 171).

BRASIL. **Lei no 7.116/89**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 5 agosto 2019.

BRASIL. **Lei nº. 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil**, 28ª ed. São Paulo: Rideel, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 29 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei 13.467 de 13 de julho de 2017**, que altera a consolidação das leis do trabalho. 18º ed. São Paulo: Rideel, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019**. Institui a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/decretos/anexos/lei-no-13-844-de-18-de-junho-de-2019-1.pdf/@download/file>>. Acesso em 22 de novembro de 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº870 de 01 de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870impressao.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação, saiba mais sobre essas distorções de conduta no ambiente de trabalho**. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/109665/17_Assedio_Moral_Sexual.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Assédio Moral e Sexual no Trabalho**. Brasília - DF, 2010. Disponível em: <http://www.sindicatopublicitariosspp.com.br/web/download/CARTILHAASSEDIOMO_RALESEXUAL-web.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária-executiva. Subsecretaria de assuntos administrativos. **Assédio moral: conhecer, prevenir, cuidar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC nº 09/2017**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490>. Acesso em: 29 de junho de 2019

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.742 de 23 de maio de 2001**. Introduce art. 146-A no Código Penal Brasileiro, dispendo sobre o crime de assédio moral no trabalho. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=28692>> Acesso em 15 de agosto de 2020.

BRASIL. **Sinopse Estatística**. Brasília: Inep, 2018.

CARAN, Vania Claudia Spoti et al. **Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil**. Acta Paul. Enferm. São Paulo, v. 23, n. 6, p. 737-744, 2010.

COTRIM, Gilberto; **Fundamentos de filosofia: história e grandes temas**. 15. ed. São Paulo, 2002.

DELGADO, Marcell Maria dos Santos. **Escola Território e Violência: Reflexos no Campo Escolar**. 120p. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas) Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

DUARTE, Rosália; **Pesquisa qualitativa:** reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, 2002.

DUNKER, Christian; **A controvérsia do método.** In: Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume, 2011.

EIGUER, Alberto; O papel do antepassado. Psicanálise – **Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre.** v. 3. n. 1, 2001

EINARSEN, Stale, et al. **Workplace Bullying: individual pathology or organizational culture?** Devon: Willan Publishing, 2005

FERRAZ, Flávio Carvalho; **Perversão. Clínica psicanalítica.** 5ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2010.

FERREIRA, Hádassa Dolores Bonilha; **Assédio Moral nas Relações de Trabalho,** 1ª ed. Campinas: Russel Editores, 2004, p. 126/127

FRANCISCO BELTRÃO. Lei Nº 4091. Prefeitura Municipal, 20 de setembro de 2013.

FREITAS, Maria Ester; Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas,** vol. 41, n. 2. São Paulo, 2001.

FREITAS, Maria Ester; QUEM PAGA A CONTA DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO? **RAE-eletrônica,** v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007, Disponível em: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000100006.pdf> Acesso em 17 de março de 2020.

FREITAS, Maria Ester, HELOANI, José Roberto; BARRETO, Maria Margarida Silveira. **Assédio moral no trabalho.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 54. ed. Rev. Atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREUD, Sigmund. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund; **O mal-estar na civilização,** Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930 - 1936) - Obras completas. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, v.18. 2010.

FREUD, Sigmund; **Além do princípio do prazer.** In: História de uma neurose infantil: (“O homem dos Lobos”) outros textos (1917-1920). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, v. 14. 2010.

GAULEJAC, Vicent. **Gestão como doença social:** ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos; **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Márcia Novaes; **Terror Psicológico no Trabalho**. São Paulo: Editora LTr, 2003.

GUERRA, Andréa Máris Campos. Psicanálise e produção científica. In: NETO, F. K.; MOREIRA, J. O. (orgs.). **Pesquisa em Psicanálise**: transmissão na universidade. Barbacena: EdUEMG, 2010

HAYEK, Cynara Marques. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, jul. 2009. KRUG, E. G, et al. (eds.) *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.

HERRMANN, Fabio. **Introdução à Teoria dos Campos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001

HELOANI, Roberto. **Assédio moral**: a dignidade violada. Aletheia, Canoas, n. 22, p. 101-108, 2005

HELOANI, Roberto. Assédio moral, um ensaio sobre a exposição da dignidade no trabalho. **RAE-eletrônica**, v.3, n.1, São Paulo jan/jun, 2004.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas. 2003.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Maria Margarida Silveira. Assédio moral nas relações sociais no âmbito das instituições públicas. In: GEDIEL, J. A. P.; SILVA, E. F.; ZANIN, F.; MELLO, L. W. (Eds.). **Estado, poder e assédio**: relações de trabalho na administração pública. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 145- 162.

HIRIGOYEN, Marie France. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

HIRIGOYEN, Marie France. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002a.

HIRIGOYEN, Marie France. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b

HOEL, Helge. SPARKS, Kate. COOPER, Cary. **The cost of Violence/Stress at work and the benefits of a violence/stress working environment**. Geneva: International Labour Organisation (ILO), 2001.

HUBERT, Adrienne. To prevent and overcome undesirable interaction: a systematic approach model. In: EINARSEN, S.; HOEL, H.; ZAPF, D.; COOPER; C. L. **Bullying and Emotional Abuse in the Workplace**: International perspectives in research and practice. London: Taylor e Francis. Cap. 17 – p. 299-311. 2003.

IRACEMÁPOLIS (Município). **Lei Ordinária nº. 1.163, de 24 de abril de 2000**. Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Municipal Direta por servidores públicos municipais. Diário Oficial do Estado de São Paulo.

JACONDINO, Eduardo Nunes. **Poder/saber e Corpo**: os regimes disciplinares e a construção metafísica da profissionalização da segurança pública. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

JACONDINO, Eduardo Nunes. **Violências Difusas, educação e consolidação democrática no Brasil: relações e desafios.** Faz Ciência (UNIOESTE. Impresso), v. 15, p. 10-29, 2013.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** Trad Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep; 1996.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

KEASHLY, Loreleigh. JAGATIC, Karen. By any other name: American perspectives on workplace bullying. In: EINARSEN, S. et al. (eds) **Bullying and Emotional Abuse in the Workplace: International perspectives in research and practice.** London: Taylor & Francis, 2003.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro VII – A ética da psicanálise,** Jorge Zahar Editor, Rio, 1991, p. 310-342

LEYMANN, Heinz. Mobbing and psychological terror at workplace. **Violence and Victims**, v. 5, p. 119-126, 1990. Disponível em: <<http://www.mobbingportal.com/leymanh.html>>. Acesso em: 12 de dez. 2016.

LEYMANN, Heinz. **The content and development of Mobbing at work.** European Journal of Work and Organizational Psychology, v. 5, n. 2, p. 165-84, 1996. Disponível em: <<http://www.mobbingportal.com/leymanh.html>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

MELANDA, Francine Nesello. **Violência e Burnout em Professores da Educação Básica de Londrina.** 162 p. (Tese) Pós-Graduação doutorado em saúde coletiva da universidade estadual de londrina). Londrina, 2018.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade impossível.** São Paulo: Futura; 1998

MARTINS, André. Uma violência silenciosa. **Caderno de Psicanálise-CPRJ**, Rio de Janeiro, ano 31, n 22, p.37-56, 2009.

MARX, Karl. **Para a Questão Judaica.** São Paulo, Editora Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** 3.ed. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil.** Vol.1 nº 2. Recife, 2001.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão.** Campinas: Autores Associados, 2006.

MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Academia Brasileira de Ciências.** 2019. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

NAVES, Emilse Terezina. O papel da recusa nas relações entre o narcisismo e a perversão. **Revista latinoamericana psicopatologia fundamental**, São Paulo, v. 2, n. 2, pág. 108-120, junho de 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 36. ed. São Paulo: LTr, 2011.

NASCIMENTO, Daniel Arruda; ARAÚJO, Francélia Waldélia Cruz. Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí: sua promoção e seus males na pátria sertaneja. **ANDES-SN**, agosto de 2014. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-552752935.pdf>>. Acesso em: 17 de outubro de 2020.

NASCIMENTO, V. L. S; **Base legal para ação de vigilância em Saúde do trabalhador na questão assédio moral**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Thiago Soares. **Assédio Moral no trabalho: o contexto dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2011. 281f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011

NUNES, Thiago Soares; CUGNIER, J; S; TOLFO, S; Assédio Moral no Trabalho: Práticas Extensionistas de Prevenção e Intervenção. Florianópolis-SC: UFSC - **EXTENSIO**, 2014. Acesso em: 14 set. 2020.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa. Assédio moral no trabalho: consequências identificadas por servidores docentes e técnico-administrativos em uma universidade federal brasileira. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 264-286, 2012a

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa. O assédio moral no contexto universitário: uma discussão necessária. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, vol. 17, n. 41, p. 21-36, 2015b

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa. Políticas y prácticas de prevención y combate al acoso moral en una universidad brasileña. **Salud de los Trabajadores**, Valencia, v. 20, n. 1, p. 61-73, 2012b.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa. The dynamic and the enabling organizational factors to the occurrence of workplace bullying. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v.4, n. 2, p. 90-113, jul./dez. 2012

NUNES, Thiago Soares; CUGNIER, Joana Soares; TOLFO, Suzana da Rosa. Assédio Moral no Trabalho: Práticas Extensionistas de Prevenção e Intervenção. v. 11. n.18. UFSC - **EXTENSIO**- Florianópolis-SC, 2014. Acesso em: 14 setembro 2020.

PITA, Maria; *Stress* laboral, assédio moral e *burnout* marcam produtivismo. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 48, p. 14-21, set. 2010.

PINTO, Geraldo Augusto; O Toyotismo, e a Mercantilização do Trabalho na Indústria Automotiva do Brasil. **Caderno CRH**, Salvador v.25, n66, p.535-552, Set/Dez 2012.

ROMANI, Max Geissel Ferreira; **Trabalho e assédio moral: reflexões sobre o trabalho e o assédio moral**. Edição do autor: São Paulo, 2015.

ROUDINESCO, Elisabeth.; **A parte obscura de nós mesmos: Uma história dos perversos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SALIN, Denise; Assédio moral no local de trabalho entre profissionais de negócios: prevalência, diferenças de gênero e o papel da política organizacional. In: *Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé (PISTES)*, v. 7, n. 3. 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang; **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2001.

SINTEOESTE. **Todos e todas contra assédio sexual e moral 2018**. Disponível em: <<https://www.unioeste.br/portal/central-de-noticias/33-anteriores-central-de-noticias/45807-campanha-contr-assedio-sexual-e-moral-no-trabalho>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

SCIALPI, Diana. **Violencias en la administración pública. Casos y miradas para pensar la administración pública como ámbito laboral**. Buenos Aires: Catálogos Editora, 2004.

SILVA, Luiz Etevaldo; O sentido e significado sociológico de emancipação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n.11 v.03 set./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/8924/13299>. Acesso em: Maio de 2021.

SIROTA, André; Humilhação social: uma reflexão sob o ponto de vista psicanalítico. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 557-565, out./dez. 2008.

SOARES, Fernanda de Carvalho; DUARTE, Bento Herculano. **O assédio moral no ordenamento Jurídico brasileiro**. R. Fórum Trabalhista – RFT, Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47, mar./abr. 2014

SOBOLL, Lis Andrea. **Assédio moral organizacional: uma análise da organização do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2008

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Assédio Moral e Reestruturação Produtiva. **Revista de Trabajo Social Plaza Pública**, 2ª ed, vol. 2. Tandil. Argentina, 2009.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Monica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TOLFO, Suzana da Rosa; OLIVEIRA, Renato Tocchetto. **Assédio Moral no Trabalho: Características e intervenções**. Florianópolis SC: Lagoa, 2015.

TROMBETA, Taisa; ZANELLI, José Carlos. **Características do assédio moral**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2011

VACOVSKI, Eduardo. **Boas Práticas de Governança Pública: Análise dos Processos Disciplinares Decorrentes de Assédio Moral, Instaurados no Âmbito da UTFPR, durante o Biênio 2018/2019.** 89 p. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba 2019.

VOLTOLINI, Ricardo.; **Educação e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar. 2011

XAVIER, Adão Aparecido. **Violência Estrutural e Adoecimento Docente.** 165 p. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Teoria e Prática de Ensino - Mestrado Profissional em Educação) Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2015.

ZANETTI, Robson. E-BOOK: **Assédio moral no trabalho.** Brasília, 2010.

ZANOTTI, Luis Jorge. (1972). **Etapas históricas de la política educativa.** Buenos Aires: Eudeba. 1972.